



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
GOVERNO DA PROVÍNCIA DE INHAMBANE

PLANO ESTRATÉGICO DA PROVÍNCIA DE INHAMBANE (2017-2020)



Inhambane, Março de 2017

FICHA TÉCNICA

SICS – Sociedade de Indústria Comércio e Serviços, SA

Av. 25 de Setembro, 1123 (Prédio Cardoso)

Maputo – Moçambique

Tel.: (+258) 823057050/ 829332862

Email: sics@sics.co.mz; sics@tvcabo.co.mz, emeque@sics.co.mz

NUIT: 400122164

Equipa Técnica da SICS – Sociedade de Indústria Comércio e Serviços, SA

Prof. Doutor Cardoso T. Muendane, PhD – *Team Leader*

Dr. Carlos Lauchande (Doutorando) – Investigador

Dr. Emílio Meque – Investigador

Grupo de Referência do Governo da Província de Inhambane

Castro Namuaca – Director Provincial de Economia e Finanças

Simão António Mavimbe – Director Adjunto de Economia e Finanças

José Alfredo Zitha – Chefe de Departamento de Planificação e Orçamento de Economia e Finanças

Fernando Fernandes – Ponto focal – Técnico da Direcção Provincial de Economia e Finanças

Data de apresentação ao governo da província de Inhambane: 15 de Março de 2017

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos aqueles que, directa ou indirectamente, contribuíram para a realização do presente plano estratégico da província de Inhambane.

A elaboração deste documento foi possível com a colaboração de diversas instituições e pessoas, entre os quais, o governo da província de Inhambane, os funcionários do estado a diversos níveis da província, parceiros de cooperação, sociedade civil, autoridade tradicional, consultores, técnicos e quadros.

O nosso agradecimento é extensivo ao pessoal de apoio logístico, tanto na reprodução dos documentos, bem como na organização de seminários e outros serviços sem os quais o trabalho da equipa técnica não teria sido possível.

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	II
SUMÁRIO EXECUTIVO	X
1. INTRODUÇÃO	17
1.1. METODOLOGIA.....	17
2. DIAGNÓSTICO.....	19
2.1. AMBIENTE EXTERNO.....	19
2.1.1. Factores Político – Legais	19
2.1.1.1. Estabilidade governativa	19
2.1.1.2. Legislação e regulamentação dos mercados	21
2.1.2. Factores Económicos.....	22
2.1.2.1. Crescimento económico	22
2.1.2.2. Inflação	23
2.1.2.3. Taxas de Câmbio.....	23
2.1.2.4. Taxas de Juro.....	24
2.1.2.5. Estágio do ambiente de Negócios	24
2.1.2.6. Emprego.....	25
2.1.2.7. Desemprego	25
2.1.2.8. Investimento Directo Estrangeiro	26
2.1.2.9. Níveis salariais.....	27
2.1.2.10. Orçamento do Estado.....	27
2.1.2.11. Comércio Externo	28
2.1.2.12. Infra-estruturas	30
2.1.2.13. Gestão de água e desenvolvimento da agricultura	31
2.1.2.14. Vias de comunicação	31
2.1.2.15. Indústria.....	32
2.1.2.16. Impacto do crescimento económico na redução da pobreza	33
2.1.3. Factores Socioculturais	34
2.1.3.1. Crescimento populacional e perfil etário.....	34
2.1.3.2. Educação.....	35
2.1.3.3. Saúde.....	36
2.1.3.4. Mudanças socioculturais	38
2.1.3.5. Índice de desenvolvimento humano.....	38
2.1.4. Factores Tecnológicos	38
2.1.4.1. Investimentos públicos e transferência de tecnologia.....	38

2.1.4.2.	<i>Padrões de consumo de Tecnologia de Informação e comunicação</i>	39
2.2.	AMBIENTE INTERNO – PROVÍNCIA DE INHAMBANE	42
2.2.1.	Factores Político-Legais	42
2.2.1.1.	<i>População</i>	42
2.2.1.2.	<i>Governo da Província</i>	42
2.2.1.3.	<i>Divisão Administrativa</i>	44
2.2.1.4.	<i>Assembleia-Provincial e Sociedade Civil</i>	44
2.2.2.	Factores Sócio-Económicos	45
2.2.2.1.	<i>Recursos Humanos</i>	45
2.2.2.2.	<i>Geografia e Recursos Faunísticos</i>	45
2.2.2.3.	<i>Vegetação, Silvicultura, Frutícolas e Recursos Geológicos</i>	47
2.2.2.4.	<i>Crescimento Económico (PIB)</i>	48
2.2.2.5.	<i>Incidência da Pobreza Humana</i>	48
2.2.2.6.	<i>Finanças</i>	50
2.2.2.7.	<i>Agricultura</i>	51
2.2.2.8.	<i>Indústria</i>	53
2.2.2.9.	<i>Comércio</i>	54
2.2.2.10.	<i>Energia Eléctrica</i>	55
2.2.2.11.	<i>Transportes e Comunicações</i>	56
2.2.2.12.	<i>Evolução das taxas de emprego e desemprego</i>	56
2.2.3.	Factores Socioculturais	58
2.2.3.1.	<i>Saúde</i>	58
2.2.3.2.	<i>Educação</i>	59
2.2.4.	Factores Tecnológicos	60
2.3.	ANÁLISE SWOT	61
3.	ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA	65
3.1.	VALORES.....	65
3.2.	VISÃO.....	65
3.3.	OBJECTIVO GERAL	66
3.4.	FACTORES-CHAVE DE SUCESSO.....	67
3.5.	PILARES ESTRATÉGICOS DO PEPI.....	68
3.5.1.	Pilar 1: Desenvolvimento Humano	70
3.5.1.1.	<i>Saúde</i>	70
3.5.1.2.	<i>Educação e Desenvolvimento Humano</i>	72
3.5.1.3.	<i>Género, Criança e Acção Social</i>	73
3.5.1.4.	<i>Juventude e Despostos</i>	75
3.5.1.5.	<i>Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos</i>	76

3.5.1.6.	<i>Ciência, Tecnologia e Inovação</i>	77
3.5.2.	Pilar 2: Desenvolvimento Económico	78
3.5.2.1.	<i>Agricultura e Segurança Alimentar</i>	78
3.5.2.2.	<i>Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural</i>	80
3.5.2.3.	<i>Mar, Águas Interiores e Pescas</i>	82
3.5.2.4.	<i>Recursos Minerais e Energia</i>	84
3.5.2.5.	<i>Indústria e Comércio</i>	86
3.5.2.6.	<i>Promoção e Atracção de Investimento</i>	87
3.5.2.7.	<i>Trabalho, Higiene e Segurança e Emprego</i>	88
3.5.2.8.	<i>Transportes e Comunicações</i>	89
3.5.2.9.	<i>Cultura e Turismo</i>	90
3.5.3.	Pilar 3: Boa Governação	92
3.5.3.1.	<i>Administração Local e Autárquica e Capacitação Institucional</i>	92
3.5.3.2.	<i>Secretariado-geral da Assembleia da República</i>	93
3.5.3.3.	<i>Combatentes</i>	94
3.5.3.4.	<i>Ordem, Segurança e Tranquilidade Pública</i>	95
3.5.3.5.	<i>Administração da Justiça</i>	96
3.5.3.6.	<i>Tribunal Administrativo Provincial de Inhambane</i>	98
3.5.3.7.	<i>Instituto de Comunicação Social</i>	99
3.5.4.	Pilar 4: Assuntos Transversais	100
3.5.4.1.	<i>Redução do Impacto da Vulnerabilidade às Calamidades</i>	100
3.6.	<i>DRIVING FORCES</i>	101
3.6.1.	Turismo e Recursos Marinhos	101
3.6.2.	Agricultura	101
3.6.3.	Recursos Minerais e Energéticos	102
3.7.	<i>PRIORIDADES</i>	102
4.	PROJECTOS – CRITÉRIOS DE PRIORIDADE	103
5.	QUADRO INSTITUCIONAL DO PEPI-II	104
5.1.	<i>O PAPEL DO GOVERNO, AUTARQUIAS LOCAIS E AUTORIDADE TRADICIONAL</i>	104
5.2.	<i>O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL</i>	105
5.3.	<i>O PAPEL DO SECTOR PRIVADO</i>	105
5.4.	<i>O PAPEL DOS PARCEIROS DE COOPERAÇÃO</i>	105
5.5.	<i>O PAPEL DA ACADEMIA E INVESTIGAÇÃO</i>	106
6.	MONITORIA E AVALIAÇÃO	107
6.1.	<i>PRESSUPOSTOS DA MONITORIA E AVALIAÇÃO</i>	107
6.2.	<i>FUNÇÕES DA MONITORIA E AVALIAÇÃO</i>	107

6.3.	MONITORIA E AVALIAÇÃO DO PEPI AO NÍVEL DISTRITAL	107
6.4.	MONITORIA E AVALIAÇÃO DO PLANO DE ACÇÃO DO PEPI-II	107
7.	BIBLIOGRAFIA.....	109
8.	ANEXOS	111
8.1.	DESCRIÇÃO GEOGRÁFICA DA PROVÍNCIA DE INHAMBANE	111
8.2.	PROJECTOS IDENTIFICADOS PELO CPI	113
8.2.1.	<i>Agricultura/ Agronegócios / Agro-indústria</i>	113
8.2.2.	<i>Infra-estruturas Hidroagrícolas</i>	115
8.2.3.	<i>Pesca</i>	116
8.2.4.	<i>Recursos Minerais/Energia</i>	117
8.2.5.	<i>Indústria e Comércio</i>	118
8.2.6.	<i>Transporte e Comunicações</i>	119
8.2.7.	<i>Turismo</i>	119
8.2.8.	<i>Obras Públicas e Habitação</i>	122
8.3.	TABELAS DE INFORMAÇÃO DIVERSA.....	123

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Evolução do PIB - 2008-2014	22
Gráfico 2. Taxa de Inflação Média Anual - 2011-2014	23
Gráfico 3. Taxa Média de Câmbio (Média Compra-Venda do Banco de Moçambique) - 2010-2014	24
Gráfico 4. Evolução do Ambiente de Negócios em Moçambique - 2011-2014	25
Gráfico 5. Incidência da Pobreza medida pelo Indicador de Consumo	34
Gráfico 6. Evolução da Taxa de Analfabetismo	35
Gráfico 7. Evolução da Rede Sanitária da Província de Inhambane - 2011-2015	36
Gráfico 8. Índice de Desenvolvimento Humano.....	38
Gráfico 9. Número de Celulares em cada 100 Habitantes	39
Gráfico 10. Percentagem da População com Acesso à Internet.....	40
Gráfico 11. Mapa da Província de Inhambane.....	41
Gráfico 12. Taxa de Cobertura de Abastecimento de Água na Província de Inhambane - 2011-14.....	42
Gráfico 13. Produto Interno Bruto - 2011-2014	48
Gráfico 14. Incidência da Pobreza medida pelo Indicador de Consumo	49
Gráfico 15. Incidência da Pobreza medida através do Indicador Multidimensional.....	49
Gráfico 16. Produção Animal da Província de Inhambane - 2011-2014	52
Gráfico 17. Sanidade Animal na Província de Inhambane - 2011-2014.....	53
Gráfico 18. Evolução das Taxas de Emprego e Desemprego	57
Gráfico 19. Projecção de Crescimento Económico da Província de Inhambane até 2020.....	66

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Análise PEST/SWOT.....	xii
Tabela 2. Pilares e Áreas Prioritárias de Desenvolvimento.....	xv
Tabela 3. Representação de Partidos Políticos na Assembleia da República.....	20
Tabela 4. Investimento Directo Estrangeiro em Milhões de US\$ - 2011-2014.....	26
Tabela 5. Execução do Orçamento do Estado em Mil Milhões de Meticais - 2011-2014.....	27
Tabela 6. Execução das Despesas Correntes em Mil Milhões de Meticais - 2011-2014.....	28
Tabela 7. Comércio Exterior em Milhões de US% - 2013-2014.....	29
Tabela 8. Taxa de Cobertura de Vacinação na Província de Inhambane.....	37
Tabela 9. Taxa de Crescimento (%) do Parque Industrial da Província de Inhambane - 2011-2014.....	54
Tabela 10. Produção Industrial da Província de Inhambane - 2011-2014.....	54
Tabela 11. Evolução da Rede Comercial - 2011-2014.....	55
Tabela 12. Produção Comercializada da Província de Inhambane - 2011-2014.....	55
Tabela 13. Criação de Emprego na Província de Inhambane - 2011-2014.....	57
Tabela 14. Rede Escolar da Província de Inhambane.....	59
Tabela 15. Indicadores da Cobertura Escolar.....	60
Tabela 16. Análise PEST/SWOT.....	62
Tabela 17. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do sector da saúde.....	70
Tabela 18. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do sector de Educação.....	72
Tabela 19. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do sector de Género, Criança e Acção Social.....	73
Tabela 20. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do sector de Juventude e Desportos.....	75
Tabela 21. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do sector de Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos.....	76
Tabela 22. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do sector de Ciência, Tecnologia e Inovação.....	77
Tabela 23. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do sector da Agricultura e Segurança Alimentar.....	78
Tabela 24. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do sector de Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural.....	80
Tabela 25. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do sector do Mar, Águas Interiores e Pescas.....	82
Tabela 26. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do sector de Recursos Minerais e Energia.....	84
Tabela 27. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do sector da Indústria e Comércio.....	86
Tabela 28. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do sector de Promoção e Atração de Investimentos.....	87
Tabela 29. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do sector de Trabalho, Emprego e Segurança Social.....	88
Tabela 30. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do sector de Transportes e Comunicações.....	89
Tabela 31. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do sector de Cultura e Turismo.....	90
Tabela 32. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do sector de Administração Local, Autárquica e Capacitação Institucional.....	92
Tabela 33. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do Secretariado-geral da Assembleia da República.....	93
Tabela 34. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do sector dos Combatentes.....	94
Tabela 35. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do sector de Ordem, Segurança e Tranquilidade Pública.....	95
Tabela 36. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do sector da Administração da Justiça.....	96
Tabela 37. Objectivos estratégicos para o Desenvolvimento do Tribunal Administrativo - Província de Inhambane.....	98
Tabela 38. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do Instituto de Comunicação Social.....	99
Tabela 39. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do sector de Redução da Vulnerabilidade às Calamidades Naturais.....	100
Tabela 40. Divisão Administrativa da Província de Inhambane.....	112
Tabela 41. Projectos de Investimento na área da Agricultura/ Agronegócios.....	113
Tabela 42. Áreas de Investimento no Sector de Infra-estruturas Hidráulicas.....	115
Tabela 43. Projectos de Investimentos na área das Pescas.....	116
Tabela 44. Áreas de Investimento no Sector de Recursos Minerais e Energia.....	117
Tabela 45. Áreas de Investimento no Sector de Indústria e Comércio.....	118
Tabela 46. Áreas de Investimento no Sector de Transportes e Comunicações.....	119
Tabela 47. Áreas Investimento no Sector de Turismo e Cultura.....	119
Tabela 48. Áreas de Investimento no Sector de Obras Públicas e Habitação.....	122
Tabela 49. População Economicamente Activa com + de 15 anos de Idade.....	123
Tabela 50. Taxa de Desemprego (segundo sexo, áreas de residencia, província, estado civil e escolaridade).....	124
Tabela 51. Incidência da Pobreza em Moçambique.....	125
Tabela 52. Tempo médio para chegar à Unidade Sanitária mais próxima.....	125
Tabela 53. Percepção sobre a qualidade dos serviços de Saúde na Província de Inhambane.....	125
Tabela 54. Percepção sobre a qualidade de desempenho dos profissionais de saúde na Província de Inhambane.....	125
Tabela 55. Aspectos a serem melhorados no Sector da Saúde.....	126
Tabela 56. Tempo médio gasto para chegar à escola mais próxima na Província de Inhambane.....	126
Tabela 57. Percepção dos residentes sobre o desempenho dos profissionais de educação na Província de Inhambane.....	126
Tabela 58. Percepção dos residentes sobre a qualidade das infra-estruturas escolares na Província de Inhambane.....	126
Tabela 59. Nível de Satisfação dos residentes de Inhambane em relação à Qualidade de Ensino - 2011-2014.....	126
Tabela 60. Aspectos a serem melhorados no Sector de Educação.....	126
Tabela 61. Prevalência de privação por cada indicador - IOF-2014/15.....	127
Tabela 62. Privações por cada indicador - 2014/15 (continuação).....	127

LISTA DE ACRÓNIMOS

BR	Boletim da República
CDR	Campos de Demonstração de Resultados
DDADR	Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DDOPH	Direcção Distrital de Obras Públicas e Habitação
DPADR	Direcção Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DE	Direcção de Economia
DINA	Direcção Nacional de Agricultura
DNER	Direcção Nacional de Extensão Rural
EDR	Estratégia de Desenvolvimento Rural
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
INE	Instituto Nacional de Estatística
INIA	Instituto Nacional de Investigação Agronómica
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MISAU	Ministério da Saúde
MADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
OE	Orçamento do Estado
ONGs	Organizações Não-governamentais
PARPA	Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta
PEP	Plano Estratégico Provincial
PQG	Programa Quinquenal do Governo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROAGRI	Programa de Desenvolvimento Agrário
PPP	Parceria Público-privada
RENAMO	Resistência Nacional de Moçambique
SPER	Serviços Provinciais de Extensão Rural
UDM	União Democrática de Moçambique

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Plano Estratégico da Província de Inhambane 2017-2020 resulta da avaliação de meio-termo do PEPI – II do período 2011-2014, realizada em 2016. O PEPI – II é o Plano Estratégico da Província de Inhambane para o período 2011-2020 e é parte integrante do processo provincial de planificação do governo, cuja finalidade é a promoção do desenvolvimento socioeconómico e combate à pobreza. A acção do governo da província de Inhambane, durante o período de 2011 e 2014, apresentou resultados positivos:

- O PIB cresceu, em média, 7,4%. Comparando com as outras províncias, ao nível nacional, PIB de Inhambane posicionou-se na sexta posição.
- A incidência da pobreza, medida pelo consumo, reduziu de 54,6% em 2008/9 para 48,6% em 2014/5 (6,0 pontos percentuais), enquanto ao nível nacional reduziu de 51,7% para 46,1% (5,6 pontos percentuais), no mesmo período.
- O decréscimo da pobreza foi mais acentuado no indicador multidimensional (17,0 pontos percentuais), de 60,0% em 2009 para 43,0% em 2014. À semelhança do nível de consumo, a redução do indicador da pobreza multidimensional é superior a da média nacional, que reduziu de 69,0% em 2009 para 55,0% em 2014/15, ou seja, 14,0 pontos percentuais.

Portanto, em 2014, a pobreza de Inhambane era inferior a pobreza da média nacional (43,0% em Inhambane contra 55,0% na média nacional, medidos pelo indicador multidimensional, mas o número de pessoas que vivia abaixo da linha de pobreza medida pelo consumo era superior em Inhambane 48,6% contra 46,1% relativo a média nacional).

O Plano Estratégico é composto duas partes principais: diagnóstico e orientação estratégica. O diagnóstico foi feito com base num modelo PEST integrado com o modelo SWOT. A orientação estratégica foi elaborada através da definição dos valores, da visão, do objectivo estratégico geral, dos objectivos estratégicos específicos, das metas e dos indicadores estratégicos, dos factores-chave de sucesso e dos *driving forces*. No fim, foram definidos os critérios de seleção dos projectos de investimento ao nível da província, foi estabelecido o quadro institucional, ou seja, o papel dos diferentes stakeholders e concebidos os mecanismos de monitoria e avaliação.

Valores

Os principais valores da actividade governativa da província baseiam-se na constituição da república que estabelece entre outros princípios (artigo 11):

- a) Consolidação da unidade nacional;
- b) Edificação de uma sociedade de justiça social e a criação do bem-estar material, espiritual e de qualidade de vida e dos cidadãos;
- c) Promoção do desenvolvimento equilibrado, económico, social e regional do país;
- d) Defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade dos cidadãos perante a lei;
- e) Reforço da democracia, da liberdade, da estabilidade social e da harmonia social e individual;
- f) Promoção de uma sociedade de pluralismo, tolerância e cultura de paz;
- g) Desenvolvimento da economia e o progresso da ciência e da técnica e;

- h) Afirmação da identidade moçambicana, das suas tradições e demais valores socioculturais.

Visão

Inhambane, província próspera e segura e com um capital humano saudável e solidário.

Objectivo Geral

Manter o crescimento económico a uma taxa média do PIB de pelo menos 8,0% ao ano e reduzir a incidência da pobreza de consumo de 48,6% em 2014 para 40,0% em 2020 e a pobreza estrutural de 43,0% em 2014 para 35,0% em 2020.

Pilares Estratégicos

- Desenvolvimento Humano e Social
- Desenvolvimento Económico
- Boa Governação
- Assuntos Transversais

Análise PEST/SWOT

Tabela 1. Análise PEST/SWOT

Factores	Ambiente Externo		Ambiente Interno	
	Oportunidades	Ameaças/desafios	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Político-Legais (Governo)	<ul style="list-style-type: none"> Estabilidade política nacional; Sistema democrático em consolidação; Política do governo favorável à criação de um bom ambiente de negócios; Política do governo favorável à inserção social; Estabilidade política regional (SADC); Estabelecimento de protocolos entre os países da SADC; Adesão do país às convenções internacionais, como por exemplo, Convenção de Lomé, Sistema geral de Preferências, Câmara de Comércio Internacional, Centro Internacional para a Resolução de Disputas de Investimento, AGOA, acesso livre ao mercado da China; Existência da lei de investimentos e benefícios fiscais; Reforma do sector público; Simplificação dos procedimentos de licenciamento de actividades económicas; Existência de legislação laboral; Existência de normas de qualidade. 	<ul style="list-style-type: none"> Ambiente de negócios ainda com muitos obstáculos; Incapacidade de o país defender adequadamente os seus interesses nas organizações internacionais; Dificuldade de implementação de legislação ao nível nacional; A baixa produção nacional e falta de infra-estruturas adequadas ao apoio da produção dificulta por vezes o país beneficiar das oportunidades criadas pelos acordos internacionais (Ex: AGOA, CHINA, UE); Vulnerabilidade das fronteiras; Níveis salariais insuficientes em relação ao custo de vida; Crise política no Zimbabwe e nos Grande Lagos. 	<ul style="list-style-type: none"> Governo provincial devidamente estruturado até ao nível do distrito; Conselhos consultivos locais (distritais, postos administrativos e de localidade) a funcionar normalmente; Assembleia provincial em funcionamento regular; Autarquias a funcionar regularmente nas cidades e vilas, nomeadamente, Inhambane, Maxixe, Massinga e Vilankulo; 	<ul style="list-style-type: none"> Escassez de recursos financeiros para o funcionamento pleno do Governo; Escassez de recursos humanos devidamente qualificados; Excessiva burocracia Desmotivação de funcionários em alguns sectores públicos;
Económico	<ul style="list-style-type: none"> Ambiente económico estável; Crescimento económico permanente, desde há mais de 15 anos; Inflação controlada, em média, a menos de um dígito; Liberdade cambial; Apoio externo ao OE; Disponibilidade de recursos naturais, entre os quais, florestas, fauna bravia e marítima; recursos hídricos, minerais, terra fértil; potencial turístico invejável; 	<ul style="list-style-type: none"> Assimetrias no desenvolvimento ao nível nacional; Calamidades naturais cíclicas, entre cheias e secas; Falta de infra-estruturas de gestão de água; Infra-estruturas de transporte ferroviário insuficiente e infra-estrutura rodoviária deficiente para a ligação de diversas localidades dentro do país; Transporte marítimo baseado em 	<ul style="list-style-type: none"> Crescimento económico estável a uma taxa média superior a taxa média nacional; Disponibilidade de recursos naturais, entre os quais, florestas, fauna bravia e marítima; recursos hídricos, minerais; Potencial turístico invejável; Autonomia local de gestão do FDD (vulgo 7 Milhões). Disponibilidade de rede de 	<ul style="list-style-type: none"> Incapacidade local de exploração dos recursos; Exploração não sustentável dos recursos naturais, em particular, florestais e marinhos. Fraca capacidade de fiscalização dos recursos naturais; Elevado défice orçamental; Fraca rede da indústria

Factores	Ambiente Externo		Ambiente Interno	
	Oportunidades	Ameaças/desafios	Pontos Fortes	Pontos Fracos
	<ul style="list-style-type: none"> • Infra-estrutura ferro portuária ao serviço dos países do interland; • Existência do FDD (vulgo 7 Milhões); • Disponibilidade de mão-de-obra. • Disponibilidade de bolsas e feiras económicas e de turismo ao nível nacional. • Existência de zonas económicas especiais. • Política de alargamento da base tributária. 	<ul style="list-style-type: none"> • oligopólio, com preços altos e infra-estruturas inadequadas em alguns portos secundários e terciários. • Em geral, baixa produção e produtividade nacional e falta de competitividade dos produtos nacionais no mercado internacional; • Elevada dependência externa: cerca de metade do OE depende do financiamento exterior, nas formas de crédito e donativos. • Prática de queimadas descontroladas. • Corrupção generalizada afectando sobremaneira o ambiente de negócios. 	<ul style="list-style-type: none"> • transporte e comunicações; • Disponibilidade de mão-de-obra; • Existência de instituições bancárias e de micro-finanças; • Presença de uma delegação do Banco de Moçambique; • Expansão de instituições de colecta fiscal; • Potencial agrícola, em particular, de citrinos, manga, ananás e de coqueiros. • Disponibilidade de energia eléctrica e de gás natural. • Existência de instituições empresariais e da sociedade civil em geral que contribuem para o aumento de empregabilidade da mão-de-obra. 	<ul style="list-style-type: none"> • transformadora, em particular, do agro processamento; • Falta de infra-estruturas de apoio a conservação e comercialização de produtos agrícolas; • Deficiente funcionamento dos sistemas de regadio e outras infra-estruturas de gestão de água; • Rede rodoviária insuficiente; • Estradas secundárias, terciárias e vicinais em mau estado de conservação; • Baixo nível de reembolso dos créditos do FDD. • Falta de domínio das Leis de trabalho.
Sócio-Cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Diversidade social e cultural; • Utilização de uma língua oficial em todo o país; • Política do governo favorável ao desenvolvimento social e valorização da cultura nacional; • Disponibilidade de escolas e centros de saúde em todo o país; • Desenvolvimento do ensino privado a todos os níveis: primário, secundário e universitário; • Desenvolvimento da saúde privada em todo o país, entre importadores de medicamentos, provedores de saúde e farmácias; • Uso de línguas nacionais no ensino; • Reconhecimento da medicina tradicional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades de comunicação entre comunidades de diferentes regiões que não dominam o Português (língua oficial); • Escassez de escolas em algumas zonas, particularmente, nas cidades e vilas, densamente povoadas; • Inadequadas condições em algumas escolas, em particular, nas zonas rurais; • Inadequadas condições em algumas unidades sanitárias nacionais; • Escassez de medicamentos no serviço nacional de saúde; • Mercado informal tanto de livro escolar como de medicamentos; • Falta de professores devidamente qualificados nos diversos níveis do 	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura de educação e de saúde implantada em toda a província; • Índice de desenvolvimento humano crescente ao nível da província; • Emprego crescente em particular nas cidades e vilas; • Existência de instituições de ensino superior e de formação técnica profissional; • Existência de instituições de promoção de emprego; • Implementação de programa de saúde preventiva; • Existência de festivais e de grupos culturais locais; • Rápida expansão da rede escolar no ensino básico; 	<ul style="list-style-type: none"> • Não aderência das comunidades locais aos serviços de saúde; • Deficiente enquadramento dos professores do ensino primário devido a restrição orçamental. • Venda de livro escolar de distribuição gratuita e de medicamentos no mercado informal; • Deficientes condições de algumas unidades sanitárias locais. • Escassez de medicamentos nas unidades de saúde públicas;

Factores	Ambiente Externo		Ambiente Interno	
	Oportunidades	Ameaças/desafios	Pontos Fortes	Pontos Fracos
	<ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento de líderes comunitários no processo de desenvolvimento local • 	<ul style="list-style-type: none"> • ensino nacional; • Falta de motivação geral dos professores e dos agentes de saúde pública; • Inadequada divulgação da oferta e procura de emprego. 	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de locais históricos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de escolas sem equipamento e mobiliário. • Falta de mecanismos para informação constante do cidadão sobre as oportunidades do emprego. • •
Tecnológico	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de uma Política e estratégia de Ciência, Tecnologia e Inovação no país; • Introdução do “governo electrónico”; • Disponibilidade de telefonia celular em todo o país; • Uso de internet em desenvolvimento ao nível nacional; • Relançamento do ensino técnico profissional ao nível do país; • Desenvolvimento do ensino superior no país; • Disponibilidade do IIAM; • Criação do Parque de Ciência e Tecnologia no país. • Existência de uma política de informática; • Expansão da fibra óptica por via terrestre e marítima; • Existência do fundo nacional de investigação; • Colaboração de universidade e indústria em pesquisa de desenvolvimento; • Implantação de vilas de milénio. 	<ul style="list-style-type: none"> • Burocracia persistente ao nível do Governo e do sector público; • Restrições orçamentais para desenvolvimento do “governo electrónico”; • Oligopólio nos serviços de telefonia celular; • Ensino técnico profissional incipiente ao nível nacional; • Ensino universitário direccionado em geral aos cursos relacionados com letras e não do “saber fazer” (engenharias, etc.) • Baixo nível de uso de tecnologia desenvolvida ao nível nacional; • Falta de organismos de pesquisa aplicada ao nível nacional; • Falta de segurança do cabo de fibra óptica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade de sistemas de telefonia móvel em toda a província; • Uso de internet em desenvolvimento em todas as cidades e vilas; • Desenvolvimento do ensino técnico profissional ao nível da província; • Desenvolvimento do ensino superior na província; • Operacionalização da rede de dados (telefonia móvel, fixa, fax, internet) até aos distritos; • Existência de centros de multimédia (telecentro e rádio) comunitários; • Existência do portal do governo provincial; • Existência de jornadas e feiras científicas; • Existência de uma unidade móvel de formação em TICs (tecnologia de Informação e Comunicação); • Existência de um centro provincial de recursos digitais (CPRD). 	<ul style="list-style-type: none"> • Burocracia persistente ao nível do Governo e do sector público ao nível da província; • Restrições orçamentais para desenvolvimento do “governo electrónico”; • Oligopólio nos serviços de telefonia celular; • Ensino técnico profissional incipiente ao nível provincial; • Ensino universitário direccionado em geral aos cursos relacionados com letras e não do “saber fazer” (Engenharias, etc.) • Baixo nível de uso de tecnologia desenvolvida ao nível provincial; • Falta de organismos de pesquisa aplicada ao nível provincial. fraco domínio das TICs; • Falta de fundos para o acompanhamento das inovações; • Falta de investigadores e de instituições de pesquisa.

Factores-chave de Sucesso

Foram considerados como factores-chave de sucesso, os aspectos que condicionam sobremaneira a realização dos objectivos estratégicos. Dos diversos factores, destacam-se os seguintes:

- Cometimento de todos os agentes do desenvolvimento provincial (político, social e económico);
- Melhoria constante do ambiente de negócios;
- Desenvolvimento do capital humano;
- Eficiência na alocação e utilização dos recursos financeiros;
- Manutenção da paz e tranquilidade pública;
- Transparência;
- Sustentabilidade ambiental;
- Prospecção e pesquisa de recursos minerais e energéticos;
- Incremento da investigação e produção agrária e pesqueira;
- Expansão da utilização do gás doméstico para o desenvolvimento da província.

Driving Forces

São consideradas como *driving forces*, ou seja, as forças que podem conduzir a província para o desenvolvimento, os seguintes factores: (i) o turismo e recursos marinhos; (ii) a agricultura e os (iii) recursos minerais e energéticos.

Prioridades

Tabela 2. Pilares e Áreas Prioritárias de Desenvolvimento

Pilar	Prioridades
Desenvolvimento humano e social.	<ul style="list-style-type: none"> • Saúde • Educação: • Ensino Superior e Técnico Profissional • Infraestruturas
Desenvolvimento económico.	<ul style="list-style-type: none"> • Agricultura, pecuária e pescas • Agro-indústria • Turismo e ambiente • Recursos minerais e energia.
Boa governação.	<ul style="list-style-type: none"> • Descentralização e Desenvolvimento da Administração Local e Autárquica • Ordem, Segurança e Tranquilidade Pública • Justiça • Combate a corrupção
Assuntos transversais.	<ul style="list-style-type: none"> • Segurança Alimentar e Nutricional • Combate ao HIV/SIDA. • Redução da vulnerabilidade às calamidades naturais

Monitoria e Avaliação do PEPI-II

Os meios de verificação da monitoria e avaliação do processo são os seguintes:

- Plano Económico e Social (PES) que dá o balanço das actividades implementadas pelo governo;
- Plano Económico e Social Distrital que espelha o grau de cumprimento das actividades ao nível do distrito e das comunidades.
- Introdução de mecanismos de controlo periódico dos indicadores do PEPI [Ex: PIB, etc.]

O instrumento de monitoria e avaliação do impacto será a avaliação a ser realizada no final do período programado, ou seja, em 2020.

As acções de monitoria e avaliação de gestão são ser realizados regularmente, pelo menos no meio e no fim de cada ano.

1. INTRODUÇÃO

O plano estratégico da província de Inhambane para o período 2011-2020 (PEPI-II) é parte integrante do processo provincial de planificação do governo, cuja finalidade é a promoção do desenvolvimento socioeconómico e combate à pobreza. A sua elaboração seguiu a avaliação do PEPI-I que vigorou de 2000 a 2010. A acção do governo durante esse período apresentou resultados positivos tendo tirado a Inhambane do grupo das três províncias mais pobres do país, em conjunto com Zambézia e Niassa.

Durante a primeira fase da implementação do PEPI-II, que decorreu de 2011 a 2014, o PIB de Inhambane cresceu, em média, 7,4%. Comparando com as outras províncias, a nível nacional, o PIB da província de Inhambane posicionou-se na sexta posição.

A incidência da pobreza, medida pelo indicador de consumo, reduziu de 54,6% em 2008/9 para 48,6% em 2014/5 (6,0 pontos percentuais), enquanto ao nível nacional reduziu de 51,7% para 46,1% (5,6 pontos percentuais), no mesmo período.

O decréscimo da pobreza foi mais acentuado no indicador multidimensional (17,0 pontos percentuais), de 60,0% em 2009 para 43,0% em 2014. À semelhança do nível de consumo, a redução do indicador da pobreza multidimensional é superior a da média nacional, que reduziu de 69,0% em 2009 para 55,0% em 2014/15, ou seja, 14,0 pontos percentuais. Portanto, em 2014, a pobreza de Inhambane era inferior a pobreza da média nacional (43,0% em Inhambane contra 55,0% na média nacional, medidos pelo indicador multidimensional, mas o número de pessoas que vivia abaixo da linha de pobreza medida pelo consumo era superior em Inhambane 48,6% contra 46,1% relativo a média nacional).

Tendo em conta, a situação actual da província, o presente trabalho tinha como objectivo replanear¹ o período que falta até ao fim do PEPI-II, ou seja, de 2017 a 2020.

1.1. Metodologia

A elaboração do plano estratégico da província de Inhambane, para o período de 2017 a 2020, foi feita fundamentalmente em duas partes, nomeadamente, o diagnóstico e a orientação estratégica.

O diagnóstico compõe-se de duas partes: (i) actualização da análise da situação externa da província, mais concretamente, a situação geral do país, numa perspectiva macroeconómica, destacando os aspectos relevantes para o desenvolvimento sustentável da província; (ii) actualização da análise da situação interna da província de Inhambane, na base da avaliação realizada ao PEPI-I e da primeira fase do PEPI-II.

A descrição do ambiente externo e interno da província terminou com a análise *SWOT*, combinada com a análise *PEST*, onde se destacam as oportunidades, ameaças/ desafios, pontos fortes e pontos fracos de cada um dos factores analisados no modelo *PEST*, ou seja, factores políticos, económicos, sociais e tecnológicos.

¹ Considera-se que é replaneamento (e não simples correção do plano) porque inclui a revisão dos objectivos estratégicos.

Durante o diagnóstico, para além dos aspectos constantes da avaliação do PEPI-I e da primeira fase do PEPI-II, foram contactados os técnicos de todos os sectores do governo da província, incluindo direcções provinciais e distritais; parceiros de cooperação, autarquias, autoridade tradicional, sociedade civil (associações empresariais, comunitárias, organizações não governamentais – ONG), entre outros. Esta consulta incluiu debates em todas as fases da realização do PEPI-II e foi precedida de um programa de treinamento em elaboração de estratégia aos quadros do governo da província.

A orientação estratégica do PEPI-II foi elaborada com base nos documentos do governo, entre os quais, a Agenda 2025, Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta (PARPA), Princípios e Estratégia de Revolução Verde em Moçambique, Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), Programa Quinquenal do Governo (PQG), Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR), Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN II), Estratégia de Comercialização Agrícola, Estratégia Nacional do Turismo, Estratégia de Estradas, Programa de Agricultura (PROAGRI I e II), Plano de Acção de Produção de Alimentos (PAPA), Estratégia do Desenvolvimento da Educação, Programa de Reforma do Sector Público e Planos Distritais de Desenvolvimento Económico e Social. Para além destes documentos, cada sector consultou e teve em conta as estratégias nacionais respectivas na definição dos objectivos estratégicos sectoriais da província. Também serviram de apoio, na elaboração deste documento, experiências e iniciativas de organizações da sociedade civil e de parceiros internacionais como participantes activos no desenvolvimento da província de Inhambane.

Para além os documentos e consultas do PEPI-II, na elaboração do presente plano (2017-2020) foram considerados os Objectivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Plano Quinquenal do Governo e a nova estrutura do governo, em vigor.

A orientação estratégica foi elaborada através da definição dos valores, da visão, do objectivo estratégico geral, dos objectivos estratégicos específicos, das metas e dos indicadores estratégicos, dos factores-chave de sucesso e dos *driving forces*.

No fim, foram definidos os critérios de seleção dos projectos de investimento ao nível da província, foi estabelecido o quadro institucional, ou seja, o papel dos diferentes *stakeholders* e concebidos os mecanismos de monitoria e avaliação.

Os objectivos estratégicos foram definidos com base na visão e nas funções principais do governo. As metas e indicadores foram elaborados com base nas orientações centrais sobre esta matéria e nos documentos sectoriais e compatibilizados com a experiência anterior do PEPI-II.

Durante a elaboração das metas, alguns sectores indicaram a tendência dos registos de informação histórica como objectivos a atingir, embora não dependessem propriamente da sua acção, conseqüentemente não podendo ser consideradas metas, como por exemplo o número de acidentes de viação; número de mortes; número de infracções laborais e judiciais, entre outros. Nestes casos foram corrigidos os objectivos específicos e foram eliminadas algumas projecções. No caso do Tribunal Administrativo, porque não existiam metas propriamente ditas, foram mantidos os dados históricos e as projecções, como referência. Os dados históricos poderão ser utilizados na análise do desempenho sectorial.

2. DIAGNÓSTICO

O diagnóstico foi feito através da análise do ambiente externo e ambiente interno geral e destaca os aspectos relevantes da situação do país e da região que influenciam directa ou indirectamente o desenvolvimento da província de Inhambane. Na análise interna da província são destacadas as acções do governo provincial a todos os níveis. Foi, igualmente analisada a participação dos partidos políticos e de outros agentes na província.

2.1. Ambiente Externo

O ambiente externo geral foi analisado com base no modelo PEST. Este modelo analisa quatro grupos de factores que influenciam o macro ambiente, nomeadamente: político-legais, económicos, socioculturais e tecnológicos.

- Político-legais: incluem, entre outros, a estabilidade governativa e legislativa e a regulamentação dos mercados;
- Económicos: ambiente macroeconómico, nível de desemprego, níveis salariais e infra-estruturas;
- Socioculturais: tendências demográficas, diversidade cultural e sistema educativo e de saúde;
- Tecnológicos: investimentos públicos e transferência de tecnologia; padrões de consumo de tecnologia de informação e comunicação.

Cada uma das variáveis apresentadas caracteriza-se por estar fora do controlo directo da organização, podendo alguns aspectos representar ameaça (ou desafio)² ou oportunidade que a organização deverá procurar evitar (enfrentar) ou aproveitar.

2.1.1. Factores Político – Legais

Os factores político-legais mais relevantes são a estabilidade governativa, legislativa e a regulamentação dos mercados.

2.1.1.1. Estabilidade governativa

Moçambique é um país democrático baseado num sistema político multipartidário. Como demonstração de uma progressiva consolidação da democracia, realiza-se, regular e quinzenalmente, eleições legislativas e presidenciais (1994; 1999; 2004; 2009 e 2014) e autárquicas (1998; 2003; 2008 e 2013).

A constituição da república consagra, entre outros, o princípio da liberdade de associação e organização política dos cidadãos, o princípio da separação dos poderes, nomeadamente Executivo; Legislativo e Judiciário; a realização de eleições livres e a liberdade de expressão e de imprensa.

² Em rigor, o método *SWOT* considera “ameaças” todos os aspectos do ambiente externo que não são favoráveis para se atingir os objectivos estratégicos. O uso da terminologia “desafios” configura um outro modelo derivado do *SWOT* e que se designa por *SWOC*, ou seja, substitui as ameaças por desafios (*challenges*, em inglês). O uso de um modelo ou outro, ou seja, a classificação dos obstáculos externos em ameaças ou desafios depende da natureza desses obstáculos: se ameaçam a organização ou se são simplesmente dificuldades externas ultrapassáveis.

O país possui dezenas de formações políticas, mas apenas a Frente de Libertação de Moçambique – FRELIMO (no poder), a Resistência Nacional Moçambicana – RENAMO e o Movimento Democrático de Moçambique – MDM estão representadas na Assembleia da República.

O sistema de governação é presidencialista, sendo o Presidente da República, também Chefe do Estado, do Governo e Comandante em Chefe das Forças Armadas, eleito por sufrágio directo e universal. O governo é formado e dirigido pelo Presidente da República, com a assistência de um Primeiro-Ministro, também por si nomeado.

O poder legislativo é exercido pela Assembleia da República com 250 deputados, eleitos por sufrágio directo e universal. A duração dos mandatos, tanto do Presidente da República como da Assembleia da República é de cinco (5) anos.

Os partidos políticos representados na Assembleia da República, desde que foi instaurado o sistema multipartidário, são constantes do quadro seguinte:

Tabela 3. Representação de Partidos Políticos na Assembleia da República

Partido político	Número de Deputados Eleições Legislativas				
	1994	1999	2004	2009	2014
FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique	129	133	160	193	144
RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana	112	0	0	49	89
RENAMO-UE - União Eleitoral	0	117	90	0	0
UD - União Democrática	9	0	0	0	0
MDM - Movimento Democrático de Moçambique	0	0	0	8	17
Total	250	250	250	250	250

Fonte: <http://www.parlamento.mz/index.php/bancada-parlamentar> (visitada aos 12 de Janeiro de 2017)

Nas cinco eleições legislativas realizadas em Moçambique, entre 1994 e 2014, o partido FRELIMO deteve sempre a maioria dos votos, resultando assim em mais de 50,0% dos assentos na AR e o seu candidato a Presidente da República obteve sempre maioria absoluta. O maior partido da oposição, a RENAMO, nunca reconheceu os resultados, considerando que houve sempre fraude, daí manter-se no país uma certa instabilidade política³.

De acordo com o *Global Peace Index* 2016, Moçambique é o 13º país mais estável da África subsahara, e 68º mais estável no mundo. A situação tem vindo a piorar: em 2010, Moçambique ocupava o 3º lugar de África e 45º do mundo.

³ A guerra que durou 16 anos (1976-1992) provocou danos profundos ao país, desde a destruição de infra-estruturas, fábricas, pontes, escolas e hospitais; paralisação de projectos de desenvolvimento e a deslocação forçada das populações dos seus locais de origem e a sua migração para os países vizinhos. A guerra oficialmente cessou com a assinatura do acordo geral de paz em 1992. Contudo, a guerra tem apresentado, desde então, recorrências localizadas, principalmente, nas regiões centro e norte, o que levou a novas negociações que culminaram com o memorando de cessação de hostilidades em 2015. Este memorando, praticamente não surtiu efeito e a guerra continuou até a presente fase de tréguas curtas e sucessivas, baseadas em acordos pontuais entre o Governo e a Renamo, negociadas directamente pelos respectivos Presidentes. Se considerarmos que a independência nacional foi resultado de uma guerra contra o colonialismo que iniciou em 1964, podemos afirmar que o país se encontra em guerra há mais de meio século, mais exactamente, 53 anos.

2.1.1.2. *Legislação e regulamentação dos mercados*

A legislação importante para o funcionamento do estado moçambicano compreende: (i) constituição da república; (ii) acordos e convenções internacionais ratificados; (iii) boletins da república; (iv) legislação por sectores; e (v) processos administrativos.

Desde 2006 que Moçambique conta com a lei dos órgãos locais e com o estatuto orgânico do governo distrital. Esta legislação veio dar um efectivo impulso à descentralização, reforçando a tónica do desenvolvimento local no distrito, tornando-se na principal unidade para o planeamento e o funcionamento das administrações locais do estado. Desde essa altura o distrito representa uma unidade com autonomia financeira, com orçamentos de funcionamento e de investimento próprios.

O estado, através da execução da sua política orçamental regula e dinamiza as áreas socioeconómicas mais importantes e cria um ambiente de negócios favorável ao desenvolvimento da iniciativa privada. As reformas jurídicas no âmbito da lei de terra e na legislação financeira, fiscal, laboral e comercial levadas a cabo pelo governo contribuem expressivamente para melhorar e fortalecer o ambiente de negócios e, consequentemente, maior atracção do investimento privado nacional e internacional.

De uma forma geral, os factores políticos, estratégicos e de desenvolvimento que elevam o bom ambiente de negócios em Moçambique, de acordo com vários estudos (CTA, ICEP, WEF e KPMG) são:

- Aplicação de reformas na administração pública para eficiência dos serviços públicos;
- Na área empresarial criação do balcão de atendimento único que permite criar empresas num dia;
- Preocupação permanente do governo em melhorar o ambiente de negócios no país através da reabilitação, construção e expansão de infra-estruturas de energia, telecomunicações, estradas, pontes, edifícios públicos, entre outras infra-estruturas;
- Com o protocolo comercial da SADC em vigor, torna-se mais fácil o acesso e penetração no mercado regional de cerca de 200 milhões de habitantes;
- Acesso fácil e a isenção de quaisquer quotas de exportações e imposições aduaneiras para as exportações de artigos produzidos em Moçambique, ao abrigo da Convenção de Lomé, Sistema Geral de Preferências (GSP).
- Adesão de Moçambique às convenções internacionais no âmbito da resolução de disputas pela ICC (Câmara de Comércio Internacional) ou arbitragem pelo ICSID (Centro Internacional para Resolução de Disputas de Investimento);
- Acesso livre ao mercado dos EUA, através do Acordo intergovernamental entre Moçambique e USA, designado AGOA, com vantagens do ponto de vista tarifário e sem quotas, para uma gama de 600 produtos;
- Acesso livre para o mercado da China com a possibilidade de exportar mais de 400 produtos diversos à taxa zero; e
- Incentivos aduaneiros, fiscais e cambiais disponíveis para os investidores e respectivos empreendimentos.

2.1.2. Factores Económicos

Moçambique independente herdou uma estrutura económica colonial frágil e assimétrica entre as diversas regiões do país. No contexto regional Moçambique tem assumido um papel determinante, não apenas pelo potencial como fornecedor de energia, mas também como ponto de entrada de diversos produtos para os países do *interland*.

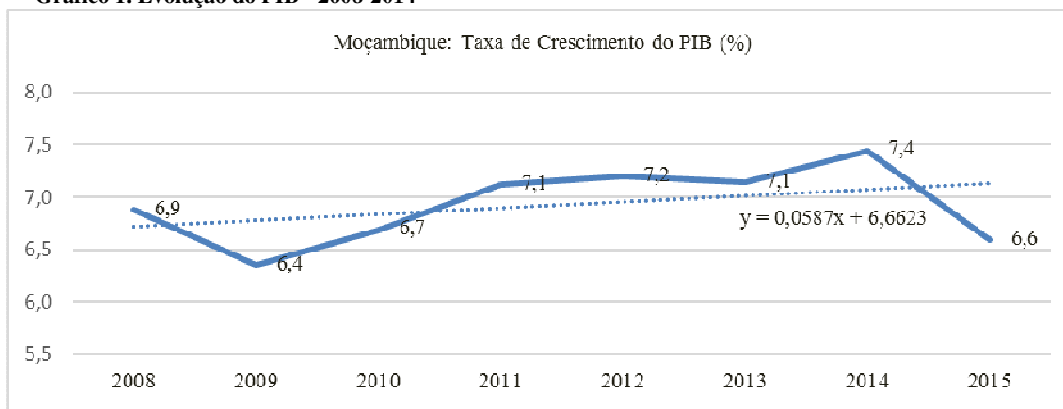
Apesar da conjuntura internacional desfavorável, nomeadamente, a crise financeira e de alimentos, o país registou um crescimento económico médio anual do PIB de 7,2% entre os anos 2011 e 2014, como resultado do aumento do investimento estrangeiro e nacional; pelo acesso ao financiamento; transferência de tecnologia e pelos ganhos do investimento na educação e em infra-estruturas.

2.1.2.1. Crescimento económico

A economia moçambicana registou, entre os anos 2008 e 2015, um crescimento médio do PIB de 6,9%. Este crescimento foi influenciado, principalmente, pela instalação de alguns megaprojectos do sector mineiro e do gás. A crise económica global conduziu a um abrandamento económico em 2015, apontando para uma taxa de crescimento de 6,6%. O abrandamento económico foi influenciado pelos seguintes aspectos:

- Redução das exportações de produtos tradicionais e alumínio, como resultado de contracção da procura global e baixa de preços internacionais;
- Redução ou atraso nos desembolsos de ajuda externa, face às pressões sobre os orçamentos públicos nos países doadores; e
- Redução dos fluxos de divisas, como resultado da contracção do investimento directo estrangeiro e de maior exigência nas condições de acesso ao crédito.

Gráfico 1. Evolução do PIB - 2008-2014



Fonte: INE, 2014

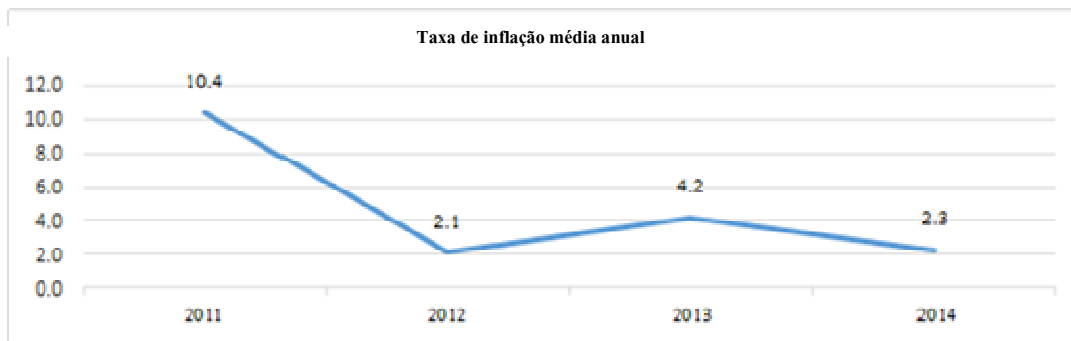
Os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) indicam que em 2014 a economia moçambicana registou um crescimento acumulado de 7,4%. Uma taxa de crescimento alinhado com os 7,5% projectados para o ano 2014. O crescimento médio registado nos últimos anos deveu-se fundamentalmente à expansão do sector da agricultura, com bons resultados da campanha agrícola no período pós-cheias, do incremento da produção da indústria transformadora associado ao crescimento do ramo de indústrias alimentares e bebidas e de minerais não-metálicos.

De acordo com o Banco de Moçambique (2014) a indústria extractiva continuou sendo um dos maiores dinamizadores da economia nacional, embora a ritmos decrescentes, seguido pelo sector de construção que foi impulsionado pelos investimentos em infra-estruturas realizados pelas autoridades governamentais e pelos mega-projectos (INE & Banco de Moçambique, 2014).

2.1.2.2. *Inflação*

De acordo com os dados do INE a inflação média anual reduziu de 10,4% em 2011 para 2,1% em 2012, conhecendo uma ligeira subida para 4,2% em 2013. Em 2014 a inflação registada foi de 2,3%.

Gráfico 2. Taxa de Inflação Média Anual - 2011-2014

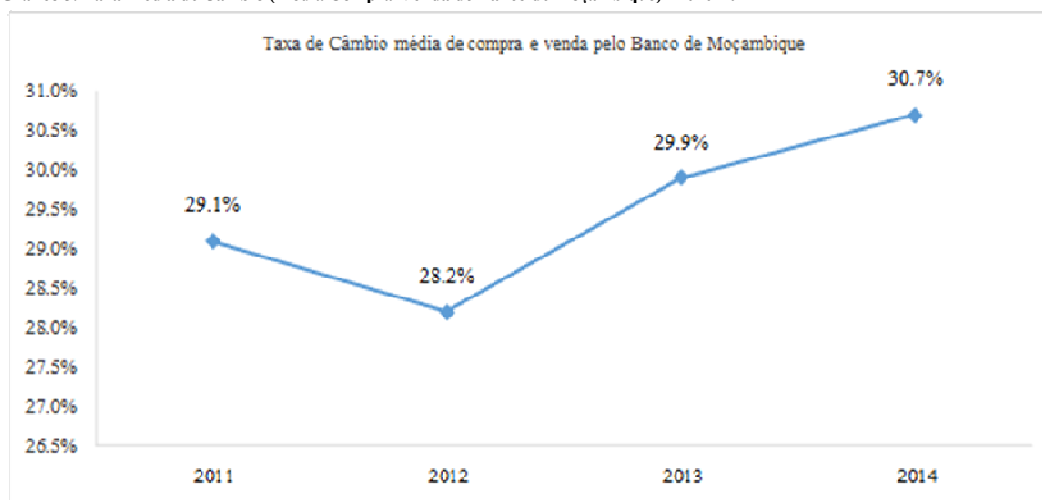


2.1.2.3. *Taxas de Câmbio*

Moçambique possui um dos regimes cambiais mais liberalizados de África e o Banco Central tem conseguido manter estabilidade monetária ao longo dos últimos anos. De um modo geral a taxa média cambial se mostrou estável entre os anos 2011 e 2014.

Os dados do INE (2014) indicam que a taxa de câmbio média cresceu de 29,10 Mt/USD em 2011 para 30,70 Mt/USD em 2014, tendo registado a taxa média mais baixa (28,20 Mt/USD) em 2012. A estabilidade cambial, nesse período, resultou da execução dos orçamentos de investimentos de iniciativas locais e do processo de descentralização financeira do estado.

Gráfico 3. Taxa Média de Câmbio (Média Compra-Venda do Banco de Moçambique) - 2010-2014



Fonte: Banco de Moçambique, 2014 & 2015

2.1.2.4. *Taxas de Juro*

De acordo com o Banco de Moçambique (2014), em 2014, o país registou a manutenção do ciclo de reduções das taxas de juro iniciado em 2011, tendo reduzido a taxa de juro da FPC de 8,3% (em dezembro de 2013) para 7,5% (dezembro de 2014), no entanto manteve a taxa de juro da FPD em 1,5%.

Paralelamente, as taxas de juro dos produtos financeiros transaccionados no mercado monetário interbancário, particularmente dos bilhetes do tesouro, registaram uma relativa estabilidade face às praticadas em 2013, ao incrementarem ligeiramente nas três maturidades, nomeadamente, de 91; 182 e 364 dias em 14 pb, 4pb e 5 pb, para 5,4%; 6,6% e 7,3%, respectivamente, no final de 2014. Ainda de acordo com o Banco de Moçambique, a taxa de juro média das permutas de liquidez entre as instituições de crédito evoluiu no sentido contrário ao reduzir em 32,0 pontos base passando para 3,1%, em 2014.

2.1.2.5. *Estágio do ambiente de Negócios*

O ambiente de negócios em Moçambique, medido pelo indicador *doing business*, é mau. Piorou entre 2011 e 2013 e apresentou uma ligeira melhoria em 2014.

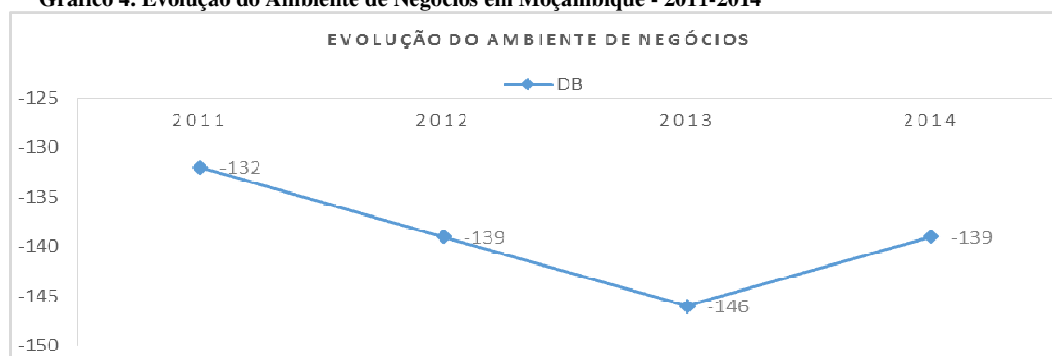
O ambiente de negócios em Moçambique, entre 2013 e 2014, foi influenciado pelas reformas do sector público sinalizadas pela inculcação de novos valores aos agentes do estado; a melhoria na coordenação intersectorial para articular e implementar políticas; as melhorias registadas na área de infra-estruturas e nos serviços de comunicação marcada pela redução de tarifas devido à concorrência na provisão de serviços.

Apesar destes avanços, a posição actual do IAN no *ranking* global (139 lugar entre 180/183 países) não deixa de ser crítico e os indicadores que mais influenciam esse *ranking* estão relacionadas com as dificuldades de obtenção de licenças de construção; difícil acesso ao financiamento; falta de protecção ao investidor; nível elevado de impostos; a falta de acesso à informação; assim como a economia informal e a limitada

obrigatoriedade do cumprimento da lei são outros aspectos importantes que podem convergir para uma concorrência desleal e dificultar a realização de negócios.

Por outro lado, os elevados custos de transacção e de factores produção como a logística e as telecomunicações, a fraca capacitação da mão-de-obra e a quase ausência de indústria transformadora são as maiores dificuldades para que Moçambique aproveite adequadamente as oportunidades do mercado internacional e do crescimento económico.

Gráfico 4. Evolução do Ambiente de Negócios em Moçambique - 2011-2014



Fonte: <http://www.doingbusiness.org/rankings> (2011- 2014)

2.1.2.6. *Emprego*

Os dados do IOF 2014/15 indicam que a população economicamente activa moçambicana é estimada 84,9%. A zona rural com 90,3% concentra a maior parte dessa, contra os 74,9% da zona urbana. No que se refere à taxa de emprego os dados do IOF 2014/15 indicam que a principal fonte de emprego da população moçambicana é o auto-emprego.

Estima-se que 67,2% da população moçambicana esteja empregada, sendo ligeiramente mais elevada a taxa de empregados entre os homens (68,2%). De acordo com os mesmos dados a zona urbana apresenta a taxa de emprego mais elevada 75,0%, comparativamente à zona rural que apresenta uma taxa de 52,9%.

Os dados do IOF 2014/15 indicam ainda que o sector da agricultura é o que absorve a maior parte da população economicamente activa (70,8%), seguindo-se o pequeno comércio com 8,3%. Porém, os dados do IOF 2014/5 alertam que o peso do trabalho assalariado tem tido uma tendência decrescente.

2.1.2.7. *Desemprego*

Os dados do IOF 2014/2015 indicam que a taxa de desemprego da população com idade igual ou superior a 15 anos de idade em Moçambique é de 20,7%, sendo mais elevada nas mulheres (21,8%) comparativamente aos homens (19,5%).

Os dados do IOF indicam ainda que as taxas de desemprego são mais elevadas nas zonas urbanas (29,4%) em comparativamente às zonas rurais (16,8%). A diferença das taxas de desemprego entre a zona rural e urbana relaciona-se com as condições sócio-económicas das duas realidades e ao facto de as pessoas que vivem nas áreas rurais se ocuparem em actividades agrícolas, como trabalhadores por conta própria ou trabalhadores familiares

sem remuneração, diferentemente da zona urbana onde as pessoas procuram mais por empregos formais.

De acordo com o IOF 2014/15, embora não exista um sistema de informação sobre o mercado de trabalho eficiente, que torne possível a análise dos dados periódicos, os últimos inquéritos ao orçamento familiar revelam que a taxa de desemprego cresceu de 18,7% em 2004 para 25,3% em 2015.

2.1.2.8. *Investimento Directo Estrangeiro*

O investimento privado tem vindo a cumprir um papel cada vez mais importante na dinamização da economia nacional. Os dados do Banco de Moçambique indicam que o investimento directo estrangeiro em Moçambique cresceu de US\$ 3.067,60 milhões em 2011 para US\$ 4.945,00 milhões em 2014, tendo atingido o pico em 2013 com US\$ 6.175,20 milhões.

Os fluxos do IDE são destinados maioritariamente para os megaprojectos - indústria extractiva (carvão, petróleo, gás e minerais), com destaque para a exploração de gás natural do Rovuma e exploração do carvão mineral de Tete, explorado pelas seguintes multinacionais: Anadarko (americana); ENI (italiana); *British Petroleum* (inglesa); Vale do Rio Doce (brasileira) e a Petronas (malaia).

A atracção dos investidores estrangeiros para Moçambique está relacionado com as recentes descobertas e prospecção dos recursos naturais (energia e minérios), à política de incentivos ao investimento estrangeiro às oportunidades decorrentes do crescimento sustentável da economia do país. No entanto, entre os anos 2013 e 2014 o IDE para Moçambique registou uma retracção devido ao efeito combinado dos constrangimentos logísticos na componente de transporte de carvão das minas para os portos, ao ciclo de vida de alguns projectos, a queda dos preços internacionais (principalmente do carvão) e as pressões que as transnacionais fazem ao governo moçambicano de modo a obterem condições fiscais mais favoráveis.

Tabela 4. Investimento Directo Estrangeiro em Milhões de US\$ - 2011-2014

Sector de Actividade	2011	2012	2013	2014
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	9,10	153,90	115,00	118,60
Pesca	-3,10	15,90	1,00	15,90
Indústrias extractivas (carvão, petróleo, gás e minerais)	2.126,20	4.374,20	5.469,80	3.060,80
Indústria transformadora (alimentar, bebida, tabaco, têxtil, outras)	317,10	391,60	-143,70	48,20
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	8,60	-31,60	72,00	33,80
Construção	15,00	28,70	63,20	121,50
Comércio por grosso e a retalho e reparações diversas	5,50	71,00	48,10	132,40
Alojamento e restauração (hoteis e similares)	15,90	26,50	39,50	127,40
Transporte, armazenagem e comunicações	87,50	98,70	271,70	742,60
Serviços ferro-portuário	s/d	s/d	s/d	43,10
Actividades financeiras	42,90	43,40	107,50	35,90
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços a empresas	14,30	40,60	137,40	454,90
Administração pública, defesa e segurança social	s/d	s/d	s/d	s/d
Educação	s/d	s/d	s/d	1,70

Sector de Actividade	2011	2012	2013	2014
Saúde e acção social	16,00	3,90	1,50	3,40
Outros	412,60	412,60	-7,80	4,80
Total	3.067,60	5.629,10	6.175,20	4.945,00

Legenda: s/d = sem dados.

Fonte: Banco de Moçambique, 2011 a 2015

2.1.2.9. Níveis salariais

De acordo com a lei laboral (lei n.º 23/2007), artigo 108 (5), o governo, em consulta com a Comissão Consultiva do Trabalho (CCT) fixa o salário mínimo nacional, por sectores de actividade, que é actualizado anualmente.

A CCT é composta por representantes do governo, do sector privado e dos sindicatos, contribuem para a determinação do salário mínimo diversos factores, entre os quais o desempenho económico nacional e de cada sector, no mesmo período (portal do governo e *meusalario.org*, 2014). O salário mínimo em 2014 variou entre 2.500,00 Mts e 6.817,32 Mts.

2.1.2.10. Orçamento do Estado

Em 2014 o sector público registou um défice de USD 5,8 mil milhões, o equivalente a 34,6% do PIB, quando, em 2013, o *défice* representava 40,1% do PIB, resultante da peso significativo dos megaprojectos na economia e crescimento do país, assim como pela importância dos recursos naturais nas transacções com o exterior. No decorrer do ano 2014, a queda dos preços das *commodities* nos mercados internacionais teve um efeito negativo em algumas exportações por via do preço (Banco de Moçambique, 2015).

As receitas do Estado, em 2014 registaram um montante global de 156.336,00 mil milhões contra os 81.059,00 mil milhões de meticais colectados em 2011, o que representou um crescimento da colecta de receitas em 92,9%. Contribuíram para a realização do nível de receita as mais-valias; o bom desempenho do grupo de impostos sobre o rendimento; o maior controlo dos benefícios fiscais nos projectos de investimento inscritos nas direcções de áreas fiscais; o controlo nas retenções de pagamentos ao exterior; e o surgimento de novas empresas na economia nacional, sujeitas ao pagamento do imposto sobre pessoas singulares, particularmente na área de prestação de serviços à mineradoras da região norte do país.

Tabela 5. Execução do Orçamento do Estado em Mil Milhões de Meticais - 2011-2014

Descrição	2011	2012	2013	2014
Receitas totais	81.059,00	98.476,00	126.319,00	156.336,00
Receita corrente	79.268,00	96.997,00	122.694,00	153.449,00
Receitas fiscais	68.263,00	84.456,00	107.543,00	135.085,00
Impostos sobre o rendimento	24.896,00	36.797,00	49.386,00	63.097,00
Impostos sobre bens e serviços	33.765,00	36.914,00	44.595,00	67.846,00
Direitos aduaneiros	6.726,00	7.538,00	10.018,00	11.961,00
Outros impostos/	2.877,00	3.207,00	3.544,00	4.142,00
Receitas não fiscais	2.283,00	2.772,00	3.500,00	9.666,00
Receitas Consignadas	5.775,00	6.505,00	7.664,00	8.698,00
Receitas próprias	2.948,00	3.264,00	3.987,00	5.223,00
Receitas de Capital	1.790,00	1.480,00	3.624,00	2.887,00

Fonte: INE, 2014 & PES, 2014/5

Em 2014, a despesa do estado atingiu 189.863,00 mil milhões de meticais contra 126.372,00 mil milhões de meticais registados em 2011, o que representou um crescimento em 50,2%. As despesas de financiamento (117.828,00 mil milhões de meticais) e despesas correntes (117.570,00 mil milhões de meticais), também cresceram e beneficiaram da maior parte do orçamento.

Em sentido contrário, os subsídios registaram uma redução de 5.238,00 mil milhões em 2011 para 2.671,00 mil milhões de meticais em 2014. Acontecendo o mesmo em relação aos empréstimos líquidos que reduziram de 13.725,00 mil milhões de meticais em 2011 para 5.029,00 mil milhões em 2014 (INE, 2014 e PES, 2014/5).

Tabela 6. Execução das Despesas Correntes em Mil Milhões de Meticais - 2011-2014

Descrição	2011	2012	2013	2014
Despesas Totais	126.372,00	145.245,00	182.191,00	189.863,00
Despesa Funcionamento	70.989,00	83.805,00	95.655,00	117.828,00
Despesa corrente	70.775,00	83.515,00	95.246,00	117.570,00
Despesas com Pessoal Civil	35.807,00	41.592,00	49.521,00	59.831,00
Bens e Serviços	10.989,00	14.322,00	18.859,00	26.038,00
Serviço da dívida	3.501,00	4.125,00	3.970,00	5.193,00
Transferências correntes	11.286,00	13.526,00	15.398,00	18.333,00
Subsídios	5.238,00	5.240,00	3.371,00	2.671,00
Outras Despesas	3.919,00	4.710,00	3.900,00	5.171,00
Exercícios Findos	35,50	0,00	226,41	333,60
Despesas de Capital	214,00	0,00	408,70	257,9
Despesas de Investimento	51.012,00	53.457,00	72.301,00	58.394,00
Operações financeiras/	4.371,00	7.983,00	14.235,00	13.642,00
Empréstimos líquidos	13.725,00	14.017,00	26.753,00	5.029,00

Fonte: INE, 2014 & PES, 2014/5

2.1.2.11. Comércio Externo

Os dados do INE (2014) indicam que o volume total das exportações atingiu 4.420.530,00 mil milhões de dólares, representando um crescimento em 10,0% em relação ao ano 2013 (4.023.719,00 mil milhões de dólares). Cenário diferente se registou em relação às importações que registaram uma redução de 8,0%, ou seja de 10.099.134,00 mil milhões de dólares em 2011 para 9.280.534,00 mil milhões de dólares em 2014.

Os dados do INE indicam ainda que as importações excluindo os megaprojectos mantiveram a tendência de redução, desta feita reduzindo em 3,2% e, a balança comercial se manteve deficitária (-4.860.004,00 mil milhões de dólares em 2014).

Tabela 7. Comércio Exterior em Milhares de USD: 2013-2014

Comércio externo de bens	2013	2014	VAR. (%)
	10 ³ US\$	10 ³ US\$	
EXPORTAÇÃO TOTAL	402.3719,00	4.420.530,00	9,9
IMPORTAÇÃO TOTAL	10.099.134,00	9.280.534,00	-8,1
Importação excluindo mega-projectos	8.338.441,00	8.067.637,00	-3,2
Grau de cobertura imp. total (%)	40,0	48,0	20,0
Grau de cobertura imp. excluindo mega-projectos (%)	48,0	55,0	14,6
Balança comercial	-6.075.415,00	4.860.004,00	-20,0
Balança comercial excluindo megaprojecto	-4.314.723,00	3.647.107,00	-15,5

Fonte: INE, 2014

Os combustíveis minerais (1.030.973,00 milhões de dólares), os metais comuns (1.136.248,00 milhões de dólares), os produtos químicos (504.574,00 milhões de dólares), os produtos agrícolas (318.734,00 milhões de dólares) figuram entre os produtos mais comercializados em 2014.

Tabela 8. Exportações por grupo de produtos - 2013-14 (Mil Milhões de Dólares)

ORDEM	GRUPO DE PRODUTOS	2013	2014	Var (%)
1	Químicos	60.393,00	504.574,00	735,48
2	Peles, couros	1.067,00	2.749,00	157,72
3	Madeira, cortiça	50 671,00	123.386,00	143,50
4	Agrícolas	206.612,00	318.734,00	54,27
5	Calcado	65,00	98,00	49,96
6	Metais comuns	1.136.248,00	1.476.546,00	29,95
7	Outros produtos	278 205,00	348.576,00	25,29
8	Vestuário	1.815,00	2.135,00	17,64
9	Minerais, minério	162.898,00	180.595,00	10,86
10	P.celulosicas, papel	5.879,00	5.477,00	-6,83
11	Materiais têxteis	105.536,00	86.332,00	-18,20
12	Combustíveis minerais	1.346.469,00	1.030.973,00	-23,43
13	Alimentares	209.378,00	136.005,00	-35,04
14	Maquinas, aparelhos	107.248,00	65.424,00	-39,00
15	Plásticos, borracha	9.084,00	4.318,00	-52,47
16	Veículos, o, m.de transporte	278.332,00	112.849,00	-59,46
14	Óptica e precisão	63.819,00	21.759,00	-65,91
	Total	4.023.719,00	4.420.530,00	9,86

Os Países Baixos (1.126.105,00 milhões de dólares) e a África do Sul (1.018.979,00 milhões de dólares) lideraram o *ranking* como os principais destinos das exportações moçambicanas em 2014. Singapura, apesar de se situar no terceiro lugar, foi o país que reisyot maior taxa de cersciemnto das importações de Moçambique, seguido da Grã-Bretanha (321%), Itália (96,5%) China (94,5%), Zimbabwe (43%), Taiwan (30,8%). A Índia reduziu as importações de Moçambique em 59,4%.

Tabela 9. Exportações por principais destinos em Milhões de US\$ - Resto do Mundo - 2013-14

Ordem	País de destino	2013	2014	Var (%)
1	Países Baixos	1.150.608,00	1.126.105,00	-2,1
2	África do Sul	901.548,00	1.018.979,00	13,0
3	Singapura	37.953,00	317.244,00	735,9
4	Índia	679.568,00	275.762,00	-59,4
5	Grã Bretanha	48.952,00	206.105,00	321,0
6	China	104.980,00	204.188,00	94,5
7	Zimbabué	74.510,00	106.753,00	43,3
8	Suíça	79.347,00	87.888,00	10,8
9	Taiwan	235,00	72.588,00	30,8
10	Itália	36.042,00	70.805,00	96,5
11	Outros Países	909.977,00	934.111,00	2,7
	Total	4.023.719,00	4.420.530,00	9,9

Fonte: INE, 2014

Na região Austral da África, a África do Sul (1.018.979,00 milhões de dólares) e o Zimbábue (106.753,00 milhões de dólares) foram os principais destinos das exportações moçambicanas em 2013, tendência que se manteve em 2014. Apesar disso, no mesmo período o volume de negócios entre Moçambique e Madagáscar cresceu em 386,6% e com a Zâmbia cresceu 330,5%.

Tabela 10. Exportações por Principais Países de Destino em Milhões de US\$ - África Austral - 2013-14

Ordem	País de destino	2013 10 ³ USD	2014 10 ³ USD	Var (%)
1	África do sul	901.548,00	1.018.979,00	13,03
2	Zimbábue	74.510,00	106.753,00	43,27
3	Tanzânia	68.548,00	46.420,00	-32,28
4	Maurícias	17.750,00	34.564,00	94,73
5	Malawi	47.883,00	29.576,00	-38,23
6	Zâmbia	3.366,00	14.492,00	330,50
7	Suazilândia	4.878,00	3.230,00	-33,78
8	Angola	3.480,00	2.920,00	-16,07
9	Botswana	760,00	2.434,00	220,41
10	Madagáscar	289,00	1.407,00	386,63
11	Lesoto	315,00	289,00	-8,02
12	Namíbia	16,00	31,00	89,00
13	RD Congo	3.372,00	s/d	s/d
	Total	1.126.714,00	1.261.095,00	12,00

Legenda: s/d = Sem dados

Fonte: INE, 2015

2.1.2.12. Infra-estruturas

O país possui boas potencialidades agrícolas, agro-industriais, hídricas, minerais e de turismo, assim como recursos florestais e marinhos e uma excelente infra-estrutura ferro portuária, tendo em conta a sua localização no espaço geoestratégico da África Austral.

Os relatórios de IDH e ODM (2013) indicam como infra-estruturas prioritárias para o crescimento económico as ligadas ao desenvolvimento da agricultura, aos transportes de superfície e com a capacidade de armazenamento.

2.1.2.13. *Gestão de água e desenvolvimento da agricultura*

Moçambique tem um clima tropical com tendência para semiárido na região sul, sobretudo no *interland*, reflectindo o alto risco de perda de colheita na agricultura⁴ de sequeiro. Nesta perspectiva as infra-estruturas mais importantes para a agricultura são as relacionadas com a gestão da água. De acordo com PNUD (2005), estima-se em 120.000 ha de terra equipada para irrigação (cerca de 3,3% da área potencial), no entanto apenas 35.000 ha encontram-se operacionais (cerca de 0,1% da área potencial).

As terras irrigadas distribuem-se da seguinte forma: 75,0% nas províncias de Maputo e Gaza; 22,0% em Sofala e Zambézia e 3,0% nas restantes 6 províncias. Agravando a situação da infra-estrutura para gestão da água está o facto de que cerca de 60,0% de águas superficiais provém de rios internacionais. Perante este cenário, a produção agrícola torna-se dependente das condições naturais, designadamente, a chuva, em circunstâncias em que os ciclos periódicos de calamidades naturais (secas e cheias) são características das principais bacias hidrográficas do país. Moçambique tem uma rede hidrográfica que poderá constituir um dos factores decisivos na melhoria das condições agro-pecuárias, se for feito o devido aproveitamento dos recursos hídricos.

2.1.2.14. *Vias de comunicação*

O serviço de transporte ferroviário de carga cresceu em 35,5%, resultante do impacto do transporte de carvão, bem como do impacto registado no tráfego de mercadorias em trânsito. O crescimento registado resultou da logística das exportações de carvão, magnetite, ferro-crómio, ferro-ore, alumínio, viaturas, açúcar, carga contentorizada, bem como do tráfego de mercadorias em trânsito dos países do *interland*.

O crescimento do sector ferroviário foi, igualmente impulsionado pela normalização do trânsito nas linhas férreas de Limpopo e de Ressano Garcia, que se tinha ressentido do efeito das chuvas torrenciais que se registaram no último trimestre de 2013; e pela dinâmica criada pelo transporte de carvão, que realizou 2.976,3 milhões de t-km contra 2,309.1 milhões de toneladas/km (t/km) em 2013, o que corresponde a 28,9% de crescimento.

Os portos constituem as infra-estruturas básicas para o transporte marítimo e o país conta com três categorias de portos: principais (Maputo, Beira e Nacala), secundários (Quelimane, Inhambane e Pemba) e terciários (Pebane, Chinde e Angoche)⁵, que tem registado um crescimento considerável no volume de cargas nos últimos anos. No que se refere ao transporte marítimo de passageiros verificou-se um crescimento do tráfego em cerca de 80,8%, tendo crescido de 23.9 milhões de passageiros em 2013 para 43.1 milhões de passageiros/km em 2014.

No tráfego marítimo de carga (cabotagem), foram realizadas 419,2 milhões de toneladas/km em 2014 contra 3671.0 milhões de toneladas/km em 2014 o que corresponde a um crescimento de 201,2% no tráfego. O crescimento registado deveu-se

⁴Principalmente na região sul do rio Save: risco de perda de colheita na agricultura de sequeiro excede os 50,0% (MINAG: Estratégia de Desenvolvimento Agrário).

⁵Os primários/principais oferecem melhor serviço e possuem maior capacidade de recepção de navios, os secundários apresentam muitas dificuldades operacionais, menor produtividade e grande limitação na recepção de grandes navios.

ao impacto positivo das embarcações em serviço, nomeadamente, nas travessias Maputo/Catembe, Maputo/Inhaca, Inhambane/Maxixe, Beira/Búzi, Quelimane/Recamba, Quelimane/Chinde e no Lago Niassa.

O tráfego aéreo de carga registou, no período em análise, um decréscimo 2,0%, por influência do tráfego internacional que reduziu na ordem de 33,3%. O tráfego aéreo de passageiros realizado foi de 788.8 milhões de p-km contra 736.6 milhões de pkm realizados no ano anterior, o que corresponde a um crescimento de 7,1%.

O crescimento registado no tráfego deveu-se a introdução de uma nova aeronave com capacidade para o transportar 132 passageiros, às parceiras com outras operadoras e a introdução de voos com tarifas reduzidas. De um modo geral, o Índice de Competitividade Global de 2014/5 (apresentado na tabela abaixo) deixa clara a fragilidade das infra-estruturas nacionais quando comparadas a alguns países vizinhos, como resultado do deficiente funcionamento dos portos terciários; as dificuldades de ligação dos portos aos distritos; a deficiente ligação entre os diferentes pontos do país devido à transitabilidade sazonal das via de acesso.

Tabela 11. Índice de Competitividade Global relativo a Infra-estruturas

Infra-estrutura	ICG 2014 – Ranking em 134 países			
	Moçambique	África do Sul	Malawi	Zimbabwe
Qualidade global das infra-estruturas	124	59	122	121
Qualidade das estradas	141	37	129	100
Qualidade dos caminhos-de-ferro	84	44	92	82
Qualidade dos portos	94	46	103	96
Qualidade dos aeroportos	119	11	114	116
Disponibilidades dos assentos aéreos por quilómetros	109	28	107	124
Qualidade do fornecimento de energia	108	99	130	131

Fonte: WEF, 2014/15

Em termos de infra-estruturas de transporte, Moçambique encontra-se melhor posicionado em relação ao Zimbabwe e ao Malawi, quanto a qualidade dos caminhos-de-ferro e aeroporto. Mas em relação a África de Sul não apresenta nenhum indicador com melhor posição.

2.1.2.15. Indústria

O potencial económico do país para a atracção de investimentos no campo da agro-indústria, agricultura, turismo, pesca e mineração é enorme. Projectos como o da Mozal, Barragem de Cahora Bassa, Corredores Ferro-Portuários e Complexos Turísticos ao longo de todo o país têm contribuído significativamente para colocar Moçambique na rota dos grandes investimentos regional e internacional.

Os produtos alimentares mais produzidos são: milho, arroz, horticulturas, mandioca; soja, gergelim, amendoim, feijão, girassol; açúcar, castanha de caju, coco; bananas, citrinos; chá, cevada, café. Além destes produtos existe ainda a produção de biocombustíveis, madeira, papel, tabaco e algodão.

O sector industrial moçambicano tem sofrido ao longo do tempo grandes modificações que concorreram para o seu enfraquecimento. Para além da guerra, a escassez de mão-de-

obra qualificada, os fracos conhecimentos de gestão, inviabilizaram a concretização dos vários projectos estruturantes no sector agrícola, industrial e na construção.

Com a paz relativa estabelecida em Moçambique em 1992, foi possível iniciar a recuperação das indústrias açucareiras, do chá e do tabaco; as indústrias do caju foram encerradas na sequência de aplicação de políticas sectoriais inconsistentes, a liberalização dos mercados de importação e uma ineficiente gestão abalaram a indústria de algodão, de tecidos e confecções, de oleaginosas e as PME's (Agenda 2025).

Embora, a estrutura industrial não tenha sofrido alterações substanciais nos últimos anos a produção industrial registou sinais de crescimento, tendo aumentado de 6,3% em 2013 para 8,5% em 2014:

- A indústria do tabaco registou um desempenho positivo (9,9%), influenciado pela excelente campanha agrícola. Contribuíram para o índice alcançado, a empresa *British American Tobacco* com 3,5% e *Mozambique Leaf Tobacco* com 10,9%;
- A indústria metalúrgica de base registou um crescimento na ordem de 0,75%, onde a maior unidade, a Mozal, teve um crescimento de 1,2% e as empresas produtoras de chapas de zinco registaram as seguintes taxas de crescimento: Zimal-Zincos de Maputo (18,0%); Ferpinta (213,0%), e a Harishe Grupo (2,0%). A *Mozrih Metais* decresceu em 4,9%. O grupo dos outros metais não ferrosos, não produziu durante o ano.
- O fabrico de outros produtos minerais não-metálicos registou um crescimento na ordem de 39,4%. Contribuíram para este crescimento, a Cimentos de Moçambique – Matola com 11,0%, a Cimentos de Moçambique. - Dondo com 22,5%, a Cinac com 66,7%, a Adil Cimentos com 20,0%, a Cimento Nacional com 27,2%, a S & S Cimentos com 265,2% (iniciou a actividade no II Semestre de 2013)⁶.

Verifica-se uma excessiva concentração e deficiente diversificação do tecido industrial: a Mozal, a indústria alimentar e de tabacos representam mais de 80,0% do produto industrial. As indústrias de engenharia, criadoras de capacidade tecnológica e promotoras de ligações dinâmicas – metalo-mecânica e química – representam apenas cerca de 7,0% do produto da indústria e esta proporção está a diminuir rapidamente. O grau de concentração da produção industrial aumentou. O peso dos dez principais produtos industriais na produção industrial total passou de 50,0% em 1959 para 80,0% em 2001. No mesmo período, houve algumas indústrias importantes que desapareceram e outras que perderam peso na economia, como a do processamento da castanha de caju.

2.1.2.16. *Impacto do crescimento económico na redução da pobreza*

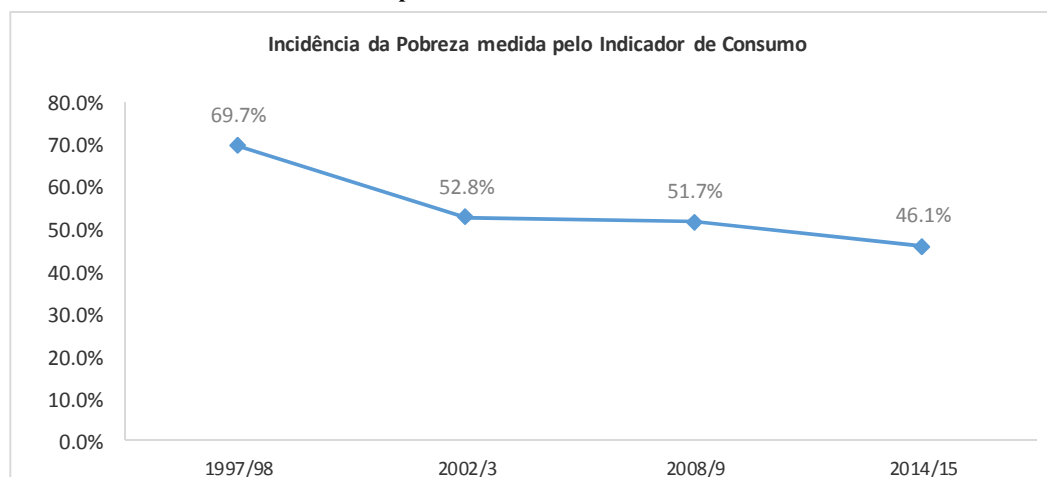
De acordo com o INE, o país reduziu a incidência da pobreza de 69,4% em 1997 para 46,1% em 2014/15, medido pelo IOF. Em 2009 foi realizado o IOF tendo-se registado uma ligeira subida da incidência da pobreza para 54,7%. Não existe uma explicação plausível para este fenómeno mas aventam-se como razões possíveis diferenças de

⁶ Este ano entrou em funcionamento a Austral Cimentos. Ainda não possui dados estatísticos relevantes.

metodologia entre os períodos e fraco impacto das políticas nacionais no combate a pobreza.

Apesar do sector da agricultura empregar a maior parte da população activa, a sua contribuição não foi muito significativa porque nos últimos anos tem registado taxas de crescimento cada vez mais baixas, por exemplo entre os anos 2011 e 2013 a taxa de crescimento reduziu de 5,8% para 3,3% (INE, 2013)

Gráfico 5. Incidência da Pobreza medida pelo Indicador de Consumo



Fonte: INE – IOF 2014/15 & PARPA II

2.1.3. Factores Socioculturais

2.1.3.1. Crescimento populacional e perfil etário

A população moçambicana, em 2014, era estimada em 25.041.922 habitantes, com uma taxa de crescimento de 2,7% representando uma redução de 0,1 ponto percentuais em relação a 2007. A população moçambicana é constituída maioritariamente (51,7%) por mulheres (INE: 2015).

A população moçambicana é maioritariamente jovem e a população economicamente activa (PEA) corresponde a 52,0%. Os dados do INE indicam, igualmente, que a maior parte (68,4%) da população moçambicana vive nas zonas rurais.

Tabela 12. Dados Demográficos de Moçambique - 1997-2014

Indicador	2007	2011	2014
População total	20.632.434	23.049.621	25.041.922
População masculina	9.930.196	11.108.128	12.082.782
População feminina	10.702.238	11.941.493	12.959.140
População masculina	48,1%	48,2%	48,3%
População feminina	51,9%	51,8%	51,7%
População, 0-14	46,9%	45,3%	45,0%
População, 15-59	48,6%	50,1%	52,0%
População, 60+	4,6%	4,7%	5,9%
População urbana	30,4%	31,0%	31,6%
População rural	69,6%	69,0%	68,4%

Indicador	2007	2011	2014
Índice de masculinidade (homens/100 mulheres)	92,8	93,0	93,2
Densidade demográfica (por Km ²)	25,3	28,8	30,0
Taxa de crescimento da população	2,8%	2,8%	2,7%

Fonte: INE, 2014

2.1.3.2. Educação

O sistema educacional moçambicano compreende o ensino geral, técnico e formação de professores. O número de unidades educacionais tende a aumentar ao longo do tempo e, de acordo com os dados do INE & MEDH (2015) o ensino primário do 2º grau (44,3%) e ensino secundário do 2º grau (33,1%) registaram as taxas mais elevadas de crescimento.

Tabela 13. Rede escolar do País - 2011-2014

Nível de ensino	2011	2012	2013	2014	Cres. (%)
Escolas Primárias do 1º Grau	10.800	11.164	11.457	11.742	8,7%
Escolas Primárias do 2º Grau	3.524	4.068	4.587	5.086	44,3%
Ensino Secundário do 1º Grau	412	446	458	470	14,1%
Ensino Secundário do 2º Grau	139	156	174	185	33,1%

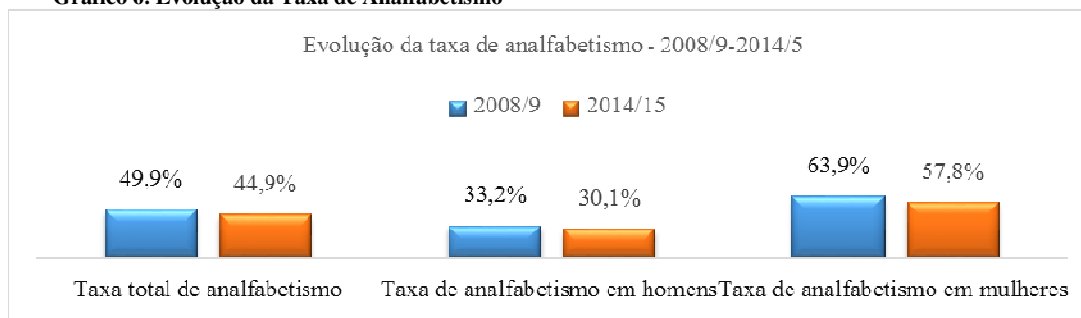
Fonte: MEC; INE 2011;-2015

Apesar da evolução da rede escolar, o país ainda está aquém de satisfazer as necessidades reais da população devido a incompatibilidade entre as taxas de crescimento da população e a taxa de crescimento das infra-estruturas escolares, agravada pela fraca distribuição da rede escolar entre as vilas e cidades. Desta forma foi introduzido o regime de três turnos como estratégia para fazer face ao problema da falta das vagas nas escolas, como consequência dessa estratégia a qualidade de ensino baixou devido à redução do tempo efectivo de aulas e maior pressão no uso dos mobiliários, assim como o excessivo uso de equipamento escolar.

O desenvolvimento do ensino privado pode ser considerado um complemento ao ensino público pois absorve estudantes, permite que haja maior especialização na formação para melhor ajustamento ao mercado de trabalho.

Aquando da proclamação da independência nacional (1975) o analfabetismo atingia 93,0% da população tendo reduzido para 49,9% entre 2008/9 e para 44,9% em 2014/5. A taxa de analfabetismo é mais elevada nas mulheres, tendo registado 63,9% em 2008/9 e 57,8% em 2014/15.

Gráfico 6. Evolução da Taxa de Analfabetismo



Fonte: INE, 2013-2014

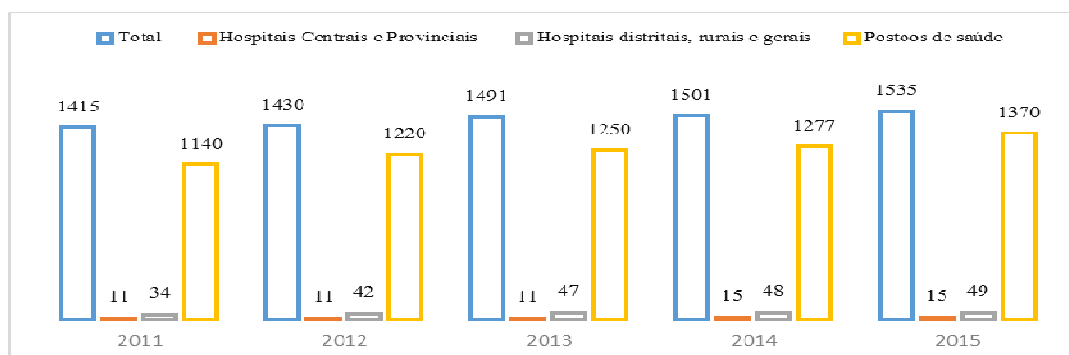
O MEDH aposta na política do livro gratuito cuja vantagem é aumentar o acesso a leitura pelos carenciados, diminuir o analfabetismo e, conseqüentemente, baixar os custos das famílias. Essas vantagens têm sido minadas com o descaminho dos livros para o mercado informal e fazendo com que as pessoas desacreditem as políticas nacionais.

O desenvolvimento profissional dos docentes, outra pedra basilar na qualidade de ensino, ainda é pouco visível a nível nacional, principalmente pela fraca formação psico-pedagógica que é agravada pela quase ausência de material didático.

2.1.3.3. Saúde

Em 2015, o país contava com 1.535 unidades sanitárias (sendo 15 hospitais centrais e provinciais, 49 hospitais distritais e gerais e 1.370 postos de saúde), contra as 1.415 que unidades sanitárias que havia em 2011 (sendo 11 hospitais centrais e provinciais, 39 hospitais distritais e gerais e 1.140 postos de saúde), representando um crescimento 8,5% da rede sanitária (INE 2015).

Gráfico 7. Evolução da Rede Sanitária da Província de Inhambane - 2011-2015



De um modo geral, registou-se uma melhoria na oferta dos serviços de saúde, resultando na melhoria dos indicadores da saúde pública. Como resultado da maior oferta dos serviços de saúde, a esperança de vida passou de 52,4 anos de idade em 2011 para 53,5 anos em 2014. Aumentou, igualmente, a cobertura de partos institucionais (de 23,0% pontos percentuais entre o período de 2003 e 2015, tendo subido de 48,0% em 2003 para 55,0% em 2011 e 70,0% em 2015).

A maior oferta dos serviços de saúde contribuiu ainda para a redução da taxa de mortalidade infantil (de 86,2 mortes/1000 em 2011 para 80,9 mortes/1000 em 2014).

Tabela 14. Alguns Indicadores de Saúde em Moçambique - 2011-2014

Indicadores	2011	2012	2013	2014
Taxa de bruta de natalidade (por mil)	41,4	41,1	40,5	39,9
Taxa de bruta de mortalidade (por mil)	13,5	13,2	12,9	12,7
Taxa de mortalidade infantil (por mil)	86,2	84,5	82,7	80,9
Esperança de vida, total (em anos)	52,4	52,8	53,1	53,5
Esperança de vida, homens (em anos)	50,4	50,7	51,3	51,3
Esperança de vida, mulheres (em anos)	54,5	54,9	55,3	55,6

Fonte: INE, 2011/15

A problemática do HIV/SIDA ainda constitui um dos grandes desafios que a região austral de África e Moçambique, em particular, enfrenta.

De acordo com INSIDA (2009), a prevalência do HIV/SIDA no país é de 12,0%. A taxa de prevalência de HIV/SIDA entre adultos dos 15-59 anos manteve-se constante em 11,5% entre 2008 e 2009, depois de demonstrar uma tendência crescente de 8,6% para 11,5% entre 1997 e 2008. A taxa de prevalência entre as mulheres, dos 15-49 anos, é de 13,1%, sendo superior à taxa de prevalência entre os homens (9,2%). O risco de infecção por HIV entre os adultos dos 15-49 anos é superior entre os residentes das áreas urbanas (15,9%) comparativamente aos residentes de áreas rurais (9,2%). A propagação do HIV/SIDA constitui uma das grandes ameaças ao desenvolvimento e traz consequências desastrosas à economia, pois afecta a adultos numa fase da vida altamente produtiva e responsável.

O governo, para além de reforçar medidas preventivas para evitar que ocorram novas infecções, tem disponibilizando meios de tratamento para reduzir o número de mortes como consequência do HIV/SIDA e/ou doenças associadas. Tais medidas incluem a distribuição de preservativos nos serviços de aconselhamento e testagem em saúde (ATS), serviços amigos do adolescente e jovem (SAAJ), prevenção da transmissão vertical (PTV), consultas de planeamento familiar (PF) e pré-natais, consultas externas e cuidados domiciliários. Em 2014, receberam tratamento anti-retroviral 547.439 pessoas adultas. O tratamento anti-retroviral pediátrico em crianças subiu de 25.891 em finais de 2012, para 56.399 crianças em 2014.

Relativamente à tuberculose, as acções do governo contribuíram para a maior capacidade de diagnóstico e seguimento de novos casos. Mas apesar disso, a tuberculose continua a representar um sério problema de saúde pública em Moçambique, sobretudo quando está associado ao HIV/SIDA.

A malária continua sendo um enorme problema de saúde pública em Moçambique. Em 2014, foram registados 5.485.327 casos da doença contra os 3.344.413 registados em 2011. Apesar de se ter observado um decréscimo de mortes por malária, de 2.047 em 2011 para 1.923 em 2014, a doença é ainda uma das maiores causas de morbilidade e mortalidade. Como parte das medidas de prevenção e combate à malária, em 2014, foram distribuídas 5.672.392 redes mosquiteiras impregnadas com insecticida (sendo 1.258.998 em consultas pré-natais e 4.413.404 em campanha), contra as 2.560.216 redes mosquiteiras (935.997 em consultas pré-natais e 1.624.419 em campanhas de cobertura universal) distribuídas em 2012 (Arroz JAH at all, 2016).

A cobertura das vacinações tem evoluído bastante nos últimos anos. De acordo com o INE (2015) o nível de cobertura de vacinação contra o bacilo de Calmette e Guérin aumentou de 101,6% em 2011 para 108,0% em 2014; aumentou ainda o nível de cobertura da vacina antipólio – III dose de 88,2% em 2011 para 94,0%. Este nível de desempenho foi motivado pela cobertura da informação sobre a importância da vacinação nas crianças, do planeamento familiar e dos cuidados a se ter em relação a tuberculose.

Tabela 8. Taxa de Cobertura de Vacinação na Província de Inhambane

Descrição	2011	2012	2013	2014
Bacilo de Calmette e <i>Guérin</i> (BCG)	101,6%	114,9%	109,0%	108,0%
Antipólio - III dose	88,2%	99,2%	94,0%	94,0%

Anti-Sarampo/ <i>Measles</i>	89,1%	94,2%	89,0%	91,0%
Difteria, tosse convulsa e tétano (DPT) - III dose	99,3%	103,3%	96,0%	97,0%

Fonte: INE, 2015

2.1.3.4. *Mudanças socioculturais*

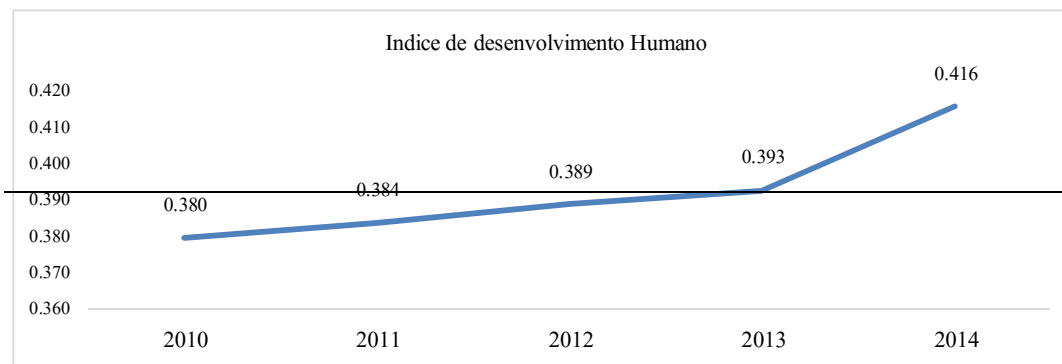
A sociedade moçambicana é diversificada não só em termos políticos e económicos, mas também em termos sociais e culturais. A diversidade cultural é caracterizada pela existência de vários grupos raciais e etnolinguísticos. A língua oficial é o Português, que coexiste com várias línguas nacionais de origem bantu. Outras dimensões da diversidade são as questões sociais que caracterizam as linhagens patrilinear versus matrilinear.

O governo reconhece o papel da cultura como componente determinante da personalidade dos moçambicanos e considera a sua valorização um elemento fundamental para a consolidação da unidade nacional, da identidade individual e de grupo.

2.1.3.5. *Índice de desenvolvimento humano*

O relatório sobre o desenvolvimento humano, de 2015, indica que o índice de desenvolvimento humano (IDH) tem melhorado, tendo passado de 0,384 em 2011, para 0,416 em 2014. A melhoria do IDH está associada ao aumento da escolarização (redução da taxa de analfabetismo); aumento da esperança de vida; aumento da posse de bens duráveis pelas famílias; a melhoria das condições de habitação; aumento do consumo de água segura; e o aumento do acesso à electricidade.

Gráfico 8. Índice de Desenvolvimento Humano



Fonte: UNDP, 2015

2.1.4. *Factores Tecnológicos*

2.1.4.1. *Investimentos públicos e transferência de tecnologia*

Desde Julho de 2006 que Moçambique tem uma estratégia de ciência, tecnologia e inovação de Moçambique (ECTIM). Esta é uma estratégia de base, transversal, com o objectivo principal de estimular a inovação nacional em benefício do desenvolvimento e do combate à pobreza. Ela assenta em quatro pilares: educação, investigação, actividades produtivas e disseminação.

É através de um reforço da capacidade interna de cada um destes pilares, bem como de uma melhoria da comunicação entre eles que a política procura promover a inovação nacional desejada, recorrendo, por um lado, aos recursos existentes dentro do país e, por outro, a conhecimentos científicos e tecnologias desenvolvidos no exterior. Para a produção de novas tecnologias, está sendo implantado em Maluana, no distrito de Manhiça um Parque de Ciência e Tecnologia.

Como forma de disseminação de informação e conhecimento assim como transferência de tecnologias, estão criados os portais dos governos provinciais e concebido o programa vilas do milénio em implementação no País. Regista-se também um crescimento de instituições de ensino superior e técnico profissional e conta-se com o fundo nacional de investigação (FNI) vocacionado para o financiamento de projectos de investigação orientados para a resolução de problemas específicos.

2.1.4.2. Padrões de consumo de Tecnologia de Informação e comunicação

O nível de acesso às tecnologias de informação e comunicação no país cresceu muito. Nesta componente de telefonia móvel destaca-se que a posse e uso de telefone celular aumentou de 32,8 celulares em cada 100 habitantes para 74,2 celulares por 100 habitantes o que representa um em 126,2%.

O país conta actualmente com três operadoras de telefonia móvel, nomeadamente Mcel, a Vodacom e a Movitel que oferecem serviço de dados e de voz em quase todos os distritos e localidades do país, ou seja os distritos e localidades do país beneficiam dos serviços de pelo menos uma operadores de telefonia móvel.

Gráfico 9. Número de Celulares em cada 100 Habitantes

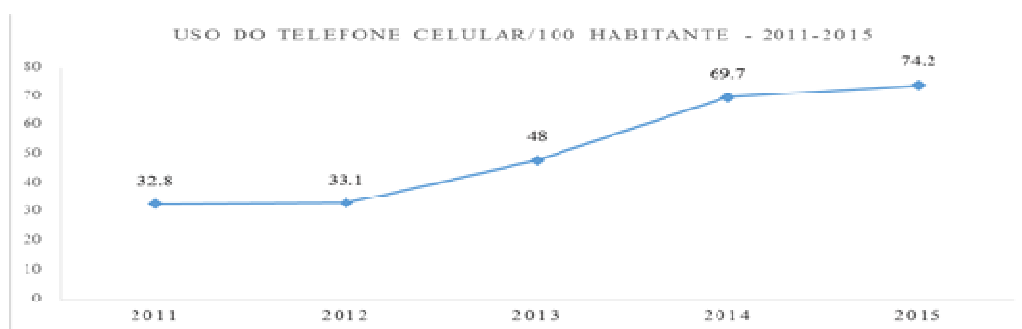
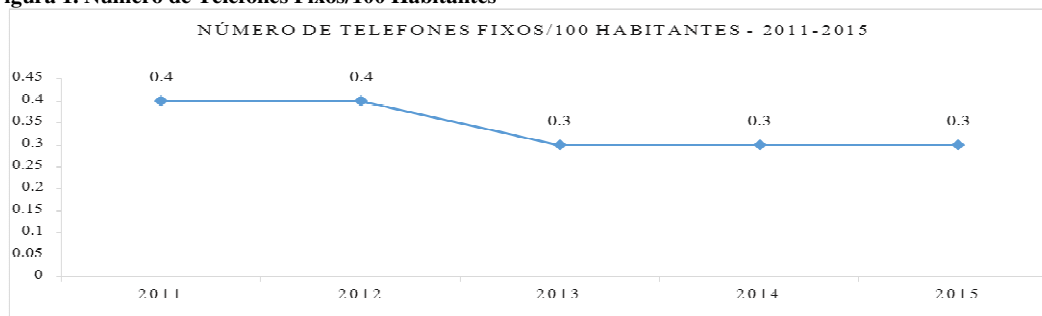


Figura 1. Número de Telefones Fixos/100 Habitantes

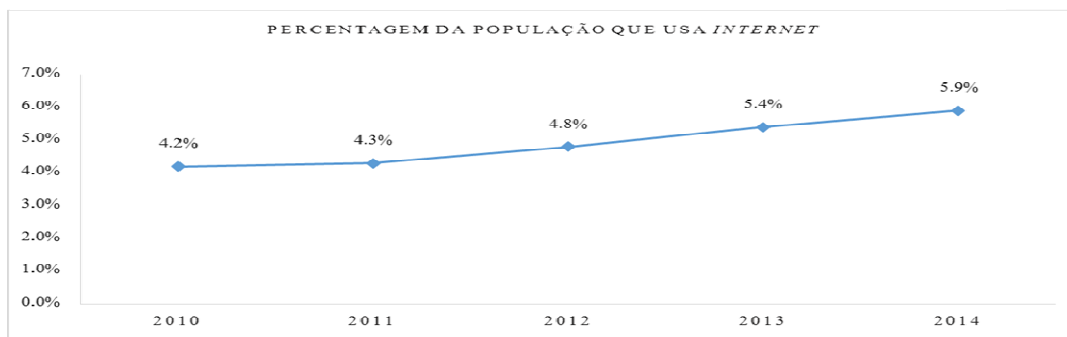


Fonte: FMI World Economic Outlook Database, 2015

De 2010 a 2014, o número de usuários de *internet* cresceu 40,5% (aumentando de 4,2% da população em 2011 para 5,9% população em 2014). É de notar que o número de usuários de *internet* foi sempre maior que o número de usuários de computadores pessoais, pode-se depreender que as escolas, as empresas, os *internet*-cafés, os centros de computadores e, mais recentemente os *smart phones* e outros dispositivos jogam um papel importante no acesso e utilização dos serviços de *internet* em Moçambique.

Em Moçambique o uso dos telefones móveis passou de praticamente zero em 1997 para mais de 29 usuários/100 habitantes em 2009. A adopção rápida desta tecnologia afectou o uso de telefones fixos, que baixou significativamente de usuários. A actividade de comunicação por correio, registou uma desaceleração, devido à redução verificada nos serviços de *fax*, encomendas postais, distribuição domiciliária, cabines públicas, bem como dos serviços de giro e telecartão. De referir que estas actividades são suplantadas pelos novos e modernos serviços oferecidos pela telefonia móvel.

Gráfico 10. Percentagem da População com Acesso à Internet



Fonte:File:///C:/Users/user/Desktop/Indicadores%20do%20Desenvolvimento%20Mundial%20-%20Google%20Public%20Data%20Explorer.html

Para impulsionar a componente das tecnologias de informação e comunicação sobretudo da sua utilização, foi aprovada a política de informática e colocados a nível de todas as províncias do país, centros provinciais de recursos digitais que oferecem serviços de formação em matéria de uso e manutenção de computador, uso de internet, serviços multimédia, entre outros. Dados do Ministério de Ciência e Tecnologia mostram uma evolução quanto ao número de usuários das TIC's.

Gráfico 11. Mapa da Província de Inhambane



2.2. Ambiente Interno – Província de Inhambane

Para a análise da província seguir-se-á também o método PEST, ou seja, as grandezas serão agrupadas nas variáveis político-legais, económicas, socioculturais e tecnológicas.

2.2.1. Factores Político-Legais

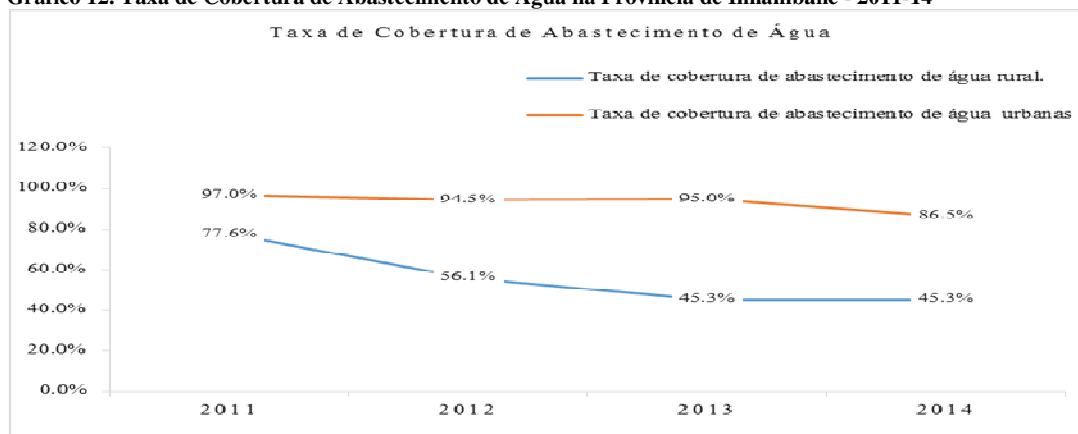
2.2.1.1. População

A população provincial é estimada em 1.475.318 milhões de habitantes (sendo 661.775 homens e 813.543 mulheres) e uma densidade populacional de 21 habitantes por km². Corresponde a 7,0% da população nacional e na mesma proporção se encontra a população rural e a população de 0 a 14 anos de idade. A população idosa, com idade igual ou superior a 60 anos, corresponde a 6,0% em Inhambane e somente a 4,0% no país. A população é predominantemente jovem (45,0% abaixo dos 15 anos) e feminina (56,0%), ou seja, para cada 100 mulheres existem 80 homens. Da população total, 79,0% vivem nas zonas rurais e em cada agregado familiar existem, em média, 4 a 5 pessoas.

A despesa média mensal da população situa-se a 3.116 Mt (equivalente a 94,0% da média nacional que se situa a 3.300 Mt) sendo que mais de metade da despesa corresponde a alimentação e um quarto aos combustíveis. As despesas em bens com uma certa durabilidade como mobiliário e vestuário correspondem a 6,0% e 5,0%, respectivamente. Esta distribuição da despesa é similar a distribuição da despesa nacional.

A taxa de cobertura de água apresenta a evolução na gráfico 12.

Gráfico 12. Taxa de Cobertura de Abastecimento de Água na Província de Inhambane - 2011-14



Fonte: INE, 2015

Mais de 36,0% dos crentes de Inhambane professam a religião sião ou zione, cerca de um quarto (24,0%) da população professa a religião católica e 10,0% a religião islâmica.

2.2.1.2. Governo da Província

O quadro legal de funcionamento dos órgãos locais do estado é estabelecido pela lei 8/2003, de 19 de Maio, lei dos órgãos locais do estado (LOLE), regulamentada pelo decreto n°11/2005, de 10 de Junho, que define as normas de funcionamento dos serviços

de Administração pública, e pela lei 5/2007, de 9 de Fevereiro, Lei das Assembleias Provinciais. Estes instrumentos legais estabelecem que:

- A província é a maior unidade territorial da organização política, económica e social da administração local do estado. A província é constituída por distritos, postos administrativos e localidades. A província abrange também as áreas das autarquias locais compreendidas no território;
- A província é administrada por um governo provincial que é um órgão do estado que garante no território da província a realização de tarefas e programas económicos, sociais e culturais de interesse local e nacional, observando a Constituição da República, as deliberações da Assembleia da República, as decisões do Conselho de Ministros e de outros órgãos do estado de escalão superior;
- Os órgãos de administração pública na província são: o Governador e o Governo Provincial;
- O governador provincial é o representante da autoridade central da administração do estado. Ele é nomeado, exonerado ou demitido pelo Presidente da República, nos seus impedimentos ou ausências, o substituto do governador é designado pelo Presidente da República.

O governador provincial tem as seguintes competências:

- Representa a autoridade central da administração do Estado na província;
- Dirigir o governo provincial;
- Supervisionar a administração do Estado na província;
- Dirigir a preparação, execução e controlo do programa do governo, do plano económico e social e orçamento do Estado na província;
- Orientar a elaboração das propostas do plano e orçamento da província e respectivo balanço de execução;
- Apresentar relatórios periódicos ao Presidente da República sobre a governação e a vida sócio-económica e cultural da província;
- Decidir sobre questões de gestão de recursos humanos do Estado pertencentes ao quadro do pessoal provincial;
- Orientar e acompanhar a concepção e implementação de actividades de agentes de cooperação internacional na província;
- Criar unidades de prestação de serviços de saúde primárias, bem como escolas primárias de ensino geral; e
- Tomar providência e dirigir instruções adequadas ao Comandante Provincial da Polícia da República de Moçambique, no âmbito de preservação da ordem e segurança públicas.

O governo provincial é o órgão encarregado de garantir a execução, no escalão da província, da política governamental centralmente definida. O aparelho do estado a nível provincial tem a seguinte composição:

- Secretaria provincial;
- Gabinete do governador provincial;
- Direcções provinciais; e
- Serviços provinciais.

O governo provincial realiza sessões ordinárias e extraordinárias. As sessões ordinárias realizam-se numa base quinzenal e as extraordinárias sempre que as necessidades de serviço o exigirem. As sessões do governo provincial são dirigidas pelo governador provincial. O governo provincial dispõe de autonomia administrativa no quadro da desconcentração da administração central. Os membros do governo provincial são nomeados centralmente. Compete ao governo provincial:

- Aprovar a proposta de plano e orçamento provincial, supervisionar a sua execução e apreciar o respectivo relatório e balanço, observando as decisões do Conselho de Ministros;
- Supervisionar a acção e o funcionamento dos órgãos locais do Estado dos escalões de distrito, posto administrativo e localidade em conformidade com a lei, as deliberações do conselho de ministros e com as especificidades da província;
- Deliberar sobre questões suscitadas pela aplicação de decisões emanadas das autoridades centrais da administração do estado;
- Fazer o acompanhamento da execução das medidas preventivas ou de socorro, em caso de eminência ou ocorrência de acidentes grave ou calamidade; e
- Exercer outras competências atribuídas por lei.

O governo da Província tem a seguinte composição: Governador Provincial; Secretário Permanente Provincial; e Directores Provinciais.

2.2.1.3. *Divisão Administrativa*

A província de Inhambane tem treze (13) Distritos (*Funhalouro, Govuro, Homóine, Inharrime, Inhassoro, Jangamo, Mabote, Massinga, Maxixe, Morrumbene, Panda, Vilanculos, Zavala*), vinte e seis (26) Postos Administrativos e setenta e seis (76) Localidades (anexo 9.1).

O Governo é representado, em cada distrito, por:

- Secretaria Distrital;
- Serviços Distritais das Actividades Económicas;
- Serviços Distrais da Saúde, Mulher e Acção Social;
- Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas;

A coordenação de actividades governamentais é feita através de sessões regulares do Governo Distrital. Para além do Governo Distrital, existem também o Conselho Consultivo que apoia o Governo Distrital.

2.2.1.4. *Assembleia-Provincial e Sociedade Civil*

Para além do governo, Inhambane tem uma Assembleia Provincial que fiscaliza a actividade do governo ao nível da província. No caso da província de Inhambane, a Assembleia Provincial é constituída por 80 membros todos pertencentes ao partido FRELIMO. A participação dos cidadãos, das comunidades locais, das associações e outras entidades representativas da sociedade civil está prevista sob várias formas:

- Observatório de Desenvolvimento: fórum de apreciação e avaliação dos planos e programas do governo e outras organizações, visando a redução da pobreza, integram sociedade civil, sector privado e parceiros de cooperação;

- Conselhos Consultivos Distritais: órgão de consulta ao nível do distrito com competências para deliberar sobre o uso do orçamento de investimento a ser realizado ao nível do distrito; e
- Conselho Consultivo de postos administrativos e localidades.

2.2.2. *Factores Sócio-Económicos*

2.2.2.1. *Recursos Humanos*

A província contava, em 2014, com 20.794 funcionários no seu quadro provincial, sendo 11.290 do sexo feminino e 9.504 do sexo masculino. De acordo com o INE (2014) 5.096 2.994 funcionários pertencem ao quadro de nível provincial e os restantes 17.800 pertencem ao quadro de nível distrital; 3.004 funcionários têm o nível superior, 8.648 tem o nível médio, 6.411 possuem o nível básico e 2.731 são de nível elementar (BalPES Inhambane, 2011 a 2014).

2.2.2.2. *Geografia e Recursos Faunísticos*

Inhambane é uma província da região sul de Moçambique, entre as latitudes 20° 57' Norte e 24° 51' Sul e as longitudes 35° 34' este e 34° 41' oeste. Tem uma extensão territorial de 68.615 km², o que corresponde a 8,7% da superfície total de Moçambique e é limitada, a norte, pelo rio Save, que a separa das províncias de Manica e Sofala, a oeste e a sul, confina com a província de Gaza e, a leste, é banhada pelo Oceano Índico. A capital da província é Inhambane dista 469 km da cidade de Maputo, 802 km da cidade da Beira e 1.746 km da cidade de Nampula, principais centros políticos e económicos do país.

O clima de Inhambane é tropical húmido na faixa costeira e tropical seco no interior, caracterizado por duas épocas do ano, correspondentes às épocas seca (fresca) e húmida (quente). A estação chuvosa e quente vai de Novembro a Abril e a seca e fresca de Maio a Outubro. Na estação chuvosa e quente a temperatura média da província eleva-se a mais de 34 graus centígrados, enquanto na seca e fresca a temperatura varia entre os 22 e 26 graus centígrados. A humidade relativa do ar varia entre os 67,0% e os 76,0%.

A província de Inhambane não apresenta elevações dignas de referência, sendo maioritariamente marcada por uma grande área de planícies levantadas. Ao norte da província, concretamente no distrito de Govuro pode-se encontrar uma área de planícies aluvionares da bacia do rio Save. Na zona Oeste, nos distritos de Mabote e Funhalouro temos uma área de depressões pantanosas e a grande formação calcária de Jofane. Ao longo do litoral podem-se encontrar acumulações de aluviões marinhos e dunas de influência eólica, com uma altitude variável e inferior a 200 m. As cotas aumentam no sentido nascente-poente, atingindo um máximo de 270 metros de altitude.

Nos distritos do interior como Funhalouro e Mabote e no interior dos distritos de Govuro, Vilankulo, Massinga e Morrumbene os solos predominantes são de mananga, e em toda a linha de costa da província, bem como no interior dos distritos de Zavala, Inharrime, Homoíne, Panda, Inhambane e Maxixe os solos são arenosos, do tipo rególicos. Ainda na zona norte da província, no distrito de Govuro podem-se encontrar solos aluvionares

fluviais, pouco profundos sobre rocha não calcária e junto ao rio Save pode-se encontrar os litossolos.

Inhambane tem uma grande Bacia Hidrográfica (Bacia do Save) e outras oito bacias cujos rios principais são (Save, Inharrime, Donui, Nhatocue, Furvela, Nhaliavale, Changane, Govuro e Tavele); quinze lagoas, sendo algumas de água salgada e de origem residual (Manhail, Zevane, Muamuandane, Nhamanene, Nhalehenque, Dongane, Poelela, Maine, Maçava, Chiguire, Nhavarre, Nhandimbe, Nhangulaze, Nhanuvué e Nhangela); uma baía (Inhambane); dois cabos (das correntes e da Barra); um arquipélago composto por quatro ilhas (Bazaruto, Santa Carolina, Magaruque e Benguerua). O balanço hídrico da província de Inhambane apresenta boa disponibilidade de água para diversos usos, particularmente para o turismo de praia, mar e sol, mergulho e pesca desportiva, numa linha de costa de 700 km.

A província de Inhambane tem quatro distritos de interior e nove costeiros, onde abundam recursos faunísticos com destaque para os “*big five*” (grandes mamíferos). A caça, a pesca e a fauna bravia constituem uma importante fonte suplementar de alimento para as famílias da província.

O Parque Nacional do *Zinave*, o Parque Nacional do Arquipélago de *Bazaruto* e a Reserva de caça de *Pomene* constituem importantes áreas de protecção da fauna bravia, marinha e da flora, com ocorrência de espécies selvagens de pequeno e grande porte, tais como: cabritos, búfalos, antílopes, macacos, elefantes, bois-cavalo, changos, cabrito cinzento, facoceros, coelhos, lebres, zebras, cudos, hipopótamos, galinhas do mato, avestruzes, entre outros⁷.

O potencial marinho existente em Inhambane, com destaque para os dugongos, golfinhos, tartarugas marinhas, tubarão baleia, raia manta, é importante para o desenvolvimento do turismo na província. Devido ao seu potencial marinho, em Inhambane pratica-se pesca artesanal⁸, com peso superior a 90,0% e pesca semi-industrial⁹ para além da pesca recreativa e desportiva.

As capturas em Inhambane são dominadas por pequenos pelágicos como o carapau, a sardinhas, o peixe pedra, o cachucho etc., grandes pelágicos migradores e os grandes demersais, como xereua, serra, barracuda, atum, tubarão e outros. A província possui também camarão, caranguejo, lagosta, lulas e corais.

A deficiente capacidade da fiscalização da actividade pesqueira, derivada das insuficiências de meios, recursos humanos e financeiros, poderá contribuir significativamente para a destruição e desaparecimento de algumas espécies.

Os animais domésticos são igualmente importantes e usados na província, quer para o consumo quer para a comercialização. As espécies domésticas existentes na região são: gado bovino e caprino, galinhas, patos, porcos, ovelhas e coelhos. O boi e o burro são também utilizados para a tracção animal.

⁷Algumas espécies estão em perigo de extinção devido a caça furtiva, entre outros factores.

⁸Actividade praticada usando artes de pesca rudimentares é basicamente para a subsistência.

⁹Utilizam embarcações até 10 metros de comprimento com uma autonomia não acima de 07 dias é de carácter comercial.

As grandes limitações ao desenvolvimento da actividade pecuária prendem-se fundamentalmente com questões de seca, escassez de pastos melhorados, prevalência de doenças, ausência de serviços de extensão e de assistência veterinária, incidência de carraça inoperacionalidade de infra-estruturas pecuárias.

2.2.2.3. *Vegetação, Silvicultura, Frutícolas e Recursos Geológicos*

A província é rica em termos de vegetação visto possuir diferentes tipos de flora. Na zona costeira da província pode-se encontrar por um lado o mangal, constituído por formações lenhosas, geralmente arbustivas ou arbóreas de pequeno porte que habitam em terrenos mais ou menos lodosos das margens dos estuários dos rios e reentrâncias da costa, na vasa inundada pela água salgada e sujeita a influencias das marés; têm grande importância económica como produtoras de madeiras duras e resistentes para construções marítimas; por outro lado, uma vegetação herbácea e subarbustiva das praias, conhecida por vegetação fixadora das areias marinhas, que se caracteriza por agrupamentos mais ou menos espaçosos constituídos por gramíneas ou pela posição prostrada das plantas, cujos caules, em geral rastejantes, chegam a ter muitos metros de extensão.

Inhambane possui zonas florestais com um potencial médio elevado para produção florestal. No interior da província de Inhambane predomina savanas e estepes e existem ainda tipos de florestas constituídos por um número reduzido de espécies, o que lhes aumenta o carácter de uniformidade. As florestas da província encontram-se actualmente bastante dizimadas quer por exploração de madeiras e pelo abate indiscriminado como por preparação de terrenos de culturas diversas.

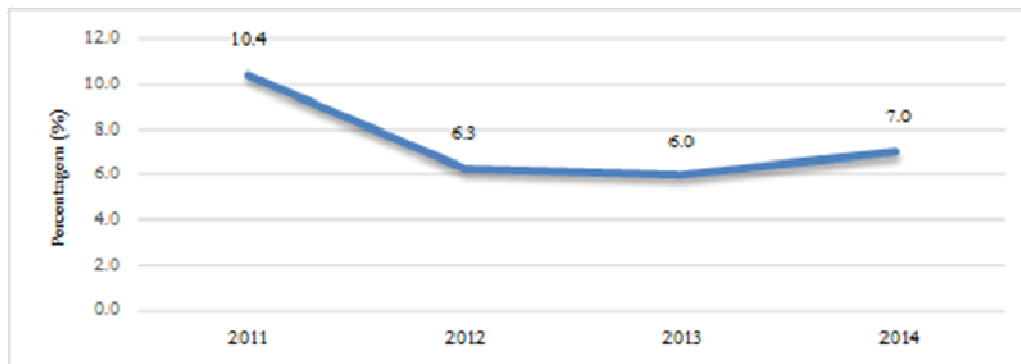
A província de Inhambane possui ainda árvores fruteiras dos mais variados tipos e também árvores de espécies nativas de grande potencial comercial, tais como a *chanfuta*, a *umbila*, a *messessa*, o *simbire* e espécies de mangal. Estas árvores servem ainda como material de construção local, lenha e como matéria-prima para fazer carvão. As árvores fruteiras e oleaginosas mais importantes são o cajueiro e o coqueiro, cujos frutos podem ser consumidos ou comercializados frescos, secos ou processados. A província possui outras árvores fruteiras, tais como citrinos, mangueiras, mafurreiras, bananeiras, papaieiras, goiabeiras, *canhueiros*, *massaleiras* e ateiras. A província possui também algumas fruteiras exóticas e nativas como a *tindziva* e o embondeiro. O cacto é também uma planta exótica aproveitada para fazer bebida tradicional. Apesar da existência de todas estas árvores frutícolas e silvicultura há grandes limitações tais como: seca, pragas, falta de mudas, de viveiros e de sementes. Escassez de terras férteis. Existem ainda dificuldades de acesso a água potável. As comunidades abastecem-se com água de poços, furos, lagos, charcos. Existem também problemas de erosão e desflorestamento.

Os recursos minerais são pouco diversificados na província. Efectivamente, Inhambane é pobre em termos de minérios comparativamente a outras províncias do país. Dos treze distritos da província de Inhambane apenas Govuro e Inhassoro possuem minérios, tais como gás natural, calcário e tântalo/titânio, havendo também evidências da existência de areias pesadas no distrito de Jangamo. A província possui ainda um oleoduto de gás natural que liga Inhassoro, na zona de Temane, a vizinha República da África do Sul.

2.2.2.4. Crescimento Económico (PIB)

Entre os anos 2011 e 2014 a província de Inhambane registou uma taxa média de crescimento do PIB de 7,4%, representando um grau de cumprimento de 92,5% da meta prevista.

Gráfico 13. Produto Interno Bruto - 2011-2014



O objectivo estratégico geral visava:

“...manter o crescimento económico a uma taxa média do PIB de pelo menos 8,0% ao ano...”.

O produto interno bruto (PIB) da província cresceu a uma taxa média de 6,9% entre os anos 2008 e 2014, tendo registado uma taxa atípica de 10,4% em 2011.

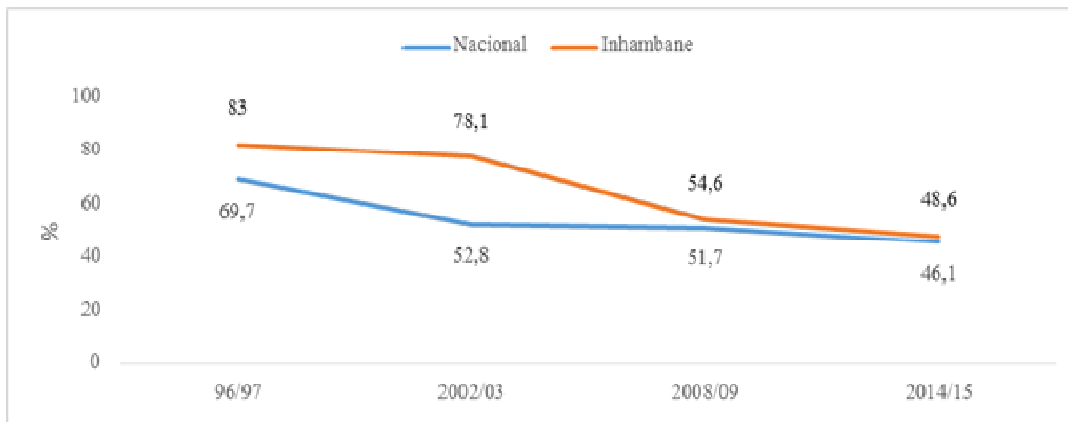
2.2.2.5. Incidência da Pobreza Humana

A avaliação da evolução da pobreza na província de Inhambane teve como base dois indicadores do Inquérito sobre Orçamento Familiar (IOF) realizado entre 2014/15, nomeadamente, o indicador de consumo (com consumo médio de 2.150 calorias por dia/per capita) e o indicador multidimensional. Este último indicador é utilizado para avaliar um conjunto de privações de indivíduos ou famílias no acesso à água potável, habitação condigna, educação, cuidados de saúde, saneamento adequado, incluindo a posse de bens duráveis¹⁰.

O indicador de consumo reduziu de 54,6% em 2008/9 para 48,6% em 2014 (6,0 pontos percentuais), tendo alcançado 63,8% da meta de 45,0% estabelecida no PEPI-II. Contudo, a parte da população que vive abaixo da linha da pobreza (48,6%) situa-se acima da média nacional 46,1%. (INE 2016). O decréscimo foi mais acentuado no indicador multidimensional (16,0 pontos percentuais), de 49,0% em 2011 para 33,0% em 2014. Este indicador não influenciou a média da avaliação porque não estava previsto no PEPI-II.

¹⁰ É comumente aceite que o indicador multidimensional é mais fiável, ou seja, mede melhor a pobreza do que o indicador baseado somente no consumo, que entre outros factores depende muito da época em que se faz a medição.

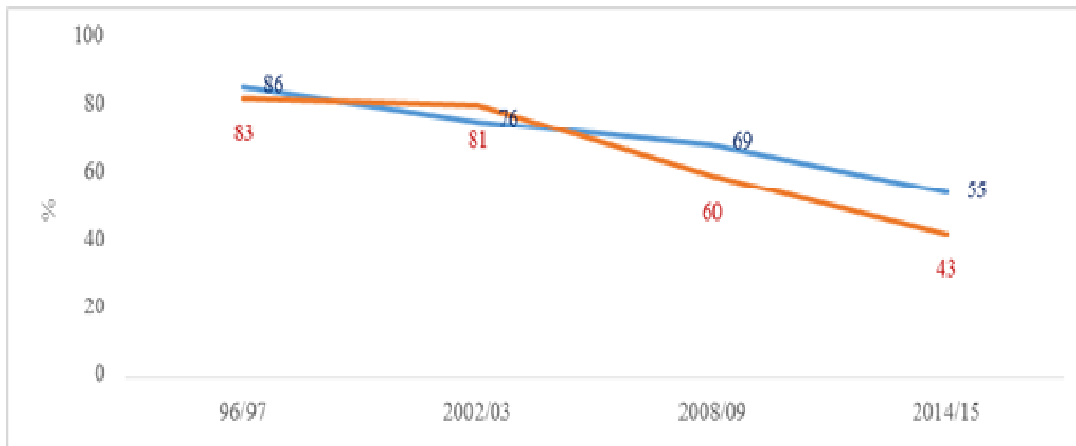
Gráfico 14. Incidência da Pobreza medida pelo Indicador de Consumo



Ao nível da província de Inhambane, a redução da pobreza medida pelo indicador de consumo registou uma baixa intensidade no período de 97 a 2003. Deste ano a 2014 a intensidade aumentou significativamente, vindo a reduzir no período de 2009 a 2014.

Ao nível nacional, o padrão de redução da pobreza de 1997 a 2003 foi o mais alto. A partir deste último ano, a pobreza de consumo manteve-se praticamente estável, vindo a registar uma intensidade semelhante da província no último período.

Gráfico 15. Incidência da Pobreza medida através do Indicador Multidimensional



Ao nível da província de Inhambane a incidência da pobreza reduziu lentamente de 97 a 2003. A partir deste ano intensificou, tendo registado níveis inferiores aos do país. Considerando que o objectivo geral visava, na sua segunda parte:

“...reduzir a incidência da pobreza de 54,6% em 2009 para 45,0% em 2014”.

A avaliação concluiu que a redução da pobreza foi atingida em 63,8% da meta estabelecida no PEPI-II.

De acordo com o indicador multidimensional¹¹, a percentagem de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza reduziu de 60,0% em 2009 para 43,0% em 2014/15, representando uma redução em 17,0 pontos percentuais. À semelhança do nível de consumo, a redução do indicador de pobreza multidimensional é superior a da média nacional, que reduziu de 69,0% em 2009 para 55,0% em 2014/15, ou seja, 14,0 pontos percentuais.

De acordo com os dados anteriores infere-se que, em 2014, a pobreza de Inhambane era inferior a pobreza da média nacional (43,0% em Inhambane contra 55,0% na média nacional, medidos pelo indicador multidimensional, mas o número de pessoas que vive abaixo da linha de pobreza medida pelo consumo é superior em Inhambane 48,6% contra 46,1% relativo a média nacional).

2.2.2.6. *Finanças*

A província realizou uma receita global de 104.747,2 mil milhões de meticais, de uma meta de 72.355,77 mil milhões de meticais, representando uma realização da meta em 144,7%; comparativamente a 2011, o nível de cobrança de receitas de 2011, representou uma redução em 4,0%.

Relativamente às receitas próprias da província o sector da saúde (825,0%) e o sector de educação (78,0%) registaram as taxas de crescimento mais elevadas, comparativamente a outros sectores. Quanto às receitas consignadas, o destaca-se o sector de Turismo com um crescimento em 150,0% e o sector da Indústria e Turismo com uma redução de 59,0% em relação ao ano de 2011.

A contribuição dos distritos para o orçamento da província, em 2014, foi de 40.292,03 mil milhões de meticais contra 40.242,55 mil meticais da meta fixada para o ano, representando uma realização da meta em 100,0%, e um crescimento de 339,4% em relação a 2011 cuja contribuição foi de 9.167,89 mil milhões de meticais. Os distritos de Massinga (329,9%), Vilanculos (329,2%) e Homoine (243,7%) registaram as taxas mais elevadas de cobranças de receitas.

A província de Inhambane, em 2014, cobrou 402.36 mil milhões de Meticais de imposto de reconstrução nacional, representando uma realização de 70,0% abaixo da meta estabelecida em 568,95 mil milhões de meticais. Comparativamente a 2011, o nível de colecta do imposto de reconstrução nacional registou um crescimento global de 47,4%.

Os distritos de Funhalouro (128,5%), Zavala (119,0%) e Vilanculos (112,0%) registaram as taxas mais elevadas de cobrança do imposto de reconstrução nacional enquanto que os distritos de Panda (-58,7%) e Homoine (-21,5%) registaram as taxas mais baixas de cobrança do imposto de reconstrução nacional, se situando muito aquém das taxas registadas e 2011.

O governo da província de Inhambane realizou, em 2014, despesas correntes que totalizaram 4.406.262,59 mil meticais, num limite de 4.491.401,40 mil milhões de meticais, representando uma execução da despesa em 98,1%, enquanto que em 2011 a

¹¹ Este indicador não estava previsto no PEPI II pelo que não foi avaliado.

execução das despesas foi de 2.258.006,61 mil milhões de meticais, representando um crescimento global de 95,1%.

As despesas com bens e serviços (170,3%) e as Autarquias Locais (95,1%), para além de terem representado as áreas com os maiores investimentos, registaram as taxas mais elevadas de crescimento entre os anos 2011 e 2014.

2.2.2.7. *Agricultura*

A agricultura é a actividade dominante na província, praticada em todos os distritos, envolvendo fundamentalmente as famílias locais. As principais culturas alimentares do sector familiar são: milho, feijão-nhemba, mexoeira, mapira, amendoim, mandioca, hortícolas e leguminosas diversas. A copra, mafurra, cana-de-açúcar, batata-doce, o gergelim, algodão, caju e o coco são também produzidas e comercializadas na província.

A castanha de caju e o algodão registaram uma produção muito aquém do planificado. De acordo com os dados da DPASA – Inhambane, a castanha de caju registou uma produção global de 6.040 t, das 10.800 t/ano planificadas para 2014 e 10.000 t produzidas em 2011. Comparando a produção de 2014 com a de 2011 verificou-se uma redução de 39,6%, embora o sector tenha levado a cabo o tratamento 380.000 cajueiros, através de 340 provedores de serviços e 350 atomizadores beneficiando um total de 16.000 famílias.

O algodão tinha como meta a produção de 550 t/ano, num contexto em a produção atingiu o pico estimado em 1.000 t/ano, antes de 2011. Considerando que, em 2014, foram produzidas apenas 52 toneladas das 425 t planificadas, a realização da meta¹² foi de 12,2%. Relativamente à produção das culturas alimentares, a província de Inhambane produz tubérculos (mandioca, batata doce e batata reno), leguminosas (amendoim e feijões), cereais (milho, mapira, mexoeira e arroz) e outras (ananás e hortícolas).

Tabela 16. Produção Agrícola em Toneladas na Província de Inhambane - 2011-2014

Culturas	2010/11	2011/2012	2012/13	2013/14	2014/15
Cereais	282.256	269.428	306.325	329.954	355.188
Milho	187.321	198.862	208.633	225.114	242.484
Mapira	45.089	11.924	12.402	13.172	14.160
Mexoeira	17.979	40.040	42.848	45.830	49.267
Arroz	11.867	18.602	42.442	45.838	49.277
Leguminosas	74.101	92.952	101.945	108.790	116.950
Amendoim	38.680	53.776	47.641	58.669	53.880
Feijões	35.421	39.176	54.304	50.121	63.070
Tubérculos	1.487.155	1.500.014	1.647.658	1.795.942	2.062.462
Mandioca	1.476.689	1.489.189	1.641.483	1.783.310	2.048.883
Batata-reno	4.934	5.080	5.520	5.961	6.408
Batata-doce	5.532	5.745	6.175	6.671	7.171
Outras	105.828	204.290	117.720	143.585	154.354
Hortícolas	103.498	122.200	117.720	121.848	130.987
Ananás	2.330	19.635	20.126	21.737	23.367

Fonte: DPASA – Inhambane

¹² Dada a redução da produção, o sector reduziu a meta para 64 t/ano. Esta meta também não foi cumprida tendo a produção se limitado a 44 toneladas em 2014.

A produção agrícola melhorou na última década, chegando a duplicar o seu volume total em toneladas, sobretudo culturas tolerantes a seca. Os altos níveis de produção alcançados na campanha agrícola 2014/15 foi resultado da conjugação de vários factores como o aumento dos investimentos no sector com impacto no aumento da área cultivada, a regular queda pluviométrica na última campanha associada com os investimentos em sistemas de irrigação e o aproveitamento das zonas baixas.

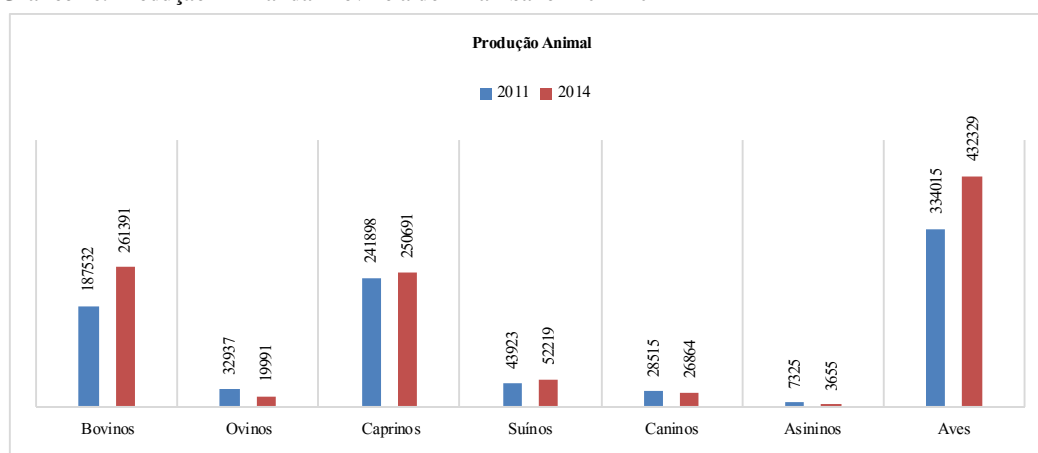
O aumento da produção resultou ainda do melhoramento das sementes e metodologia de medição de rendimentos das culturas alimentares e de rendimento; do aumento das áreas de produção com aproveitamento do potencial das baixas e fontes hídricas naturais; da provisão atempada de insumos (sementes e outros factores de produção) que garantiram boas colheitas; do alinhamento dos esforços dos governos provincial e distritais para assegurar a provisão dos factores de produção e da assistência técnica ao sector produtivo; da realização de campanhas fitossanitárias periódicas em toda a província; bem como da monitoria dos postos de fiscalização para mitigação da disseminação da mosca de fruta a sul do rio Save e a doença do amarelecimento letal do coqueiro.

Relativamente à extensão rural, foi estabelecida como meta elevar o número de extensionistas, até 461 (em 2020) para assistir 130.000 produtores. A província conta actualmente com 166 extensionistas da rede pública e 63,5% da rede privada, representando a realização da meta em 63,5%.

No entanto, ainda persistem factores limitantes que influenciam directamente na produção de culturas alimentares, nomeadamente: escassez ou irregularidades de chuvas em algumas campanhas, fraco potencial agro-ecológico das terras, falta ou insuficiência de sementes, utensílios de produção, tracção animal e de condições de rega, ausência de cultura de uso de adubos e fertilizantes pela maioria dos seus habitantes, pragas, entre outros.

A produção bovina cresceu em 39,0% de 2011 a 2014. Enquanto isso, a produção ovina baixou 39,0%. A produção do gado caprino registou uma subida de 3,6%. A produção suína subiu 18,8%. Finalmente, a produção avícola registou um crescimento de 29,4% (DPASA Inhambane, 2014).

Gráfico 16. Produção Animal da Província de Inhambane - 2011-2014

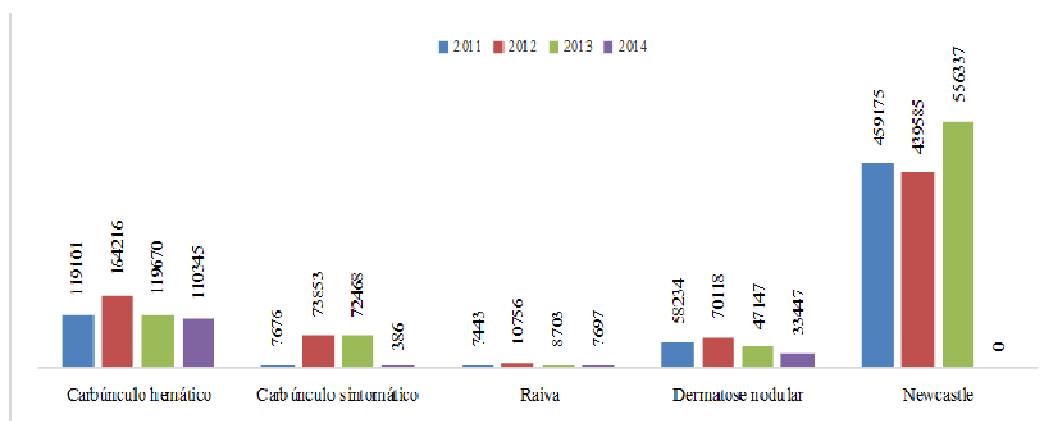


DPASA – Inhambane, 2010-2015

Os dados globais de sanidade animal, entre os anos 2011 e 2014, indicam que o número de animais vacinados reduziu de 651.629 em 2011 para 151.875 em 2014, representando uma redução em 76,7%. De acordo com a DPASA – Inhambane os resultados negativos foram influenciados pela falta de *stock* de vacinas na província.

A ausência de vacinas para o combate da praga animal é complementada por 55 tanques carracicidas, 356 corredores de tratamento, 2 centros de fomento de gado (Inhamússua, com cerca de 8.000,00 ha e Muapsa com cerca de 10.000,00 ha). Em 2014 foram 938.623 banhos, sendo 295.515 por imersão, 608.641 pulverização, aspersão - 4.169 e 30.298 *pour-on*.

Gráfico 17. Sanidade Animal na Província de Inhambane - 2011-2014



DPASA – Inhambane, 2010-2015

Relativamente à produção de carne (bovina, suína, caprina e de frango), os dados da DPASA – Inhambane indicam que a produção global de carne aumentou em 30,3% (de 1.242,01 t em 2011 para 1.617,77 t em 2014), com destaque para pequenos ruminantes e frango, cuja produção cresceu em 152,0% (12,3 t em 2011 para 50,8 t em 2014) e, em 48,4% (de 698,00 t em 2011 para 1.409,00 t em 2014).

Tabela 17. Produção de Carne em Toneladas na Província de Inhambane - 2011-2014

Tipo de vacina	2011	2012	2013	2014	Cresc. - 2011-14
Carne bovina	307,50	341,00	377,00	405,00	31,7%
Carne suína	122,50	123,00	177,00	138,00	12,7%
Carne de pequenos ruminantes	12,30	20,00	31,00	31,00	152,0%
Carne de frango	698,00	613,00	517,00	1.036,00	48,4%
Total de carne produzida (ton.)	1.242,01	1.097,00	1.042,00	1.617,77	30,3%
Ovos (dúzias)	20.315,00	311.706,00	285.767,00	205.973,00	1.417,0%

DPASA – Inhambane, 2010-2015

2.2.2.8. Indústria

O parque industrial da província de Inhambane cresceu de 230 estabelecimentos, em 2011, para 339 em 2014, um aumento de 47,4%. Se por um lado a cidade de Inhambane (87,0%), o distrito de Homoine (58,3%) e a cidade de Maxixe (53,5%) destacaram-se por terem registado as maiores taxas de crescimento do parque industrial, por outro lado os

distritos de Mabote (5,6%); Inharrime (13,3%) e Massinga (14,3%) se destacaram pelas mais baixas taxas de crescimento industrial. (DPIC - Inhambane, 2011/4).

Tabela 9. Taxa de Crescimento (%) do Parque Industrial da Província de Inhambane - 2011-2014

Distrito	2011	2012	2013	2014	Cresc. 2011-14
Govuro	10	12	13	14	40,0%
Inhassoro	7	7	7	8	14,3%
Vilankulo	20	22	23	24	20,0%
Mabote	18	19	19	19	5,6%
Funhalouro	-	1	1	8	-
Massinga	14	14	15	16	14,3%
Morrumbene	13	13	18	19	46,2%
Homoíne	12	16	18	19	58,3%
Maxixe	43	53	62	66	53,5%
Inhambane	46	56	71	86	87,0%
Jangamo	13	14	16	19	46,2%
Panda	10	10	10	12	20,0%
Inharrime	15	16	16	17	13,3%
Zavala	9	9	10	12	33,3%
TOTAL	230	262	299	339	47,4%

DPASA – Inhambane, 2010-2015

A produção industrial da província de Inhambane, registou um considerável entre os anos 2011 e 2014. Os dados da DPIC – Inhambane indicam que a produção de sabão, óleo cru de copra, bagaço e sal ultrapassaram os 100%. Acontecendo o mesmo em relação à produção gráfica e de mobília de madeira.

Tabela 10. Produção Industrial da Província de Inhambane - 2011-2014

Produtos	2011	2012	2013	2014	Cresc. 2011/14
Sabão (ton.)	2.947,1	2.998,0	3.169,5	3.199,8	317,8%
Óleo cru de copra (ton.)	7.320,0	7.665,0	7.782,1	7.998,9	320,3%
Bagaço de copra (ton.)	4.688,2	4.866,0	4.989,9	5.100,0	319,0%
Sal (ton.)	7.287,9	9.408,0	10.407,7	10.707,0	1741,0%
Produção total (toneladas)	22.243,2	24.937,0	26.349,2	123.368,7	785,2%
Produção gráfica (10 ³ Peça)	3.66,7	282,2	398,0	401,0	294,8%
Mobília de madeira	6.262,0	6.474,0	7.239,0	7.870,0	344,7%

DPASA – Inhambane, 2010-2015

2.2.2.9. Comércio

A província de Inhambane possui um comércio diversificado e está bem integrada nas redes de mercado, quer entre os distritos da província, quer entre as províncias vizinhas mais próximas (Maputo, Gaza, Manica e Sofala). A actividade comercial é baseada sobretudo na produção e transacção de produtos agro-pecuários produzidos a nível do sector familiar e bens de consumo essenciais. A rede comercial cresceu em 25,4% ao ano, ou seja, o número de estabelecimentos comerciais aumentou de 4.464 estabelecimentos comerciais em 2011 para 6.500 em 2014. As cidades de Inhambane (115,2%) e Maxixe (146,2%) registaram as taxas mais elevadas de crescimento, enquanto que o distrito de Panda (-33,8%) registou um crescimento negativo.

Tabela 11. Evolução da Rede Comercial (Número de estabelecimentos) - 2011-2014

Distrito/ cidade	2011	2012	2013	2014	Cresc. 2011-2014
Govuro	195	204	216	220	12,8%
Inhassoro	311	322	335	354	13,8%
Vilankulo	277	297	319	352	27,1%
Mabote	113	120	132	131	15,9%
Funhalouro	131	138	150	143	9,2%
Massinga	638	658	690	707	10,8%
Morrumbene	479	501	524	552	15,2%
Homoíne	443	463	485	508	14,7%
Maxixe	223	272	326	480	115,2%
Inhambane	292	378	472	719	146,2%
Jangamo	411	428	447	433	5,4%
Panda	219	225	231	145	-33,8%
Inharrime	332	344	358	375	13,0%
Zavala	400	420	442	481	20,3%
TOTAL	4.464	4.770	5.127	5.600	25,4%

Fonte: Balanço do Governo Provincial 2010 - 2015

A comercialização agrícola e dos produtos em geral regista uma tendência de crescimento no volume de produtos transaccionados entre os principais produtos agrícolas na província, nomeadamente: a copra, a castanha de caju, o milho, a mandioca, entre outros.

Entre 2011 e 2014 a produção comercializada da província de Inhambane cresceu de 52.824,3 toneladas em 2011 para 1.224.060,2 toneladas em 2014. A comercialização da mandioca, cuja comercialização crescer de 4.256,6 toneladas em 2011 para 568.858,3 toneladas em 2014; coco que cresceu de 5.908,0 toneladas em 2011 para 375.830,0 toneladas em 2014 e milho que cresceu de 1.690,0 toneladas para 76.564,6 toneladas em 2014 são os produtos que registaram as taxas de comercialização mais elevadas e a comercialização do caju registou um decréscimo acentuado (-65,4%).

Tabela 12. Produção Comercializada da Província de Inhambane - 2011-2014

Produtos (toneladas)	2011	2012	2013	2014	VOLUME	Cresc. 2011-14
Milho	1.690,0	1.786,6	2.412,8	70.675,2	76.564,6	4.082,0%
Copra	31.550,0	31.678,7	33.386,0	33.423,2	130.037,9	5,9%
Coco	S/d	5.908,0	179311,0	190.611,0	375.830,0	3.126,3%
Mafurra	5.60,5	677,0	883,6	1.154,6	3.275,7	106,0%
Mandioca	4.256,6	6.996,7	12.620,0	544.985,0	568.858,3	12.703,3%
Amendoim	1.677,0	1.779,0	2.456,7	17.821,7	23.734,4	962,7%
Feijão-nhamba	1.426,0	1.474,0	1.985,3	16.036,3	20921,6	1.024,6%
Castanha de caju	11.664,2	5.545,0	3.591,7	4.036,8	24.837,7	-65,4%
Volume	52.824,3	55.845,0	236.647,1	878.743,8	1.224.060,2	1.563,5%

Fonte: DPIC-Inhambane (2009)

2.2.2.10. Energia Eléctrica

No que se refere à expansão da rede eléctrica nacional, foi estabelecida como meta a electrificação de todos os distritos e postos administrativos da província, num contexto em nove (09) distritos eram electrificados através da rede nacional e três (3) a partir da central termo-eléctrica de Temane movida a gás natural.

Em 2014, a província de Inhambane atingiu 63.801 consumidores de energia da rede nacional em todos os distritos da província, representado a realização da meta em 100,0%. O sector aponta como principais desafios o prosseguimento da divulgação dos procedimentos de licenciamento das actividades mineiras e de energia; acompanhamento de obras de construção da linha 110 kv de Lindela a Massinga e a respectiva sub-estação para melhorar a qualidade da energia; expansão de rede de baixa e média tensão de forma a incrementar o acesso a energia eléctrica para permitir novas ligações; continuar a apoiar os operadores mineiros artesanais e de pequena escala em equipamentos de trabalho; assim como prosseguir com a manutenção correctiva e preventiva dos sistemas fotovoltaicos avariados.

2.2.2.11. Transportes e Comunicações

A província de Inhambane é acessível por meios de transporte rodoviários, aéreos e marítimos. No interior da província a maior parte de pessoas e bens são transportadas pelos transportes rodoviários, cujas vias primárias, secundárias, terciárias e vicinais totalizam uma extensão de 4.603 km.

Em termos de infra-estruturas, a província apresenta um grande défice. Segundo a DPORH, a província de Inhambane possui uma rede viária estimada em 4.603 km da qual 558 km de extensão são estradas primárias, 266 km são estradas secundárias, 1.139 km de extensão são estradas terciárias, 885 km de extensão são estradas vicinais e 1.755 km de extensão são estradas não classificadas.

As estradas vicinais e as não-classificadas são aquelas que ligam as vilas e o interior, jogando um papel muito importante no escoamento dos produtos e bens das zonas produtoras para os centros de consumo e vice-versa. O nível de transitabilidade, varia de razoável a mau e em certos momentos o seu estado é bastante crítico, tornando quase impossível a transitabilidade na estação chuvosa.

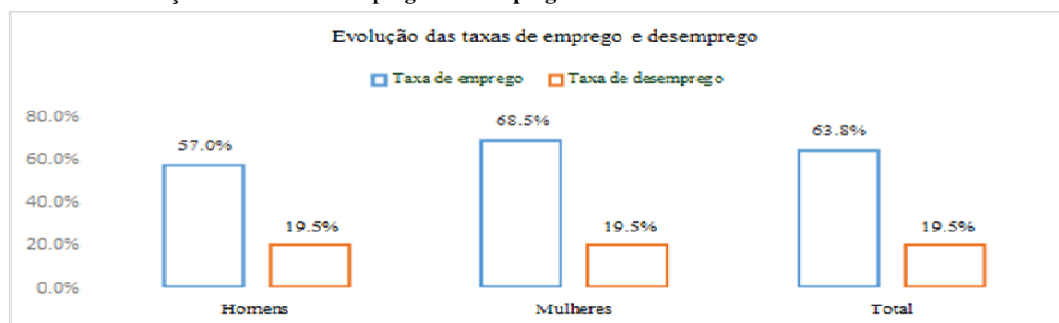
As comunicações na província, conheceram melhorias significativas com a expansão das redes de telefonia móvel e fixa que resultaram na cobertura de todos os distritos pelas duas redes e, actualmente todas as localidades da província contam com pelo menos um dos serviços de redes de telefonia fixa e/ou móvel da TDM, Mcel, Vodacom ou Movitel, o que representa o cumprimento da meta em 100,0%. Neste momento todas as acções estão orientadas para a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

2.2.2.12. Evolução das taxas de emprego e desemprego

A província de Inhambane dispõe de três centros para a intermediação entre o mercado dos recursos humanos e do trabalho. Esses centros estão implantados nos municípios de Vilankulo e nas cidades da Maxixe e Inhambane. A província estabeleceu como meta reduzir o desemprego para 30,0% até 2020, ou seja, até 36,5% em 2014. De acordo com os dados do IOF 2014/5 a taxa de emprego na província de Inhambane, em 2014, foi de 63,8%, sendo ligeiramente mais elevada entre as mulheres (68,5%) comparativamente aos homens (57,0%).

Relativamente ao desemprego, os dados do IOF 2014/5 indicam que 19,5%¹³ da população economicamente activa em Inhambane está desempregada. Essa taxa é mais elevada nas mulheres (21,8%) em relação aos homens (19,5%). Ainda de acordo com o IOF 2014/15 as linhas de tendência da evolução do desemprego de Inhambane e do país tendem a encontrar-se com o tempo, o que significa que o desemprego de Inhambane tende a ser igual à média do país (INE – IOF, 2014/15).

Gráfico 18. Evolução das Taxas de Emprego e Desemprego



Apesar da elevada taxa de desemprego formal foram gerados alguns postos de trabalho através de iniciativas como o FIIL – fundo de investimento a iniciativas locais “7 milhões”; o PERPU - Programa de Redução da Pobreza Urbana e o FAIJ - Fundo de Apoio as Iniciativas Juvenis e outras iniciativas desencadeadas pelo sector privado.

Tabela 13. Criação de Emprego na Província de Inhambane - 2011-2014

Distrito	2011		2014		Cresc. 2011-2014	
	Projectos	Empregos	Projectos	Empregos	Projectos	Emprego
Funhalouro	26	416	149	278	473,0%	-33,0%
Govuro	109	139	28	331	-74,3%	138,0%
Homoine	143	180	95	340	-33,6%	89,0%
Inharrime	146	215	11	135	-92,5%	-37,0%
Inhassoro	112	132	143	128	27,7%	-3,0%
Jangamo	70	178	27	100	-61,4%	-44,0%
Mabote	46	202	127	219	176,0%	8,0%
Massinga	43	116	80	617	86,0%	432,0%
Maxixe	62	85	71	246	14,5%	189,0%
Morrumbene	56	507	48	131	-14,3%	-74,0%
Panda	112	198	20	284	-82,0%	43,0%
Vilanculos	79	292	56	128	-29,0%	-56,0%
Zavala	79	479	30	139	-62,0%	-71,0%
Total	1.083	3.139	1.131	3.274	4,4%	4,0%

No que se refere à observância das normas de higiene e segurança no trabalho, foram fiscalizadas 690 empresas e constatadas 1.014 infracções (representando uma média de 1 conflito em cada 3 empresas observadas), contra a média de 1 conflito em cada 5 empresas, o que representou uma redução de 40,0%.

Ao nível da inspecção do trabalho visando prevenir e resolver os conflitos laborais, promover e controlar o cumprimento da legislação laboral, foram registados 278 conflitos

¹³ População de 15 e mais anos (definição alternativa).

laborais, representando um decréscimo em 13,3%, ainda acima da meta 12,2% estabelecida para 2014. Foram, igualmente fiscalizadas 690 empresas e constatadas 1.014 infracções (representando uma média de 1 conflito em cada 3 empresas observadas), contra a média de 1 conflito em cada 5 empresas, o que representou uma redução de 40,0%.

O sector de trabalho aponta como principais constrangimentos a sua presença física em apenas três locais, nomeadamente, nas cidades de Inhambane e Maxixe, bem como no município de Vilanculos; a exiguidade de meios humanos, financeiros e materiais, especialmente, transporte para deslocações para os distritos; a falta de pessoal suficiente e qualificado para fazer às necessidades de formação profissional.

Como desafios o sector aposta no incentivo ao diálogo social no seio dos trabalhadores e empregadores nos locais de trabalho; incentivo à assinatura de acordos colectivos de trabalho entre os empregadores e trabalhadores; incentivo à produção e cultura de trabalho como instrumentos de prevenção e redução de conflitos laborais; bem como a prevenção de riscos profissionais (higiene e segurança no trabalho).

2.2.3. Factores Socioculturais

A caracterização sócio cultural será feita através da análise dos sectores de saúde, educação e dos dados populacionais.

2.2.3.1. Saúde

Desde a proclamação da independência nacional, em 1975, o Estado moçambicano considerou a saúde como um bem e condição essencial para o desenvolvimento sustentável, constando na Constituição da República (artigo 94) que todos os cidadãos têm direito à assistência médica e sanitária e o dever de defender e promover a saúde.

A política de saúde baseia-se nos cuidados de saúde primários, de modo a poder prestar assistência à grande maioria da população, em particular, aos grupos mais vulneráveis, tendo em conta a redução das elevadas taxas de mortalidade no país. A expansão e melhoria da qualidade e equidade no acesso aos cuidados de saúde constituem uma das importantes estratégias globais da luta contra a pobreza das camadas mais vulneráveis da população (MISAU, Plano Estratégico Nacional, 2014-2019).

Na província de Inhambane a taxa bruta de natalidade, número de nascimentos por cada mil habitantes, baixou de 43 em 1997 para 40 em 2007. Portanto, em cada mil habitante, nascem cerca de 40 pessoas.

A taxa bruta de mortalidade é a razão entre o número de óbitos acontecidos num ano e a população estimada para meados desse ano. Nesta província, segundo o Censo de 2007, a taxa bruta de mortalidade (por mil nascimentos) reduziu de 20 em 1997 para 19 em 2007.

O número de unidades aumentou de 116 em 2011 a província para 127 em 2014, representando um crescimento em 9,5%. Em relação aos indicadores de saúde há a destacar o seguinte:

- A redução do número utentes por unidade sanitária em 10,0%, como resultado do aumento da rede sanitária;
- A redução da morbi-mortalidade materna em 59,0%;
- O aumento da capacidade de diagnóstico malária e tratamento da malária em 85,0%;
- O aumento da capacidade de despiste da tuberculose em 34,0%;
- O aumento da cobertura da vacinação em crianças dos 0 aos 11 meses em 17,0%;
- O aumento da cobertura da vacinação em crianças dos 0 aos 4 anos subiu 18,0%;
- O aumento da taxa de cobertura de partos institucionais em 22,9%.

2.2.3.2. Educação

De um modo geral, em Inhambane, a taxa de analfabetismo tem vindo a reduzir gradualmente. A proporção de pessoas de seis anos e mais que não sabem ler nem escrever passou de 41,4% em 2011 para 32,0% em 2014/15. Em termos mais concretos, a taxa de analfabetismo reduziu para 32,0% em homens e mulheres e para 41,5% em mulheres, representando um sobre cumprimento em 8,0 pontos percentuais para homens e 8,8 pontos percentuais para as mulheres (INE – IOF, 2014/15).

A província de Inhambane funcionou em 2014 com um total de 846 estabelecimento de ensino públicos e privados e 222 unidades de alfabetização e educação de adultos contra os 806 estabelecimento de ensino e 205 unidades de alfabetização e educação de adultos em 2011, respectivamente, representando um crescimento da cobertura da rede escolar em 8,9% e da educação e alfabetização de adultos em 8,2%. O ensino secundário se destaca como o sub-sector que registou a taxa mais elevada de crescimento designadamente, 53,5% como resultado do aumento de estabelecimento de ensino de 28 em 2011 para 43 em 2014.

Tabela 14: Rede Escolar da Província de Inhambane

Nível de ensino	2011	2012	2013	2014	Cresc. 2011/14
Ensino primário	759	777	777	781	2,8%
Ensino secundário	28	38	40	43	53,5%
ETP – ensino técnico profissional	5	10	10	10	100,0%
IFP- institutos de formação de professores	3	4	4	4	33,3%
Ensino superior	3	4	4	4	33,3%
Subtotal	798	833	835	842	5,5%
AEA - alfabetização e educação de adultos	205	196	212	222	8,2%

Rede escolar privada					
Nível de ensino	2011	2012	2013	2014	Cresc. (2011/14)
Secundário	4	S/d	1	1	-75,0%
ETP – ensino técnico profissional	2	S/d	1	1	-50,0%
Ensino superior	2	S/d	2	2	-
Subtotal	8	S/d	4	4	-50,0%
Total (públicas e privadas)	806	833	839	846	8,9%

Fonte: DPEC - Inhambane

Quanto à taxa bruta de escolarização, registou-se uma redução global de 8,0%, como resultado da redução da taxa bruta em homens e mulheres de 112,0% para 108,0% e da

redução da mesma taxa em mulheres de 111,0% para 108,7%, num contexto em que a mesma se situava em 116,0% para homens e mulheres e 115,0% para mulheres em 2011, representando uma realização da meta em 100,0%.

No que se refere à taxa líquida de admissão aos 6 anos de idade foram definidas como metas atingir 80,5% de admissões para homens e mulheres e 82,0% para mulheres, num contexto em que a taxa líquida de admissão para homens e mulheres era de 79,2% e 80,2% para as mulheres. Registou-se uma subida de 3,3% para homens e mulheres e 2,7% para mulheres, como resultado da subida da taxa líquida de homens e mulheres de 80,5% para 82,5%, e 82,0% para 82,9% para as mulheres, representando uma realização da meta em 100,0%.

Relativamente à taxa líquida de escolarização no ensino primário foram definidas como metas atingir 92,3% de escolarização para homens e mulheres e 93,5% para mulheres, sendo a taxa líquida de escolarização no ensino primário de 77,3% para homens e mulheres e de 79,1% para mulheres em 2011.

A taxa líquida de escolarização no ensino primário registou um crescimento de 20,0% para homens e mulheres e 18,9% para mulheres, como resultado do aumento da taxa líquida de escolarização no ensino primário de 77,3% para 90,7% para homens e mulheres e de 79,1% para 93,5% para mulheres, representando uma realização da meta em 98,0%.

Tabela 15: Indicadores da Cobertura Escolar

Indicador	2011	2014
Taxa bruta de escolarização no EP1	HM-116,0%	HM-110,8%
	M-115%	M-108,7%
Taxa líquida de admissão aos 6 anos	HM-79,2%	HM-82,5%
	M-80,2%	M-82,9%
Taxa líquida de escolarização no (EP1+EP2)	HM-77,3 %	HM-90,7%
	M-79,1 %	M-91,8 %

Fonte: Inquérito aos agregados familiares

Relativamente ao rácio professor-aluno foi definida como meta para o EP1 1/48 e para o EP2 1/39. O rácio aluno-professor baixou para 46 no EP1 e para 37 no EP2, representando um sobre cumprimento de 4,0% nos dois subsistemas de ensino, o que corresponde ao cumprimento da meta em 104,0%. No que se refere à desistência escolar, foram definidas como metas, reduzir desistência de 9,2% para 8,0% em homens e mulheres (HM) e de 8,6% para 7,4% em mulheres (M). De acordo com os dados da DPEC – Inhambane a taxa de desistência escolar reduziu para 5,9% em homens e mulheres (3,3 pontos percentuais) e para mulheres para 5,5% (3,1 pontos percentuais), representando uma realização da meta em 102,1% para HM e 101,9% para M, ou seja, uma média de 102,0%.

2.2.4. Factores Tecnológicos

Na área das tecnologias de informação e comunicação, o governo da província levou a cabo diversas acções visando promover a investigação, inovação, aquisição, adopção e disseminação de tecnologias apropriadas para as comunidades locais e para os sectores académico e produtivo.

No quadro da implantação das tecnologias de informação e comunicação na província, foram realizadas as seguintes acções: II mostra regional de ciência e tecnologia; a implantação da delegação provincial de ciência e tecnologia; a realização das olimpíadas regionais de matemática (zonas centro e sul do país) no âmbito do programa “criando cientistas moçambicanos do amanhã”; criada a comissão provincial que trabalhou nos preparativos e na participação na 29ª assembleia geral do conselho internacional de ciência (ICSU); realizadas expedições científicas visando fazer o pré-diagnóstico dos principais problemas que afectam as comunidades nos distritos de *Zavala*, *Inharrime*, *Vilankulo* e *Govuro* nas diversas áreas de actividades, entre outras acções.

O sistema de telefonia móvel e fixo foi introduzido em todos os distritos da província e, ao nível dos postos administrativos e, ao nível dos postos administrativos, o sistema de telefonia fixo está a ser implantado sendo a aposta, a implantação em todos os postos administrativos até o ano de 2012. A implantação da rede de telefonia fixa em todos os postos administrativos, possibilitará a operacionalização da rede de dados e a utilização massiva da internet e telefax na província e o uso do código digital de múltiplo acesso (CDMA), já em uso nos distritos de *Massinga*, *Zavala* e nas cidades de *Inhambane* e *da Maxixe*.

Existe actualmente um Centro Provincial de Recursos Digitais (CPRD) que tem uma unidade móvel para a formação em tecnologias de informação e comunicação, implantado na capital provincial que já formou de 2006 até o primeiro semestre de 2010, cerca de 2.481 pessoas nos diversos distritos e cidades da província, conforme ilustram os quadros 26 e 27 a seguir.

2.3. Análise SWOT

O método *SWOT* analisa o ambiente externo e o ambiente interno. Do ambiente externo releva as oportunidades e as ameaças ou desafios, enquanto do ambiente interno destaca os pontos fortes e os pontos fracos.

A análise *SWOT* será combinada com a análise PEST. A estrutura do PEST será adaptada para a análise interna. Na análise interna, nos factores político-legais, a análise incidirá sobre o funcionamento do governo provincial.

Tabela 16. Análise PEST/SWOT

Factores	Ambiente Externo		Ambiente Interno	
	Oportunidades	Ameaças/desafios	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Político-Legais (Governo)	<ul style="list-style-type: none"> Estabilidade política nacional; Sistema democrático em consolidação; Política do Governo favorável à criação de um bom ambiente de negócios; Política do Governo favorável à inserção social; Estabilidade política regional (SADC); Estabelecimento de protocolos entre os países da SADC; Adesão do país às convenções internacionais, como por exemplo, Convenção de Lomé, Sistema geral de Preferências, Câmara de Comércio Internacional, Centro Internacional para a Resolução de Disputas de Investimento, AGOA, acesso livre ao mercado da China; Existência da Lei de Investimentos e benefícios fiscais; Reforma do sector público; Simplificação dos procedimentos de licenciamento de actividades económicas. Existência de Legislação laboral Existência de normas de qualidade. 	<ul style="list-style-type: none"> Ambiente de negócios ainda com muitos obstáculos; Incapacidade de o país defender adequadamente os seus interesses nas organizações internacionais; Dificuldade de implementação de legislação ao nível nacional; A baixa produção nacional e falta de infra-estruturas adequadas ao apoio da produção dificulta por vezes o país beneficiar das oportunidades criadas pelos acordos internacionais (Ex: AGOA, CHINA, UE); Vulnerabilidade das fronteiras; Níveis salariais insuficientes em relação ao custo de vida; Crise política no Zimbabwe e nos Grande Lagos. 	<ul style="list-style-type: none"> Governo provincial devidamente estruturado até ao nível do Distrito; Conselhos Consultivos locais (distritais, postos administrativos e de localidade) a funcionar normalmente; Assembleia provincial em funcionamento regular; Autarquias a funcionar regularmente nas cidades e vilas, nomeadamente, Inhambane, Maxixe, Massinga e Vilankulo; 	<ul style="list-style-type: none"> Escassez de recursos financeiros para o funcionamento pleno do Governo; Escassez de recursos humanos devidamente qualificados; Excessiva burocracia Assembleia provincial a funcionar somente com um Partido representado; Desmotivação de funcionários em alguns sectores públicos;
Económico	<ul style="list-style-type: none"> Ambiente económico estável; Crescimento económico permanente, desde há mais de 10 anos; Inflação controlada a menos de um dígito; Liberdade cambial; Apoio externo ao OE; Disponibilidade de recursos naturais, entre os quais, florestas, fauna bravia 	<ul style="list-style-type: none"> Assimetrias no desenvolvimento ao nível nacional; Calamidades naturais cíclicas, entre cheias e secas; Falta de infra-estruturas de gestão de água; Infra-estruturas de transporte ferroviário insuficiente e infra-estrutura rodoviária deficiente 	<ul style="list-style-type: none"> Crescimento económico estável a uma taxa média superior a taxa média nacional; Disponibilidade de recursos naturais, entre os quais, florestas, fauna bravia e marítima; recursos hídricos, minerais; Potencial turístico invejável; 	<ul style="list-style-type: none"> Incapacidade local de exploração dos recursos; Exploração não sustentável dos recursos naturais, em particular, florestais e marinhos. Fraca capacidade de fiscalização dos recursos naturais; Elevado défice orçamental; Fraca rede da indústria

Factores	Ambiente Externo		Ambiente Interno	
	Oportunidades	Ameaças/desafios	Pontos Fortes	Pontos Fracos
	<p>e marítima; recursos hídricos, minerais, terra fértil principalmente nas regiões Centro e Norte; potencial turístico invejável;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Infra-estrutura ferro-portuária ao serviço dos países do interland; • Existência do FDD (vulgo 7 Milhões); • Disponibilidade de mão-de-obra. • Disponibilidade de bolsas e feiras económicas e de turismo ao nível nacional. • Existência de zonas económicas especiais. • Política de alargamento da base tributária. • 	<p>para a ligação de diversas localidades dentro do país;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Transporte marítimo baseado em oligopólio, com preços altos e infra-estruturas inadequadas em alguns portos secundários e terciários. • Em geral, baixa produção e produtividade nacional e falta de competitividade dos produtos nacionais no mercado internacional; • Elevada dependência externa: cerca de metade do OE depende do financiamento exterior, nas formas de crédito e donativos. • Prática de queimadas descontroladas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Autonomia local de gestão do FDD (vulgo 7 Milhões). • Disponibilidade de rede de transporte e comunicações; • Ambiente favorável de negócios; • Disponibilidade de mão-de-obra; • Existência de instituições bancárias e de micro-finanças; • Presença de uma delegação do Banco de Moçambique; • Expansão de instituições de colecta fiscal; • Potencial agrícola, em particular, de citrinos, manga, ananás e de coqueiros. • Disponibilidade de energia eléctrica e de gás natural. • Existência de instituições empresariais e da sociedade civil em geral que contribuem para o aumento de empregabilidade da mão de obra. 	<p>transformadora, em particular, do agro processamento;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de infra-estruturas de apoio a conservação e comercialização de produtos agrícolas; • Deficiente funcionamento dos sistemas de regadio e outras infra-estruturas de gestão de água; • Rede rodoviária insuficiente; • Estradas secundárias, terciárias e vicinais em mau estado de conservação; • Baixo nível de reembolso dos créditos do FDD. • Falta de domínio das Leis de trabalho.
Sócio-Cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Diversidade social e cultural; • Utilização de uma língua oficial em todo o país; • Política do governo favorável ao desenvolvimento social e valorização da cultura nacional; • Disponibilidade de escolas e centros de saúde em todo o país; • Desenvolvimento do ensino privado a todos os níveis: primário, secundário e universitário; • Desenvolvimento da saúde privada em todo o país, entre importadores de medicamentos, provedores de saúde e farmácias; 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades de comunicação entre comunidades de diferentes regiões que não dominam o Português (língua oficial); • Escassez de escolas em algumas zonas, particularmente, nas cidades e vilas, densamente povoadas; • Inadequadas condições em algumas escolas, em particular, nas zonas rurais; • Inadequadas condições em algumas unidades sanitárias nacionais; • Escassez de medicamentos no 	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura de educação e de saúde implantada em toda a província; • Alguns indicadores de saúde favoráveis em relação à média nacional tais como “taxa de baixo peso à nascença” e “esperança de vida”. • Índice de desenvolvimento humano crescente ao nível da província; • Emprego crescente em particular nas cidades e vilas; • Existência de instituições de ensino superior e de formação 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de ensino pré-primário; • Não aderência das comunidades locais aos serviços de saúde; • Deficiente enquadramento dos professores do ensino primário devido a restrição orçamental. • Venda de livro escolar de distribuição gratuita e de medicamentos no mercado informal; • Deficientes condições de algumas unidades sanitárias locais. • Escassez de medicamentos nas unidades de saúde públicas;

Factores	Ambiente Externo		Ambiente Interno	
	Oportunidades	Ameaças/desafios	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Tecnológico	<ul style="list-style-type: none"> • Uso de línguas nacionais no ensino; • Reconhecimento da medicina tradicional. • Envolvimento de líderes comunitários no processo de desenvolvimento local • 	<ul style="list-style-type: none"> • serviço nacional de saúde; • Mercado informal tanto de livro escolar como de medicamentos; • Falta de professores devidamente qualificados nos diversos níveis do ensino nacional; • Falta de motivação geral dos professores e dos agentes de saúde pública; • Inadequada divulgação da oferta e procura de emprego. 	<ul style="list-style-type: none"> • técnica profissional; • Existência de instituições de promoção de emprego; • Implementação de programa de saúde preventiva; • Existência de festivais e de grupos culturais locais; • Rápida expansão da rede escolar no ensino básico; • Existência de locais históricos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de escolas sem equipamento e mobiliário. • Falta de mecanismos para informação constante do cidadão sobre as oportunidades do emprego. • •
	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de uma Política e estratégia de Ciência, Tecnologia e Inovação no país; • Introdução do “governo electrónico”; • Disponibilidade de telefonia celular em todo o país; • Uso de internet em desenvolvimento ao nível nacional; • Relançamento do ensino técnico profissional ao nível do país; • Desenvolvimento do ensino superior no país; • Disponibilidade do IIAM; • Criação do Parque de Ciência e Tecnologia no país. • Existência de uma política de informática; • Expansão da fibra óptica por via terrestre e marítima; • Existência do fundo nacional de investigação; • Colaboração de universidade e indústria em pesquisa de desenvolvimento; • Implantação de vilas de milénio. 	<ul style="list-style-type: none"> • Burocracia persistente ao nível do Governo e do sector público; • Restrições orçamentais para desenvolvimento do “governo electrónico”; • Oligopólio nos serviços de telefonia celular; • Ensino técnico profissional incipiente ao nível nacional; • Ensino universitário direccionado em geral aos cursos relacionados com letras e não do “saber fazer” (Engenharias, etc.) • Baixo nível de uso de tecnologia desenvolvida ao nível nacional; • Falta de organismos de pesquisa aplicada ao nível nacional; • Falta de segurança do cabo de fibra óptica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade de sistemas de telefonia móvel em toda a província; • Uso de internet em desenvolvimento em todas as cidades e vilas; • Desenvolvimento do ensino técnico profissional ao nível da província; • Desenvolvimento do ensino superior na província; • Operacionalização da rede de dados (telefonia móvel, fixa, fax, internet) até aos distritos; • Existência de centros de multimédia (telecentro e rádio) comunitários; • Existência do portal do Governo Provincial; • Existência de jornadas e feiras científicas; • Existência de uma unidade móvel de formação em TICs (tecnologia de Informação e Comunicação); • Existência de um centro provincial de recursos digitais (CPRD). 	<ul style="list-style-type: none"> • Burocracia persistente ao nível do Governo e do sector público ao nível da província; • Restrições orçamentais para desenvolvimento do “governo electrónico”; • Oligopólio nos serviços de telefonia celular; • Ensino técnico profissional incipiente ao nível provincial; • Ensino universitário direccionado em geral aos cursos relacionados com letras e não do “saber fazer” (Engenharias, etc.) • Baixo nível de uso de tecnologia desenvolvida ao nível provincial; • Falta de organismos de pesquisa aplicada ao nível provincial. fraco domínio das TICs; • Falta de fundos para o acompanhamento das inovações; • Falta de investigadores e de instituições de pesquisa. •

3. ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA

A orientação estratégica foi elaborada com base nos seguintes documentos:

- Visão 20-25
- Plano Quinquenal do Governo
- Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
- Política e Estratégia da Produção de Biocombustíveis
- Estratégia do Desenvolvimento Rural
- Estratégia do Desenvolvimento da Educação
- Estratégia do Turismo
- Plano estratégico do Turismo de Inhambane
- Outros documentos relevantes na política e estratégia de desenvolvimento nacional e provincial.

A orientação estratégica será composta pelas seguintes partes: valores, visão, objectivo geral, factores-chave de sucesso, pilares estratégicos e sectores: para cada sector serão estabelecidas as tarefas principais, ou seja, a sua missão, os objectivos estratégicos, a situação actual, as metas, os indicadores e o plano de acção.

No plano de acção serão identificadas as actividades estratégicas, a base de cada actividade, os responsáveis, os parceiros e o cronograma.

No cronograma serão indicados os prazos para cada actividade e objectivo estratégico e as metas. As metas serão estabelecidas para o final do período e para o ano de 2014 (para permitir a monitoria e avaliação de meio termo e que coincide com o prazo do PARPA) e, em alguns casos, por anos. As metas anuais servirão para auxiliar na elaboração dos planos anuais dos sectores.

3.1. Valores

Os principais valores da actividade governativa da província baseiam-se na constituição da República que estabelece entre outros princípios (artigo 11):

- a) Consolidação da unidade nacional;
- b) Edificação de uma sociedade de justiça social e a criação do bem-estar material, espiritual e de qualidade de vida e dos cidadãos;
- c) Promoção do desenvolvimento equilibrado, económico, social e regional do país;
- d) Defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade dos cidadãos perante a lei;
- e) Reforço da democracia, da liberdade, da estabilidade social e da harmonia social e individual;
- f) Promoção de uma sociedade de pluralismo, tolerância e cultura de paz;
- g) Desenvolvimento da economia e o progresso da ciência e da técnica; e
- h) Afirmação da identidade moçambicana, das suas tradições e demais valores socioculturais.

3.2. Visão

Inhambane, desde tempos remotos, é conhecida como “terra de boa gente” pela sua hospitalidade. Por outro lado, a população é conhecida ao nível nacional como gente que

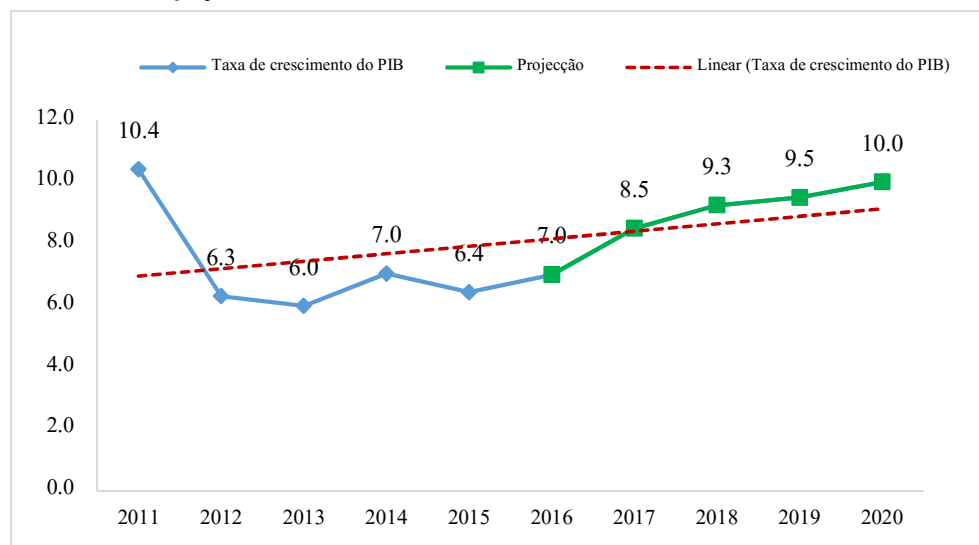
valoriza os seus bens e o seu desenvolvimento. Tendo em conta estas características, os valores nacionais e as aspirações do povo moçambicano, em geral, consagradas nos diversos documentos políticos e económicos, pensamos que a visão mantém-se válida:

Inhambane, província próspera e segura e com um capital humano saudável e solidário.

3.3. Objectivo Geral

Considerando os resultados económicos e sociais obtidos pela província nos últimos anos, medidos pelo crescimento médio do PIB na ordem de 6,9% ao ano considera-se possível atingir um crescimento médio de 8% ao ano, se houver garantia de paz e a resolução do problema da dívida externa com o FMI. Por outro lado, poderão concorrer para o cumprimento deste objectivo a exploração do hidrocarbonetos, do turismo, da agricultura e do comércio.

Gráfico 19. Projecção de Crescimento Económico da Província de Inhambane até 2020



Legenda: a linha preta mostra a tendência linear da IP em Inhambane

Por outro lado, projectando a tendência da evolução da incidência da pobreza no período indicado para o ano de 2020, considera-se que seria razoável reduzir a incidência da pobreza¹⁴ para 40,0% no ano 2020, se for mantido um crescimento médio do PIB¹⁵ de 8,0% ao ano e melhorada a distribuição da riqueza da província. Nestas condições foi formulado o seguinte objectivo geral para a província para os próximos dez anos:

Manter o crescimento económico a uma taxa média do PIB de pelo menos 8,0% ao ano e reduzir a incidência da pobreza de consumo de 48,6% em 2014 para 40,0% em 2020 e a pobreza estrutural de 43,0% em 2014 para 35,0% em 2020.

¹⁴ Mantendo a tendência dos anos, a correlação entre o aumento do PIB e a redução da pobreza, daria como incidência desta em 2020 de 42%, aproximadamente. Contudo, pensamos se for melhorada a distribuição da riqueza, ou seja, a distribuição da riqueza for mais equitativa, a incidência pode baixar ainda mais, atingindo o nível de 40%. Igualmente, pensamos que será possível atingir a pobreza medida pelo indicador multidimensional de 35% em 2020.

¹⁵ As projecções do crescimento do PIB para o país feitas pelo FMI indicam uma taxa de crescimento de 6,7% a 6,8% a partir de 2017 a 2021 (Mozambique Economic Outlook, Delloite 2016). Todavia, o comportamento dos indicadores económicos da província mostram que é possível Inhambane crescer a uma taxa superior a média nacional.

Para este efeito, deverão ser mantidos ou melhorados os parâmetros da distribuição da riqueza provincial.

3.4. Factores-chave de Sucesso

Consideramos como factores-chave de sucesso, os factores que condicionam sobremaneira o alcance dos objectivos estratégicos. Dos diversos factores, destacámos os seguintes:

1. Comprometimento de todos os agentes do desenvolvimento provincial (político, social e económico);
2. Melhoria constante do ambiente de negócios;
3. Desenvolvimento do capital humano;
4. Eficiência na alocação e utilização dos recursos financeiros;
5. Manutenção da paz e tranquilidade pública;
6. Transparência;
7. Sustentabilidade ambiental;
8. Prospeção e pesquisa de recursos minerais e energéticos;
9. Incremento da investigação e produção agrícola e pesqueira;
10. Expansão da utilização do gás doméstico para o desenvolvimento da província.

Para o cumprimento dos objectivos estratégicos da província é fundamental o comprometimento dos diversos agentes do desenvolvimento económico e social da província, entre os quais, os políticos (deputados, comités provinciais e distritais) de todos os partidos; os funcionários públicos (governo e administração pública a diversos níveis da província, distrito e localidade), os agentes económicos (gestores de grandes, médias e pequenas empresas; microempresas e sector informal); os sindicatos; as organizações não-governamentais e associações moçambicanas; os parceiros de cooperação e a população em geral.

Um bom ambiente de negócios é imprescindível para a mobilização do empreendedorismo e para a atracção do investimento estrangeiro e nacional, sendo o investimento é condição *sine qua no* para o desenvolvimento económico e social. Moçambique tem estado nas últimas classificações no *ranking* internacional dos diversos indicadores de ambiente de negócios, pelo que é necessário um esforço adicional na facilitação da actividade das empresas.

Outro aspecto que condiciona o desenvolvimento económico e social da província, assim como de todo o país, é o desenvolvimento do capital humano. O ser humano é a causa, o centro e o fim de qualquer programa de desenvolvimento. Assim, o PEPI deve ser centrado nas aspirações e na formação da população.

Para além do capital humano, são fundamentais os recursos materiais, entre os quais, os recursos financeiros. Tendo em conta a forte restrição financeira de que sofre o país acrescido pela crise internacional que limita o apoio externo, é de extrema importância a eficiência na alocação e utilização dos recursos financeiros aos diversos níveis da administração pública.

O país conhece o custo da guerra e da instabilidade política. E sabe que a manutenção da paz e tranquilidade pública são essenciais para o desenvolvimento económico e social e para a implementação do PEPI.

Um elemento chave na governação tanto do sector público como do sector privado é a transparência. A transparência condiciona a boa mobilização da população para o desenvolvimento e deve verificar-se a todos os níveis da província, distrito e localidade. Nesta fase de desenvolvimento, a transparência manifesta-se através de um combate cerrado contra a corrupção.

É ponto assente que o crescimento e o desenvolvimento socioeconómico implicam no maior consumo e geram novas demandas, tornando importante garantir a disponibilidade dos recursos demandados pela sociedade. Assim a prospecção e pesquisa de recursos minerais e energéticos se configuram como áreas com potencial para suprir directamente essas demandas ou para gerar divisas que permitam adquirir esses bens para o suprimento dessas necessidades de consumo, cada vez mais crescentes.

As necessidades de consumo implicam uma maior intervenção sobre os recursos naturais o que implica a adopção de medidas que garantam a sustentabilidade do meio ambiente a médio e longo prazo, assegurando desse modo uma a qualidade de vida para o homem, tendo em conta a habitabilidade, a beleza do ambiente e sua função como fonte de energias renováveis.

O combate à fome e a redução significativa da pobreza, constituem os desafios presentes e futuros do governo sendo que o incremento da investigação e produção agrária e pesqueira pode contribuir para que todos os moçambicanos e, residentes da província de Inhambane em particular tenham a todo o momento, disponibilidade de alimentos com qualidade e variedade adequada, e acesso físico e económico a esses alimentos que lhes permita contribuir para o desenvolvimento humano, económico e social.

Finalmente a utilização do gás natural como fonte de energia tem vindo a crescer nos últimos anos em todo o mundo, e em Moçambique em particular e, esse facto leva a que o seu papel estratégico como fonte de energia, devido ao seu menor potencial poluidor e menor impacto ambiental em comparação com as demais fontes fósseis. A versatilidade do gás enquanto fonte de energia encerra grandes vantagens ambientais comparativamente a outras fontes de energia, especialmente os derivados de petróleo.

3.5. Pilares Estratégicos do PEPI

De modo a garantir uniformidade com os documentos de ordem central como o PARPA e o PQG e, assim, facilitar a integração do PEPI nos planos centrais e a sua monitoria e avaliação, estabelecemos como pilares os seguintes:

- Desenvolvimento Humano e Social
- Desenvolvimento Económico
- Boa Governação
- Assuntos Transversais

Em anexo, indicamos para cada pilar, as principais tarefas ou missão, os objectivos estratégicos, a situação actual e as metas estratégicas.

O cálculo das metas estratégicas de 2016 a 2020 foi feito da seguinte maneira:

Quando os dados tinham uma tendência linear utilizou-se a regressão linear e quando os dados apresentavam flutuações ao longo do tempo utilizou-se o alisamento exponencial. Nos dois casos, os dados de base foram de 2011 a 2015. Portanto, o pressuposto básico é de que a província vai manter o padrão de comportamento que teve na primeira parte da década.

3.5.1. Pilar 1: Desenvolvimento Humano

3.5.1.1. Saúde

O objectivo geral do sector de Saúde é expandir o acesso e melhorar a qualidade dos serviços prestados.

Tabela 17. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do sector da saúde

Objectivos Estratégicos	Objectivos específicos	Indicadores	Realizado (2011 – 2016)						Projectado (2017 – 2020)			
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Expandir o acesso aos serviços de saúde.	Expandir a rede sanitária.	Nº de unidades sanitárias construídas.	116	124	125	127	133	135	141	143	145	146
	Melhorar o rácio de profissionais técnicos do sector por 100.000 habitantes.	Rácio de profissionais de saúde por 100.000 habitantes.	-	-	-	-	98	102	106	108	111	113
	Aumentar o número de agentes polivalentes elementares nas comunidades.	Nº de comunidades cobertas por agentes polivalentes elementares dentro da provincial.	-	-	-	-	265	267	269	271	273	275
Reduzir a mortalidade materna neonatal.	Aumentar a cobertura de partos institucionais e de planeamento familiar.	Rácio de mortalidade materna.	-	-	-	-	77	75	73	71	68	66
		Taxa de cobertura de partos institucionais.	52,2%	54,6%	57,5%	61,7%	66,0%	71,0%	72,0%	74,0%	75,0%	75,0%
		Taxa de mortalidade neonatal.	167,0%	125,5%	126,6%	126,0%	108,8%	95,0%	83,0%	80,0%	79,0%	78,0%
		Cobertura de planeamento familiar.	30,1%	40,3%	29,1%	36,0%	41,0%	49,0%	51,0%	53,0%	55,0%	57,0%
Melhorar a saúde infantil incluindo a nutrição.	Aumentar a taxa de vacinação de crianças.	Cobertura de crianças completamente vacinadas.	79,0%	91,0%	81,0%	81,0%	90,0%	90,0%	92,0%	93,0%	94,0%	95,0%
	Aumentar a taxa de cura da desnutrição aguda em crianças menores de 5 anos.	Taxa de cura de desnutrição aguda em crianças menores de 5 anos.	-	-	51,8%	55,6%	60,0%	72,0%	74,0%	76,0%	78,0%	80,0%
	Reduzir a prevalência de desnutrição crónica em crianças menores de 5 anos.	Prevalência de desnutrição crónica em crianças menores de 5 anos.	-	37,7%	-	-	31,6%	30,0%	28,0%	26,0%	23,0%	20,0%
Reduzir as grandes endemias (malária, tuberculose, HIV e doenças não transmissíveis).	Aumentar a taxa de cobertura de TARV.	Taxa de baixo peso a nascença.	7,0%	5,3%	5,5%	4,1%	4,3%	4,3%	4,2%	4,1%	4,0%	4,0%
		Nº de doentes (adultos) atendidos nos serviços de TARV.	18.347	3.942	8.901	10.815	15.595	16.950	19.501	22.052	24.604	27.155
		Taxa de óbitos (adultos) registados nos serviços de TARV.	-	-	-	-	81,0%	87,0%	89,0%	91,0%	93,0%	95,0%
		Nº de doentes (adultos) que abandonam os serviços de TARV.	1.201	450	307	313	191	183	175	166	161	153
		Taxa de cobertura de TARV pediátrico	-	-	-	-	86,0%	90,0%	92,0%	94,0%	96,0%	98,0%

Objectivos Estratégicos	Objectivos específicos	Indicadores	Realizado (2011 – 2016)						Projectado (2017 – 2020)			
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
		Taxa de cobertura de mulheres grávidas seropositivas.	-	-	-	-	81,0%	82,0%	84,0%	86,0%	88,0%	90,0%
	Reduzir a incidência da malária.	Incidência da malária por 100.000 habitantes.	-	-	-	-	37	34	30	26	20	15
		Nº de óbitos por malária notificados.	77	60	49	57	54	24	24	22	22	20
		Taxa de letalidade da malária.	0,02	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
	Aumentar a detenção de casos de tuberculose de todas formas.	Nº de casos de tuberculose diagnosticados de todas formas.	2.480	2.970	3.328	3.976	3.580	3.919	3.979	4.041	4.105	4.171
Prevenir e tratar as doenças crónicas.	Aumentar o rastreio do cancro do colo de útero em mulheres.	Taxa de cobertura de rastreio de cancro de colo de útero em mulheres entre 30-55 anos nas consultas de planeamento familiar.	-	1,5%	35,4%	9,2%	1,4%	5,0%	10,0%	12,0%	15,0%	15,0%
Melhorar a qualidade dos serviços de prestados nas unidades sanitárias, incluído a provisão de medicamentos.	Humanizar o atendimento dos doentes e acompanhantes em todas unidades sanitárias da província.	Nº de maternidade-modelo acreditadas.	-	-	-	-	2	3	0	1	1	5
		Nº de enfermarias-modelo (medicina e pediatria) acreditadas.	-	-	-	-	1	2	1	1	1	6
	Disponibilizar os medicamentos em todas as farmácias públicas e unidades sanitárias da província.	Grau de satisfação de medicamento.	-	-	-	-	93,0%	94,0%	95,0%	96,0%	97,0%	98,0%

3.5.1.2. Educação e Desenvolvimento Humano

O objectivo geral do sector de *educação* é expandir o acesso e melhorar a qualidade de educação.

Tabela 18. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do sector de Educação

Objectivo específico	Objectivos específicos	Indicador	Realizado (2011 – 2016)						Projectado (2017 – 2020)			
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Eliminar as disparidades de género na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de ensino e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência e crianças em situação de vulnerabilidade.	Expandir territorialmente as oportunidades de acesso ao ensino em todos os níveis de ensino melhorando a qualidade de ensino.	Nº de escolas públicas de EP1.	436	316	235	129	73	52	40	30	20	15
		Nº de escolas públicas de EP2.	323	461	542	625	728	770	807	882	971	1.060
		Nº de escolas secundárias públicas (1º ciclo).	19	27	23	26	32	39	42	46	50	54
		Nº de escolas secundárias públicas (2º ciclo).	9	13	17	20	23	27	30	34	37	41
		Nº de salas de aulas convencionais construídas.	70	60	60	69	56	33	53	50	47	44
		Nº de alunos matriculados no EP1.	264.735	265.536	266.226	268.806	272.396	278.262	278.396	278.406	281.594	286.188
		Nº de alunos matriculados no EP2 (diurno + nocturno).	80.333	83.352	72.893	73.544	76.079	78.488	74.813	73.954	73.077	72.209
		Nº de alunos matriculados no ensino secundário 1º ciclo.	63.856	70.178	69.278	69.975	73.344	77.490	74.813	73.945	73.077	72.209
		Nº de alunos matriculados no ensino secundário 2º ciclo.	13.192	15.211	15.316	19.264	22.671	22.839	25.515	27.658	29.801	31.944
		Efectivo de alunos na alfabetização de adultos.	29.393	27.544	49.113	45.117	44.805	20.676	32.485	32.468	32.451	32.433
		Efectivo de alunos nos institutos de formação de professores	596	296	589	748	952	1.025	1.128	1.250	1.372	1.494
		Taxa bruta de admissão no EP1.	139,1%	136,8%	137,2%	138,5%	139,2%	140,9%	140,5%	141,0%	140,2%	141,2%
		Taxa líquida de admissão aos 6 anos.	79,2%	77,8%	80,4%	83,1%	85,7%	90,8%	92,0%	93,0%	93,0%	93,0%
		Taxa bruta de escolarização no EP1.	124,6%	122,8%	120,8%	120,2%	120,6%	122,1%	120,1%	118,2%	116,4%	116,0%
Taxa bruta de	104,3%	95,1%	88,5%	87,0%	88,2%	89,4%	90,0%	91,0%	93,0%	94,0%		

Objectivo específico	Objectivos específicos	Indicador	Realizado (2011 – 2016)						Projectado (2017 – 2020)			
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
		escolarização no EP2.										
		Taxa líquida de escolarização no EP1	90,0%	90,8%	90,6%	90,7%	92,9%	92,8%	93,0%	93,0%	94,5%	95,0%
		Taxa líquida de escolarização no EP2	35,5%	34,6%	31,5%	33,9%	36,3%	34,9%	34,0%	35,0%	35,3%	35,3%
Assegurar oportunidades educativas para crianças com necessidades educativas especiais.	Expandir o acesso à educação às crianças com necessidades educativas especiais.	Nº de crianças com necessidades educativas especiais no sistema nacional de ensino.	-	-	-	-	10.215	7.691	10.000	9.336	9.228	9.013
	Melhorar a eficácia interna do sistema educacional.	Nº de crianças com necessidades educativas especiais que terminam o ciclo de ensino.	-	-	-	-	2.533	1.922	2.385	2.385	2.400	2.450
Melhorar o nível de aproveitamento escolar.	Melhorar as taxas de aproveitamento escolar nas classes iniciais.	Taxa de aproveitamento escolar no EP1	84,8%	86,9%	88,8%	91,1%	87,6%	90,0%	90,0%	91,0%	92,0%	93,0%
		Taxa de aproveitamento escolar no EP2	75,3%	78,5%	83,8%	87,2%	81,3%	87,0%	89,0%	91,1%	93,2%	95,3%

3.5.1.3. Género, Criança e Acção Social

O objectivo da sector de *género, criança e acção social* é promover a equidade de género e assistir aos grupos sociais mais vulneráveis.

Tabela 19. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do sector de Género, Criança e Acção Social

Objectivos estratégicos	Objectivos específicos	Indicadores	Realizado (2011 – 2016)						Projectado (2017 – 2020)			
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Promover a equidade de género.	Elevar o estatuto da mulher e a sua participação na vida política, económica e social do país.	Nº de palestras de divulgação dos instrumentos de promoção de equidade de género.	-	-	30	57	75	60	85	85	90	90
		Nº de debates para a divulgação dos instrumentos de promoção de equidade de género.	-	-	3	5	4	6	9	9	11	11
Promover e prestar assistência e integração social dos grupos em situação de vulnerabilidade, particularmente, mulheres, crianças, idosos e pessoas	Assistir os grupos sociais mais vulneráveis em todos os distritos da província.	Nº de pessoas assistidas no âmbito do programa subsídio social básico.	21.098	22.872	26.250	28.788	28.431	27.979	27.979	29.740	29.740	31.000
		Nº de pessoas assistidas no âmbito do programa apoio social directo (PASD).	1.067	3.140	3.895	5.122	3.760	3.670	3.754	4.158	4.250	5.000
		Nº de pessoas assistidas no âmbito do	-	-	434	386	407	394	304	395	395	395

Objectivos estratégicos	Objectivos específicos	Indicadores	Realizado (2011 – 2016)						Projectado (2017 – 2020)			
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
portadoras de deficiência.		programa serviços sociais da acção social (PSSAS).										
		Nº de pessoas assistidas no âmbito do programa acção social produtiva (PASP)	-	2.400	4.315	4.315	5.785	6.604	5.404	6.604	7.000	7.200
		Nº de crianças órfãs e vulneráveis beneficiadas pelo apoio multiforme.	-	-	-	-	751	441	571	600	650	700

3.5.1.4. *Juventude e Desportos*

O objectivo geral do sector da *juventude e desportos* é promover a participação activa da juventude na sociedade e o desenvolvimento do desporto.

Tabela 20. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do sector de Juventude e Desportos

Objectivos estratégicos	Objectivos específicos	Indicadores	Realizado (2011 – 2016)						Projectado (2017 – 2020)			
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Fortalecer e consolidar o movimento juvenil a nível da província.	Registrar/ legalizar associações juvenis.	Nº associações juvenis registadas e legalizadas.	6	25	16	11	14	15	16	16	17	18
Promover a participação da juventude na actividade económica.	Formar/ capacitar jovens em matéria de liderança e elaboração de projectos.	Nº jovens com oportunidade de emprego e auto-emprego.	-	705	270	252	250	255	270	280	290	300
		Nº de projectos financiados pelo fundo de iniciativas juvenis (FAIJ).	-	10	9	50	61	81	101	120	140	160
Promover hábitos de vida saudável.	Formar jovens em saúde sexual e reprodutiva HIV e SIDA no âmbito do Programa Geração Biz.	Nº de jovens formados em saúde sexual e reprodutiva HIV/Sida.	48	53	65	95	94	107	119	131	144	150
Consolidar a implementação do sistema de formação de agentes desportivos.	Formar agentes desportivos.	Nº agentes desportivos formados em diversas modalidades.	163	539	546	587	604	628	652	676	700	724
Consolidar o programa de desporto para o desenvolvimento no âmbito de massificação desportiva.	Apoiar a promoção do desporto nas diversas modalidades.	Nº atletas envolvidos na prática desportiva.	4.209	6.345	6.450	6.717	6.877	7.063	7.249	7.435	7.621	7.818

3.5.1.5. Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos

O objectivo geral do sector das *obras públicas, habitação e recursos hídricos* é promover o desenvolvimento de infraestruturas relacionadas com habitação, estradas, água e saneamento.

Tabela 21. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do sector de Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos

Objectivos estratégicos	Objectivos específicos	Indicadores	Realizado (2011 – 2016)						Projectado (2017 – 2020)			
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Aumentar a provisão e acesso aos serviços de água potável e de saneamento básico nas zonas rurais, urbanas e vilas.	Aumentar a taxa de cobertura de abastecimento de água nas zonas rurais e vilas/urbanas.	Taxa de cobertura de abastecimento de água rural.	77,6%	56,1%	45,3%	46,6%	49,9%	47,0%	50,0%	56,0%	60,0%	70,0%
		Taxa de cobertura de abastecimento de água nas vilas/ zonas urbanas.	97,0%	94,5%	95,0%	86,5%	84,0%	84,0%	86,0%	87,0%	88,0%	90,0%
	Aumentar a taxa de cobertura de saneamento, através de acesso a latrinas melhoradas.	% de famílias com latrina melhorada.	16,6%	22,0%	22,2%	25,3%	35,1%	36,3%	40,3%	44,0%	48,0%	52,4%
Promover o acesso à habitação condigna para todos os cidadãos sobretudo aos jovens, funcionários e agentes do estado.	Promover a construção de habitação, mais acessíveis para os jovens, funcionários e agentes do estado.	Nº de casas construídas para os jovens, funcionários e agentes.	20	20	25	17	25	34	37	41	45	48
	Promover o crédito de habitação para os jovens.	Nº de jovens beneficiárias de crédito de habitação.	106	78	69	67	62	47	37	27	18	18
Melhorar e expandir a rede das estradas e pontes vitais para o desenvolvimento socio-económico.	Melhorar a transitabilidade das estradas, priorizando as que apresentam um grande impacto no desenvolvimento socioeconómico da província.	Taxa de cobertura da rede de estradas classificadas em boas condições.	54,1%	54,1%	57,7%	21,5%	21,5%	28,4%	45,0%	52,0%	59,0%	66,1%
Assegurar a gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos.	Promover o uso de sistemas de captação e armazenamento da água, com destaque para as zonas áridas e semi-áridas.	Nº de cisternas e caleiras construídas.	2.833	5.763	2.453	2.849	2.659	2.469	2.279	2.089	1.899	1.709

3.5.1.6. *Ciência, Tecnologia e Inovação*

O objectivo geral do sector de *ciência, tecnologia e inovação* é promover o desenvolvimento da pesquisa e das tecnologias de informação.

Tabela 22. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do sector de Ciência, Tecnologia e Inovação

Objectivos estratégicos	Objectivos específicos	Indicadores	Realizado (2011 – 2016)			Projectado (2017 – 2020)			
			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Promover, consolidar e dinamizar o sistema de ciência, tecnologia e inovação.	Expandir os centros de formação, investigação e de transferência de tecnologias para capacitação das comunidades.	Nº de projectos orientados para a resolução de problemas específicos da província.	-	-	-	1	2	2	2
		Nº de olimpíadas de matemática, física, química e biologia.	-	-	-	1	1	1	1
Expandir e consolidar os centros de formação, investigação e de transferência de tecnologias para capacitação de produtores locais.	Implementar programas formação profissional alinhados as necessidades do sector produtivo estimulando a participação massiva dos jovens.	Nº de feiras de tecnologias.	-	-	-	0	1	0	1
		Nº de inovações.	-	-	-	1	1	1	1
		Nº de produtores treinados/capitados em matéria em técnicas melhoradas de produção.	-	-	-	-	90	90	90
Promover o uso das TIC's.	Formar funcionários e agentes do estado no uso de tecnologias de informação e comunicação.	Nº de funcionários e agentes do estado formados em tecnologias de informação e comunicação.	-	-	-	300	300	300	300
	Expandir a rede electrónica do Governo - <i>GovNet</i> .	Taxa de cobertura dos distritos com a rede da <i>GovNet</i> .	-	-	-	3%	4%	3%	4%
Aumentar e expandir territorialmente as oportunidades de acesso ao ensino para todos os níveis	Prover a formação psico-pedagógica e de pós-graduação para docentes do ensino superior.	Nº de docentes com nível de Mestrado e Doutoramento.	-	-	-	19	19	19	21
		Nº de Investigadores existentes na província	-	-	-	6	6	6	6
		Nº de docentes do ensino superior com formação psico-pedagógica.	-	-	-	6	6	7	6
	Expandir o acesso e a qualidade do ensino técnico profissional.	Número de instituições pública e privadas do ensino técnico profissional existentes na província.	-	-	-	0	1	0	1
		Número de ETPs com bibliotecas escolares apetrechadas.	-	-	-	1	1	1	1

3.5.2. Pilar 2: Desenvolvimento Económico

3.5.2.1. Agricultura e Segurança Alimentar

O objectivo geral do sector da *agricultura e segurança alimentar* é o desenvolvimento da produção agrária e garantir segurança alimentar.

Tabela 23. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do sector da Agricultura e Segurança Alimentar

Objectivos estratégicos	Objectivos específicos	Indicador	Realizado (2011 – 2016)					Projectado (2017 – 2020)				
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Promover a expansão dos programas de fomento das culturas estratégicas, tradicionais e emergentes orientadas para o mercado e aumentar a disponibilidade de alimentos para garantir a segurança alimentar e nutricional.	Expandir os programas de fomento de culturas estratégicas tradicionais e emergentes orientadas para o mercado e para o consumo local.	Nº de mudas de cajueiro produzidas.	232.384	277.833	225.721	234.645	257.767	316.457	384.000	393.000	400.000	407.000
		Nº de mudas distribuídas.	200.526	175.959	184.410	121.901	106.775	188.414	215.000	242.520	270.000	297.500
		Nº de árvores tratadas.	413.674	420.132	234.130	324.976	308.253	373.767	310.605	310.611	319.868	340.247
		Nº de produtores assistidos.	2.055	2.058	32.059	23.413	41.349	56.351	350.000	410.250	463589	516.928
		Nº t de caju produzidas.	11.904.1	5.580.69	3.591.69	4.036.74	6.040.41	13.621.2	14.000	14.500	15.000	15.500
		Nº t de algodão produzidas.	43,0	49,0	52,0	44,0	64,0	62,4	66,1	69,8	73,5	77,2
		Nº toneladas de copra.	-	72.455	72.525	72.690	72.791	72.909	73.026	73.144	73.261	73.379
		Nº toneladas de fruteiras.	-	-	286.730	292.464	302.420	309.561	317.406	325.251	333.096	340.941
		Nº de toneladas de milho.	187.321	158.278	187.321	225.114	158.621	118.745	267.114	280.771	294.429	308.087
		Nº de toneladas de arroz.	11.867	11.259	42.442	45.838	39.134	12.345	74427	84.633	94.838	105044
		Nº de toneladas de mapira.	45.089	11.924	11.867	45.838	14.160	14.784	15.531	16.279	17.027	17.775
		Nº de toneladas de mexoeira.	17.979	40.040	42.848	45.830	49.267	59.702	66.593	73.376	80.212	87.049
		Nº de toneladas de mandioca.	1.476.689	1.489.189	1.641.483	1.783.310	1.907.666	1.877.807	2.263.314	2.407.165	2.551.01	2.694.86
		Nº de toneladas de batata-doce.	5.532	5.745	5.532	6.671	7.032	6.365	7.940	8.360	8.781	9.201
		Nº de toneladas de batata-reno.	4.934	4.920	4.934	5.961	6.190	6.608	7.112	7.495	7.887	8.261
		Nº de toneladas de hortícolas.	103.498	112.200	103.498	21.737	23.367	138.231	143.101	149.563	156.026	162.489
		Nº toneladas de amendoin.	38.680	53.776	54.304	58.669	55.799	63.984	67.898	71.811	75.724	79.637
Nº de toneladas de ananás.	2.330	39.176	20.126	21.737	23.367	23.437	24.201	24.965	25.728	26.492		
Nº toneladas de feijões	35.421	19.635	2.330	121.848	126.720	44.539	82.225	91.750	101.275	110.800		

Objetivos estratégicos	Objetivos específicos	Indicador	Realizado (2011 – 2016)					Projectado (2017 – 2020)				
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Aumentar o nível de produção de carne diversa e derivados.	Aumentar o nível de rendimento por cada carcaça de gado bovino.	Nº de toneladas de carne bovina (toneladas)	307,3	341,1	377,0	405,0	547,9	551,5	604,5	657,4	710,3	763,4
		Nº de toneladas de suína.	122,5	123,2	117	138	222,9	203,7	224,1	244,5	264,9	285,0
		Nº de toneladas de caprina.	18,0	19,7	31,0	37,0	50,8	54,8	62,8	70,8	78,8	86,8
		Nº de toneladas de frango.	698,0	613,5	517,0	1.305	1.409,0	1.353,0	1.527,0	1.700,0	1.874,0	2.047,0
		Nº de dúzias de ovos	20.315	311.706	285.767	205.973	289.907,0	332.559,0	376.525,0	420.491,0	464.457,0	508.423,0
		Nº de litros de leite de vaca	9.480,0	28.633,0	24.281,0	43.480	37.218,0	47.929,0	54.605,0	61.280,0	67.955,0	74.630,0
Melhorar a assistência técnica aos produtores.	Melhorar a assistência técnica aos produtores.	Nº extensionistas	160	125	136	127	163	123	160	187	216	242
		Nº de cabeças de gado bovino assistidas.	187.532	207.170	246.607	261.391	291.885	317.795	344.087	370.380	396.673	422.965
		Nº de cabeças de gado ovino assistidas.	32.937	30.164	18.000	19.991	22.264	24.365	26.497	28.629	30.761	32.893
		Nº de cabeças de gado de caprino assistidas.	241.898	243.740	245.000	250.691	293.567	288.205	299.234	310.263	321.292	332.321
		Nº de cabaças de gado de suíno assistidas.	43.923	45.000	46.000	52.219	68.761	68.890	73.938	79.628	85.317	91.007
		Nº de aves assistidas.	334.015	681.542	681.000	432.329	938.518	938.149	1.034.12	1.130.10	1.226.08	1.322.06

3.5.2.2. *Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural*

O objectivo geral do sector da *terra, ambiente e desenvolvimento rural* é promover o acesso e posse de terra segura e gestão sustentável dos recursos florestais e faunísticos.

Tabela 24. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do sector de Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural

Objectivos Estratégicos	Objectivos específicos	Indicador	Realizado (2011 – 2016)						Projectado (2017 – 2020)			
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Promover o acesso e posse de terra segura.	Aumentar o número de pessoas singulares e instituições/empresas com DUAT.	(%) de famílias com o direito de uso e aproveitamento de terra.	523	415	269	367	312	400	600	800	1100	1.400
		(%) de instituições/ empresas com o direito de uso e aproveitamento de terra.	116	76	76	60	58	75	100	125	160	200
Promover o reflorestamento, o processamento de produtos florestais e melhorar a administração e gestão sustentável dos recursos naturais.	Melhorar a gestão sustentável dos recursos florestais e faunísticos.	Área (hectares) reflorestada.	75,0	156,0	24,6	222,0	96,9	163,2	150,0	150,0	150,0	150,0
		Nº de fiscais de recursos florestais e ambiente por distrito.	3	3	5	5	5	5	5	5	5	5
		Nº de Comités Locais de Gestão de Recursos Naturais criados.	20	15	10	11	13	9	5	5	5	5
Garantir a divulgação e implementação da legislação ambiental para o uso sustentável dos recursos naturais e manutenção da biodiversidade.	Promover campanhas de divulgação da legislação ambiental para o uso sustentável dos recursos naturais e manutenção da biodiversidade.	Nº de campanhas anuais de divulgações da legislação ambiental realizadas.	2	2	2	3	1	2	2	2	2	2
	Promover capacitação sobre as técnicas de prevenção, mitigação e resiliência às mudanças climáticas nas zonas propensas.	Nº de capacitações sobre as técnicas de prevenção, mitigação e resiliência às mudanças climáticas nas zonas propensas.	2	3	3	2	4	4	4	4	4	4
		Nº de comités locais de gestão de recursos naturais capacitados.	2	3	6	-	-	5	5	5	5	5
Aumentar a produção e a produtividade em todos os sectores com ênfase na agricultura, produção animal e pescas.	Financiar actividades produtivas e de geração de emprego nos distritos e autarquias.	Nº de beneficiários de financiamentos abrangidos.	1.632	2.011	1.817	1.820	1.958	1.960	2004	2050	2096	2142
Promover a produtividade,	Promover a expansão da actividade bancária e	Nível (%) de cobertura dos serviços e produtos financeiros	41	41	41	43	43	45	46	47	49	50

Objectivos Estratégicos	Objectivos específicos	Indicador	Realizado (2011 – 2016)						Projectado (2017 – 2020)			
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
competitividade e acumulação de riqueza nas zonas rurais.	financeira para as zonas rurais.	nas zonas rurais.										

3.5.2.3. *Mar, Águas Interiores e Pescas*

O objectivo geral do sector de *mar, águas interiores e pescas* é promover a pesca artesanal e industrial e fiscalização da costa marítima.

Tabela 25. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do sector do Mar, Águas Interiores e Pescas

Objectivos Estratégicos	Objectivos específicos	Indicador	Realizado (2011 – 2016)						Projectado (2017 – 2020)			
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Aumentar a produção e produtividade nas pescas.	Aumentar a produção pesqueira.	Volume (toneladas) de produção pesqueira global.	11.960,0	12.119,6	16.937,2	20.393,1	22.589,7	27.517,2	30.273,6	32.780,0	35.925,0	40.000,0
Promover a capacitação de pescadores, processadores, comerciantes e aquacultores de pequena escala em técnicas de manuseamento e processamento e conservação de pescado.	Melhorar o nível de captura e processamento do pescado.	Nº de processadores capacitados.	-	177	34	44	105	134	170	207	243	280
	Introduzir, aperfeiçoar e divulgar técnicas de captura melhoradas de pesca.	Nº de pescadores formados em técnicas melhoradas de captura de pescado.	-	-	-	-	45	24	24	24	24	24
	Capacitar carpinteiros navais na produção e manutenção de barcos.	Nº de carpinteiros navais formados na manutenção de barcos.	-	17	-	-	15	8	8	8	8	8
			Nº de barcos produzidos.	-	-	-	-	1	1	1	1	1
	Promover a actividade pesqueira com carácter comercial.	Nº de licenças de pesca semi-industrial emitidas.	-	3	2	3	3	3	3	3	2	2
		Nº de empresas de processamento de pescado licenciadas.	-	-	-	-	5	6	7	8	9	10
	Motorizar as embarcações de pesca artesanal	Nº de profissionais marítimos formados	-	-	-	-	18	12	12	12	12	12
		Nº de embarcações motorizadas.	-	-	-	-	8	16	40	30	30	40
	Expandir a rede de laboratórios de inspecção de pescado	Nº de barcos inspeccionados por ano.	-	-	-	-	4	6	6	6	6	6
		Nº de tanques piscícolas.	-	-	147	103	339	100	120	120	120	120
		Nº de tanques povoados	-	-	57	56	301	100	120	120	120	120
		Nº de alevinos povoados	-	-	58.571	101.670	39.536	39.584	30.065	20.549	11.031	1.514
		Nº de tanques gaiolas piscícolas.	-	-	14	60	89	128	166	203	241	278
	Nº de produtores treinados na produção piscícola.	-	-	-	-	307	307	307	307	307	307	

Objetivos Estratégicos	Objetivos específicos	Indicador	Realizado (2011 – 2016)						Projectado (2017 – 2020)			
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Promover a cadeia de valores de produtos primários nacionais.	Construir mercados de peixe.	Nº de mercados construídos.	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1
	Construir aquaparcos	Nº de aquaparcos construídos.	-	-	-	-	0	-	1	1	1	-

3.5.2.4. Recursos Minerais e Energia

O objectivo geral do sector de *recursos minerais e energia* é promover a mineração artesanal e industrial e sua fiscalização e expandir o acesso à energia.

Tabela 26. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do sector de Recursos Minerais e Energia

Objectivos Estratégicos	Objectivos específicos	Indicador	Realizado (2011 – 2016)						Projectado (2017 – 2020)			
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Apoiar a mineração artesanal e de pequena escala a operar com boas práticas ambientais tecnológicas.	Apoiar as associações para o aumento da produção, das boas práticas de extracção mineira e melhoria de qualidade dos seus produtos.	Nº de operadores de pequena escala assistidos.	6	6	6	6	6	7	8	9	10	10
	Reduzir a degradação ambiental.	Nº de inspecções realizadas para o controlo de práticas ambientais na actividade mineira.	12	12	12	12	12	48	48	48	48	48
Expandir o acesso à energia a menor custo através do alargamento da cobertura geográfica de infra-estruturas e serviço de fornecimento de energia.	Aumentar o acesso de energia da rede eléctrica nacional (REN) às sedes distritais e localidades.	Taxa (%) de acesso à energia eléctrica nas sedes distritais e localidades.	41.699	48.518	55.196	63.801	67.433	75.185	81.860	88.535	95.210	95.120
	Aumentar o aproveitamento dos recursos locais para geração de energia, com destaque para o sistema solar e gás natural.	Nº de famílias com acesso à energia solar.	491	549	723	975	1.085	1210	1.335	1.460	1.585	1.585
		Nº de famílias com acesso à energia proveniente de gás natural	5.770	6.855	8.382	10.182	10.747	11.911	13.075	14.239	15.403	15.403
Melhorar a cobertura e capacidade de	Expandir a construção de postos de abastecimento de	Volume de venda de gásóleo (m3)	-	-	2.072	6.051	7.183	10.731	13.786	16.842	19.897	19.897

provisão de combustíveis para o consumo na província.	combustíveis líquidos no âmbito do incentivo geográfico.	Volume de venda de gasolina (m ³)	-	-	2.862	2.694	3.022	3.021	3.101	3.181	3.261	3.261
	Aumentar a produção sustentável do Gás Natural.	Quantidade (GJ) de gás natural produzido.	121.181.922	146.793.243	163.739.580	177.256.822	186.798.584	207.663.10	223.832.79	240.002.481	256.172.17	256.172.17

3.5.2.5. *Indústria e Comércio*

O objectivo geral do sector de *indústria e comércio* é promover o desenvolvimento da industria transformadora e a comercialização agrícola.

Tabela 27. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do sector da Indústria e Comércio

Objectivos Estratégicos	Objectivos específicos	Indicador	Realizado (2011 – 2016)						Projectado (2017 – 2020)			
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Estimular o desenvolvimento da indústria transformadora para o aumento do valor acrescentado de modo a reduzir os desequilíbrios da balança comercial.	Promover estabelecimento de unidades de transformação de produtos primários nacionais e a sua integração no mercado.	Nº unidades industriais de micro dimensão.	21	28	33	36	49	49	53	59	66	74
		Nº unidades industriais de pequena e média dimensão.	4	4	4	4	1	2	3	4	5	6
Promover a comercialização agrícola orientada para o mercado interno e externo.	Expandir mercados grossistas e retalhistas dos produtos primários nacionais.	Nº de unidades comerciais em funcionamento.	266	306	357	472	523	607	643	682	723	766
		Nº de armazéns intermediários em funcionamento.	-	-	-	22	25	47	50	53	55	57
Diversificar a base de exportação e destino das exportações abrindo novos mercados.	Organizar fóruns de concertação de assuntos de desenvolvimento económico local.	Nº de fóruns de concertação de assuntos de desenvolvimento.	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1
Promover a valorização de produtos nacionais transformados.	Incentivar a transformação interna de matérias-primas.	Nº empresas que ostentam o selo <i>Made in Mozambique</i> na província.	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1
Promover o alargamento da rede comercial, virada para o abastecimento para o mercado.	Proceder ao registo de operadores formais e informais.		-	-	-	195	287	263	278	295	313	332
		Nº de unidades comerciais urbanos.	176	208	243	210	181	296	314	332	353	374
		Nº de unidades comerciais rurais.	90	98	123	195	287	263	278	295	313	332

3.5.2.6. *Promoção e Atracção de Investimento*

O objectivo geral do sector da *promoção a atracção de investimentos* é incentivar o investimento interno e externo para sectores estratégicos de desenvolvimento da província.

Tabela 28. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do sector de Promoção e Atracção de Investimentos

Objectivos Estratégicos	Objectivos Específicos	Indicador	Realizado (2011 – 2016)						Projectado (2017 – 2020)			
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Atrair investimento directo privado nacional e estrangeiro e aprovar projectos de investimento para a província.	Atrair investimento directo nacional e estrangeiro.	Volume de investimento (em mil milhões de US\$)	-	-	-	-	48.6	50.3	51.5	52.02	53.32	54.00
	Aprovar novos projectos de investimento.	Nº de projectos aprovados.	-	-	-	-	31	31	33	34	36	36
Criar oportunidades de emprego através da promoção de maiores oportunidades de investimento.	Aumentar a oportunidade de emprego para nacionais.	Nº de postos de emprego criados.	364	717	538	1.030	739	751	762	781	835	937
Assistir institucionalmente os investidores nacionais e estrangeiros.	Promover ligações empresariais entre as pequenas e médias empresas e as grandes empresas multinacionais.	Nº de ligações empresariais promovidas	-	-	-	-	2	2	2	2	2	2
	Assistir institucionalmente os investidores (constituição de sociedades, licenciamento de exercício da actividade, visto de entrada, autorização de trabalho, autorização de residência, identificação e licenciamento de terra e identificação de parceiros para negócio).	Nº de assistências realizadas	-	-	-	-	39	39	40	43	45	48
	Monitorar os projectos de investimento aprovados	Nº de projectos monitorados	-	-	-	-	15	13	15	17	19	19

3.5.2.7. *Trabalho, Higiene e Segurança e Emprego*

O objectivo geral do sector de *trabalho, higiene e segurança e emprego* é promover emprego digno.

Tabela 29. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do sector de Trabalho, Emprego e Segurança Social

Objectivos Estratégicos	Objectivos específicos	Indicador	Realizado (2011 – 2016)						Projectado (2017 – 2020)			
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Reforçar o controlo da legalidade laboral e promover o trabalho digno.	Aumentar o número de empresas que contribuem para a segurança social.	Nº de empresas que contribuem para o sistema de segurança social.	302	298	304	496	458	460	568	596	625	656
	Alargar a cobertura do sistema de segurança social obrigatória e garantir a sua sustentabilidade financeira.	Nº de beneficiários do sistema de segurança social	2.940	3.083	3.592	4.815	4.377	4.386	4.730	4.835	5.076	5.330
Implementar acções de formação profissional alinhadas às necessidades do sector produtivo, estimulando a participação massiva de jovens.	Promover a formação profissional.	Nº de pessoas formadas.	1.755	2.355	790	980	4.209	3.331	3.424	3.595	3.775	3.964
Promover oportunidades de estágios profissionais e de emprego através da coodenação com os sectores publico e privado.	Promover o emprego nos diversos sectores de actividades económicas e sociais.	Nº de empregos criados.	8.308	9.583	11.515	10.338	23.514	22.371	23.490	24.664	25.897	27.191
	Promover os estágios pré-profissionais como mecanismo para elevar o nível de empregabilidade dos jovens.	Nº de estágios pré-profissionais	148	183	131	96	205	166	168	171	174	177
	Integrar nas estratégias e políticas sectoriais medidas que contribuam para a maximização de oportunidades de emprego.	Nº de formações móveis em matéria de empreendedorismo.	-	-	-	-	2	2	2	2	2	2

3.5.2.8. *Transportes e Comunicações*

O objectivo do sector de *transportes e comunicações* é promover o desenvolvimento o sistema integrado de transportes e comunicações.

Tabela 30. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do sector de Transportes e Comunicações

Objectivos Estratégicos	Objectivos específicos	Indicador	Realizado (2011 – 2016)					Projectado (2017 – 2020)				
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Desenvolver o sistema de transporte integrado.	Melhorar as condições de operacionalidade e segurança aeroportuárias.	Nº de campos de aterragem operacionalizados.	-	-	1	1	-	-	1	1	1	1
	Promover a cobertura da rede de transporte e segurança rodoviária na Província	Nº de licenças de transporte interdistrital e de mercadoria emitidas	5	7	7.5	8	8.5	280	287	301	322	335
		Nº de licenças de transporte de mercadoria emitidas.	-	-	-	-	-	72	88	97	108	115
		Nº de licenças de transportes semi-colectivos emitidas.	-	-	-	-	-	126	186	195	209	224
Reforçar a rede de Transportes Urbanos.	Promover parcerias público-privadas para melhoria da provisão de rede de transportes Urbano	Nº de empresas de transporte público urbano criadas.	-	-	-	-	-	-	2	2	-	-
Melhorar o sistema de comunicação e fiscalização marítima.	Aumentar a frequência das acções de monitoria e supervisão do sistema de comunicação.	Nº de comités de gestão comunitária de incidentes criados na província.	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1
		Nº de delegações -maritimas criadas na província.	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-

3.5.2.9. *Cultura e Turismo*

O objectivo geral do sector da *cultura e turismo* é promover e valorizar o património cultural material e imaterial como elemento de identidade e incentivar o investimento na área do turismo.

Tabela 31. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do sector de Cultura e Turismo

Objectivos Estratégicos	Objectivos específicos	Indicador	Realizado (2011 – 2016)						Projectado (2017 – 2020)			
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Promover os produtos e serviços turísticos visando posicionar a província de Inhambane como destino turístico de classe mundial.	Aumentar a disponibilidade e as opções de alojamento turístico.	Nº de estabelecimentos turísticos de alta qualidade (3 a 5 estrelas) com capacidade para mínima de 100 quartos construído.	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
	Incrementar o número de turistas nacionais e estrangeiros que visitam a província.	Nº de turistas nacionais que visitam a província de Inhambane.	-	-	137.811	145.864	147.722	140.752	155.108	162.863	171.006	179.556
		Nº de turistas estrangeiros que visitam a província de Inhambane.			149.295	156.979	171.333	211.129	178.186	188.877	200.209	212.221
		Taxa de ocupação de quarto/camas.	23,0%	32,0%	23,0%	21,0%	26,0%	39,4%	36,0%	46,0%	56,0%	60,0%
		Tempo médio de permanência dos turistas nos estabelecimentos turísticos.	-	-	-	-	7,0	7,0	7,2	7,4	7,7	8,0
Melhorar o desempenho dos agentes do turismo através das acções de formação/capacitação.	Formar/capacitar os profissionais dos estabelecimentos turísticos e membros da comunidade local.	Nº de profissionais dos estabelecimentos turísticos e membros da comunidade local, formados/capacitados em provisão de produtos e serviços turísticos.	-	-	-	-	442	292	120	100	100	80
	Formar os profissionais da Direcção Provincial de Cultura e Turismo na área da matéria de <i>marketing</i> turístico e mercados culturais.	Nº de profissionais formados na área de <i>marketing</i> turístico e mercados cultura.	-	-	-	-	6	4	2	2	2	2
Divulgar e preservar o património cultural material e imaterial da província.	Divulgar as potencialidades turísticas da província.	Nº de roteiros turísticos desenhados.					2	-	2	-	-	-
		Nº de festivais nacionais e internacionais de cultura turismo organizados/ participados.	2	3	3	4	4	4	4	5	4	5
		Nº de feiras nacionais e internacionais de cultura e turismo organizados/ participados.	-	-	-	-	2	3	3	3	3	3
	Apoiar a estruturação e valorização económica dos sectores da actividade cultural.	Nº de empresas licenciadas no sector da cultura.	-	-	4	5	3	-	1	1	2	1
	Sinalizar e preservar o património histórico e	Nº de locais históricos e culturais sinalizados e preservados.	-	-	-	-	-	0	10	10	10	10

Objectivos Estratégicos	Objectivos específicos	Indicador	Realizado (2011 – 2016)						Projectado (2017 – 2020)			
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	cultural tangível.											
Valorizar o património cultural material e imaterial como elemento de identidade.	Criar roteiros de visitas aos locais históricos da província.	Nº de visitantes aos locais patrimoniais/museu.	3.685	2.934	3.930	2.501	3.886	6.708	8.000	11.000	14.000	17.000
		Nº de assistentes a eventos artístico culturais	-	-	-	-	-	-	110.000	115.000	125.000	140.000
		Nº de população escolar que participa em actividades artístico-cultural.	-	-	-	-	-	-	25.108	28.445	31.202	35.000

3.5.3. Pilar 3: Boa Governação

3.5.3.1. Administração Local e Autárquica e Capacitação Institucional

O objectivo geral na área de *administração local e autárquica e capacitação institucional* promover a descentralização e a boa governação.

Tabela 32. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do sector de Administração Local, Autárquica e Capacitação Institucional

Objectivos Estratégicos	Objectivos específicos	Indicador	Realizado (2011 – 2016)						Projectado (2017 – 2020)			
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Dotar os órgãos locais do Estado (provincia e distrito) de condições e capacidade institucional para melhorar a acção governativa.	Expandir as infra-estruturas para o funcionamento dos órgãos locais de estado.	Nº de edifícios a nível distrital	12	14	14	14	14	14	14	14	14	14
		Nº de edifícios nos postos administrativos.	7	12	14	21	21	21	25	26	26	26
		Nº de edifícios nas localidades.	4	11	34	35	41	41	45	56	70	70
		Nº de edifícios para funcionamento das secretarias distritais	12	14	14	14	14	14	14	14	14	12
		Nº de edifícios para funcionamento das secretarias nas localidades.	11	11	34	35	41	11	45	56	70	70
		Nº de residências para os administradores e outros representantes do estado a nível do distrito.	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
		Nº de residências para os administradores e outros representantes do estado a nível dos postos administrativos.	7	10	12	19	22	25	26	26	26	26
		Nº de residências para os administradores e outros representantes do estado a nível da localidade.	4	8	10	28	37	50	60	70	70	70
Melhorar a capacidade de planificação e gestão financeira dos distritos através da formação/ capacitação.	Formar funcionários do estado em matéria de competências, liderança e de gestão na administração pública.	Nº de funcionários do estado formados.	-	-	-	498	-	960	1.050	1.500	2.000	2.300
	Melhorar a gestão estratégica de recursos humanos ao nível local garantindo a colocação e retenção de mais técnicos qualificados.	Elevar a taxa (%) de retenção dos técnicos superiores.	-	-	-	-	-	15,6%	18,0%	20,0%	23,0%	25,0%
		Elevar a taxa (%) de retenção dos técnicos de nível médios.	-	-	-	-	-	44,8%	47,0%	50,0%	53,0%	55,0%
		Reduzir a taxa (%) de retenção dos Técnicos nível básico.	-	-	-	-	-	27,6%	25,0%	23,0%	20,0%	17,0%
		Reduzir a taxa (%) de retenção dos Técnicos nível elementar.	-	-	-	-	-	11,9%	10,0%	7,0%	5,0%	3,0%
	Consolidar o distrito como	Nº de cobertos pelo sistema de	-	-	-	14	14	14	14	14	14	14

Objectivos Estratégicos	Objectivos específicos	Indicador	Realizado (2011 – 2016)						Projectado (2017 – 2020)			
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	base de planificação e orçamentação.	administração financeira do estado (<i>e-sistafe</i>).										
Consolidar os mecanismos de colaboração das autoridades comunitárias com o estado e autarquias e criar mecanismos que assegurem a governação local participativa.	capacitar e o desenvolvimento da administração local do Estado a nível dos postos administrativos e localidades.	Nº de técnicos capacitados em matéria de administração local e autárquica.	-	-	-	-	-	-	80	100	120	150
		% de mulheres que participam nos órgãos de consulta comunitária por distrito.	-	-	-	-	204	204	204	204	204	204
		% de mulheres que participam nos órgãos de consulta comunitária por posto administrativo.	-	-	-	-	319	319	319	319	319	319
		% de mulheres que participam nos órgãos de consulta comunitária por localidade.	-	-	-	-	420	420	420	420	420	420
		% de mulheres que participam nos órgãos de consulta comunitária por povoado.	-	-	-	-	950	950	950	950	950	950

3.5.3.2. Secretariado-geral da Assembleia da República

O objectivo geral do secretariado da *assembleia da república* é promover a ligação entre os deputados da provincia na assembleia da republica e os respectivos círculos eleitorais.

Tabela 33. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do Secretariado-geral da Assembleia da República

Objectivos Estratégicos	Objectivos específicos	Indicador	Realizado (2011 – 2016)						Projectado (2017 – 2020)			
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Reforçar a ligação dos Deputados aos seus Círculos Eleitorais, ao Cidadão e à Sociedade em Geral.	Incrementar a participação do Deputado nas actividades de interacção entre as Delegações e a sociedade.	Nº de fiscalização a serem realizadas na província.	-	-	-	-	-	-	3	6	6	6
Divulgação das actividades da Assembleia da República sobre papel e o Estatuto do Deputado no âmbito de PQG.	Promover a realização de encontros entre o Deputado da Assembleia da República e a sociedade.	Nº de encontros a serem feitos.	-	-	-	-	-	-	3	6	6	6
Capacitar Técnicos em matéria de gestão administrativa e financeira da Delegação Provincial do SGAR.	Reforçar a capacidade de gestão Administrativa e Financeira	Nº de técnicos a serem formados em matéria de gestão administrativa e financeira	-	-	-	-	-	-	2	2	1	-

3.5.3.3. *Combatentes*

O objectivo geral da área dos *combatentes* é melhorar o enquadramento dos combatentes na vida social e económica.

Tabela 34. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do sector dos Combatentes

Objectivos estreategicos	Objectivos específicos	Indicador	Realizado (2011 – 2016)					Projectado (2017 – 2020)					
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
Implementar o estatuto dos combatentes e melhorar o sistema de previdência social aos combatentes, cônjuges e órfãos menores.	Prosseguir com o processo de identificação e registo dos combatentes da luta pela defesa da independência, soberania, integridade territorial e da democracia.	Nº de combatentes da luta pela defesa da independência, soberania, integridade territorial e da democracia identificados e registados.	1.829	2.312	2.300	289	600	50	3.162	3.363	3.565	3.766	
		Nº de combates com cartão de identificação do combatente.	-	1.116	761	325	772	982	913	926	938	951	
		Nº de combates da defesa da soberania com bónus de reinserção social.	-	23	742	394	369	272	750	750	750	750	
	Garantir a assistência social aos combatentes e seus dependentes	Nº de combatentes da luta pela defesa da independência, soberania, integridade territorial e da democracia com cartões de identificação e assistência médica, medicamentosa.	2.011	2.159	2.300	3.868	2030	-	3.162	3.363	3.565	3.766	
		Nº de combatentes que beneficiaram de financiamento para construção de casas melhoradas.	3	4	3	3	3	-	44	55	59	66	
		Nº de combatentes que beneficiaram de apoio a autoconstrução de casas melhoradas.	-	0	2	-	30	-	35	35	35	35	
	Garantir a assistência social aos combatentes e seus dependentes	Nº de filhos de combatentes beneficiários de bolsas de estudo.	16	18	13	13	142	11	14	14	15	15	
		Nº de filhos de combatentes beneficiários de isenção no pagamento de propinas.	28	102	545	448	595	511	1.540	1.798	1.800	1.850	
	Promover a inserção sócio-económica dos combatentes através da formação e da implementação de projectos de geração de rendimentos.	Promover a inserção de combatentes em actividades produtivas	Nº de projectos de geração de rendimento financiados aos combatentes.	4	13	9	7	19	04	80	94	107	121

3.5.3.4. *Ordem, Segurança e Tranquilidade Pública*

O objectivo geral do sector da *ordem, segurança e tranquilidade pública* é garantir a ordem e a segurança pública.

Tabela 35. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do sector de Ordem, Segurança e Tranquilidade Pública

Objectivos Estratégicos	Objectivos específicos	Indicador	Realizado (2011 – 2016)					Projectado (2017 – 2020)				
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Reforçar a prevenção e combate a todo tipo de crime.	Realizar diligências para esclarecimento de casos registados.	% de casos criminais esclarecidos em relação aos registados.	82,0%	84,0%	80,0%	83,0%	86,0%	86,0%	84,0%	84,0%	85,0%	85,2%
	Realizar acções de patrulhamento.	Nº de patrulhas realizadas.	29.271	60.736	71.332	96.344	119.997	221.526	208.100	228.900	251.790	276.969
Fortalecer a ligação Policia-comunidade.	Realizar reuniões de ligação polícia-comunidade.	Nº de reuniões realizadas.	722	144	813	565	954	1544	940	1034	1137	1251
Prevenir e combater acidentes de viação por via da realização de acções policiais ostensivas e de educação rodoviárias.	Realizar acções de educação vial na via pública.	Nº de acções realizadas	703	818	798	856	636	1.888	1.000	1.100	1.210	1.331
	Realizar acções de fiscalização rodoviária.	Nº de viaturas fiscalizadas.	104.369	135.362	148.915	180.567	197.083	257.829	218.469	238.469	262.315	288.546
Garantir a emissão de documentos de identificação aos cidadãos.	Elevar a captação de dados de pedidos de bilhete de identidade biométrico.	% de bilhete de identidade biométrico recebidos em relação aos solicitados.	94,0%	78,0%	85,0%	75,0%	90,0%	91,0%	93,0%	95,0%	97,0%	99,0%
		% da população que possui bilhete de identidade biométrico.	-	-	-	17,3%	31,0%	35,5%	38,7%	45,8%	52,9%	62,0%
Expansão e modernização dos serviços de salvação Pública	Expandir e apetrechar os serviços de salvação pública.	Nº de distritos com corpo de salvação pública.	1	1	0	1	0	0	1	0	2	3
	Formar trabalhadores em matéria de prevenção de incêndios e manejo de extintores.	Nº de trabalhadores formados nas instituições públicas e provadas.	58	65	115	126	215	320	340	360	380	400

3.5.3.5. *Administração da Justiça*

O objectivo geral do sector da *administração da justiça* é expandir o acesso aos serviços da justiça e melhorar a sua eficiência.

Tabela 36. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do sector da *Administração da Justiça*

Objectivos Estratégicos	Objectivos específicos	Indicador	Realizado (2011 – 2016)					Projectado (2017 – 2020)				
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Aumentar a celeridade processual e o julgamento de processos.	Apetrechar os tribunais em termos de capacidade técnica e humana.	Nº de magistrados judiciais alocados nos tribunais.	-	-	-	19	19	20	21	22	23	24
	Prosseguir as acções de formação contínua dos magistrados judiciais, oficiais de justiça e demais funcionários do sistema da administração da justiça.	Nº de funcionários do sistema da administração da justiça formados.	-	-	-	-	-	-	1.150	1.120	1.010	1.150
		Nº de oficiais de justiça formados	-	-	-	-	-	-	-	1.074	1.000	900
		Nº de magistrados judiciais formados.	-	-	-	-	-	-	-	565	503	440
Aprofundar a reforma do sistema prisional visando assegurar o tratamento condigno aos reclusos e a reinserção social dos mesmos.	Melhorar as condições de vida da população prisional bem como a reforma do sistema prisional visando garantir a reinserção social dos mesmos através de trabalhos de formação escolar e profissional.	Nº de reclusos formados.	-	-	-	983	1.319	1.655	1.991	2.327	2.663	3.000
		Nº de reclusos reintegrados na comunidade.	-	-	-	2.037	2.697	3.358	4.018	4.679	5.339	6.000
Promover a divulgação da legislação.	Elevar a cultura jurídica do cidadão	Nº de palestras visando a divulgação da legislação.	-	-	-	-	26	0	168	176	184	528
Assegurar uma Justiça ao alcance de todos, mais próxima e mais justa, com enfoque na efectividade dos direitos, deveres e liberdades fundamentais dos cidadãos.	Reforçar o uso das tecnologias de informação e comunicação, no funcionamento das instituições da administração da justiça nos distritos de Zavala, Massinga e Vilanculos	Nº de Conservatórias equipadas com meios informáticos para o registo criminal	-	-	-	-	0	1	1	1	1	2
	Expandir os postos de registo civil de Mocoduene, Mapinhane, Nhachengue, Save, Chacane e Zinave	Nº de postos de registo civil construídos.	-	-	-	-	11	-	2	2	2	2
	Promover a instalação e funcionamento dos tribunais comunitários na pacificação e	Nº de localidade com tribunais comunitários.	-	-	-	-	145	-	5	5	5	5

Objectivos Estratégicos	Objectivos específicos	Indicador	Realizado (2011 – 2016)					Projectado (2017 – 2020)				
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	resolução de conflitos nas comunidades											
Expandir a rede de infra-estruturas sociais, da administração Pública e Justiça e de formação profissional	Construção e apetrechamento de 2 conservatórias de 2ª classe para os distritos de Mabote e Funhalouro	Nº de Conservatórias Construídas e apetrechadas	-	-	-	-	0	-	1	0	1	2
	Reabilitação e apetrechamento das Conservatórias de Inhambane, Maxixe e Zavala	Nº de Conservatórias reabilitadas e apetrechadas	-	-	-	-	0	-	2	0	1	3
Assegurar uma Justiça ao alcance de todos, mais próxima e mais justa, com enfoque na efectividade dos direitos, deveres e liberdades fundamentais dos cidadãos.	Garantir o acesso à justiça aos cidadãos e aumentar o número de casos assistidos.	Nº Distritos cobertos pelos serviços do IPAJ.	-	-	-	-	-		2	2	1	1
		Cidadãos assistidos pelo IPAJ	-	-	-	-	-		7.504	7.504	7.504	7.504
	Reforçar as acções de divulgação legislativa, incluindo os temas da visão da justiça para educar o cidadão no conhecimento das Leis e seu cumprimento voluntário.	Nº de cidadãos assistidos pelo IPAJ.	-	-	-	-	-		4.452	4.452	4.452	4.452
	Campanhas e 8 palestras visando divulgarem visando a divulgação da legislação	Nº de campanhas de divulgação da legislação.	-	-	-	-	-	1	1	1	2	1
		Nº de palestras de divulgação da legislação.	-	-	-	-	-	5	5	5	5	5
		Nº de tendas da justiça.	-	-	-	-	-	2	3	2	3	3
Reforçar e consolidar a formação dos Técnicos Jurídicos e demais funcionários do IPAJ.	Prosseguir as acções de formação contínua dos Técnicos Jurídicos e demais funcionários do IPAJ	Nº de Funcionários formados no Centro de Formação Jurídica e Judiciaria e Instituto Médio de Administração Pública e Autárquica.	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1

(a) Número de processos pendentes; nº de pessoas detidas; nº de pessoas julgadas e condenadas; nº de pessoas soltas por cumprimento de penas não constam do plano por se tratar de indicadores de controlo e de difícil previsão.

3.5.3.6. *Tribunal Administrativo Provincial de Inhambane*

O objectivo geral do *tribunal administrativo provincial* é melhorar a eficiência dos actos administrativos na provincia.

Tabela 37. Objectivos estratégicos para o Desenvolvimento do Tribunal Administrativo - Província de Inhambane

Objectivos Estratégicos	Objectivos específicos	Indicador	Realizado (2011 – 2016)				Projectado (2017 – 2020)				
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Aumentar a celeridade processual e o julgamento de processos do contencioso fiscal e aduaneiro.	Aumentar o número de processo pelo Tribunal Administrativo.	Nº de processos visados.	4.856	4.840	5.185	1.040	5.741	5.740	5.940	6.130	6.330
	Aumentar o número de processo anotados pelo Tribunal Administrativo.	Nº de processos anotados.	2.715	4.753	5.962	1.875	5.591	5.896	6.027	6.157	6.288
	Reduzir o número de processos devolvidos e recusados por diversos vícios.	Nº de processos devolvidos.	2.774	3.217	3.153	819	1.590	951	820	700	679
		Nº de processos recusados.	47	47	21	1	12	12	10	13	13
	Reduzir o número de contratos visados e anotados.	Nº contratos visados.	-	75	109	146	162	197.	227	257	286
		Nº contratos anotados	-	578	1.177	1.654	2.788	3.333	4.043	4.754	5.465
	Reduzir o número de contratos devolvidos e recusados por diversos vícios.	Nº contratos devolvidos.	-	477	477	544	545	5.046	478	400	458
		Nº contratos recusados.	-	29	119	14	12	12	11	12	13
	Aumentar a celeridade processual e de julgamento dos processos do contencioso administrativo.	Nº de recursos contenciosos.	15	16	29	20	23	25	30	35	40
		Nº acções executadas.	4	7	15	20	25	30	35	35	40
	Reduzir o número de intimações, de processos pendentes, de processos contenciosos e de execuções.	Pedidos de intimações.	2	1	0	0	1	1	1	0	0
		Pedido de Susp. Efic.	1	1	0	2	2	2	2	1	1
Processos pendentes.		2	3	3		2	3	2	3	1	
Recursos contenciosos.		-	-	-	33	13	10	10	10	8	

Nota: Os dados constantes nesta tabela não podem ser considerados como metas, mas sim como dados estatísticos presíveis de acordo com o histórico. O exemplo de meta seria a redução do tempo do processamento dos actos administrativos.

3.5.3.7. Instituto de Comunicação Social

O objectivo geral do sector da *comunicação social* é expandir o acesso à comunicação social com programas educativos.

Tabela 38. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do Instituto de Comunicação Social

Objectivo estratégico	Objectivos específicos	Indicador	Realizado (2011 – 2016)					Projectado (2017 – 2020)				
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Garantir a expansão sustentável de cobertura do sinal de rádios comunitárias nos distritos.	Expandir o nível de cobertura da rádio e televisão.	Nº de distritos cobertos por rádios comunitárias.	-	-	-	-	11	11	1	1	0	0
Garantir o alargamento de acções de mobilização social através de unidades móveis e audiovisual, em conteúdos de informação, educação e comunicação.	Realizar acções de mobilização social nos distritos sobre segurança alimentar e nutricional, HIV-SIDA, educação e género e direitos humanos.	Nº de distritos abrangidos pelas unidades móveis de mobilização social.	-	-	-	-	5	7	1	2	2	2
Garantir a produção de reportagens e vídeos educativos.	Intensificar a produção de vídeos educativos e reportagens nas áreas de segurança alimentar e nutricional e saneamento do meio.	Nº de reportagens e vídeos produzidos.	-	-	-	-	0	3	4	4	4	4
Produzir o material informativo para o Jornal Vukane e O-Campo.	Produzir o material informativo para o Jornal Vukane e O-Campo.	Nº de artigos produzidos.	-	-	-	-	130	128	85	85	85	87
Assegurar a edição do Jornal Vukane.	Editar o Jornal Vukane.	Nº de unidades produzidas.					3.600	300	2.625	2.625	2.625	2.625

3.5.4. Pilar 4: Assuntos Transversais

3.5.4.1. Redução do Impacto da Vulnerabilidade às Calamidades

O objectivo geral da área de *redução do impacto da vulnerabilidade às calamidades* é mitigar a vulnerabilidade das populações vivendo em locais de propensos aos desastres naturais.

Tabela 39. Objectivos estratégicos para o desenvolvimento do sector de Redução da Vulnerabilidade às Calamidades Naturais

Objectivos estratégicos	Objectivos específicos	Indicador	Realizado (2011 – 2016)						Projectado (2017 – 2020)			
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Evitar perdas de vidas humanas e destruição de propriedades provocadas por calamidades naturais.	Expandir a cobertura territorial dos comités locais de gestão de risco de calamidades naturais.	% da população sensibilizada sobre os riscos de habitar nas zonas propensas às calamidades naturais.	40,0%	43,0%	45,0%	56,0%	60,0%	60,0 %	70,0 %	75,0 %	80,0%	90,0 %
		% de população vivendo em zonas propensas às calamidades naturais.	35,0%	45,0%	45,0%	50,0%	50,0%	55,0 %	60,0 %	65,0 %	75,0%	75,0 %
	Nº de comités de gestão de risco de calamidades naturais existentes.	95	110	122	135	145	145	145	150	155	160	
	Criar a capacidade para a prontidão e resposta às calamidades naturais.	Nº de simulações de ocorrência de calamidades realizadas por ano.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1

3.6. Driving Forces

Consideramos como driving forces da província, ou seja, as forças que conduzem o seu desenvolvimento, os seguintes factores:

3.6.1. Turismo e Recursos Marinhos

A actividade turística, nos últimos anos, tem sido de extrema importância no desenvolvimento e crescimento da economia mundial. Em Moçambique é uma das áreas em que o país apresenta uma vantagem comparativa, tendo o investimento directo estrangeiro crescido, de 2011 a 2014 em 701,0%.

Inhambane dispõe de uma linha de costa com cerca de 700 km que, para além das belas praias, tem condições para prática da pesca e vários desportos aquáticos. A província dispõe, igualmente, de importantes factores de atracção turística, entre as quais, várias espécies marinhas com particular destaque para o peixe, a lagosta, o camarão, os dugongos, golfinhos, tartarugas marinhas, tubarão baleia e a raia manta. A outra componente de atracção turística em Inhambane são os recursos faunísticos.

A província conta com distritos onde abundam recursos faunísticos com destaque para os “*big five*” (grandes mamíferos) que podem constituir um factor para o desenvolvimento do turismo sinérgico. No mundo, existem bons exemplos de países que estimularam suas economias através da aposta neste sector.

As mais valias do turismo podem extraídas com investimentos em infra-estruturas e no capital humano. Assim, o turismo pode contribuir significativamente para alavancar a economia da província, bem como o nível e da qualidade de vida da população e para a prosperidade das pequenas e médias empresas locais.

3.6.2. Agricultura

Está consagrado na constituição da república que a agricultura é a base de desenvolvimento económico e social do país e, é ponto assente que o aumento da produção e produtividade agrícola tem um enorme impacto, não apenas sobre o abastecimento e preço dos alimentos, sobre a redução da pobreza, como também na geração da cadeia de valor; mas também nos outros sectores da economia e gera vantagens comparativas.

A província de Inhambane dispõe de 1.872.400 ha para o cultivo. A maior parte da população concentra-se na zona costeira e ao longo da estrada nacional. A zona do interior apresenta baixa densidade populacional devido ao efeito combinado da falta de água para irrigação e para beber (a água na sua maioria é salobra) e solos áridos o que constitui uma barreira para o desenvolvimento da actividade agro-pecuária.

Portanto, para o desenvolvimento agro-pecuário são necessárias infra-estruturas de irrigação, equipamentos agrícolas, melhoria das técnicas e tecnologias de produção, melhoria da cadeia de distribuição de insumos de produção como sementes tolerantes à seca e estiagem e fertilizantes; aposta na assistência aos camponeses pode contribuir significativamente para o aumento dos volumes de produção por indivíduo/hectare.

Uma das áreas de eleição poderia ser o agro-processamento, especificamente o processamento de citrinos, onde a província apresenta altos níveis de produção.

3.6.3. *Recursos Minerais e Energéticos*

A província de Inhambane, especialmente, os distritos de Govuro e Inhassoro possuem recursos, tais como gás natural, calcário e tântalo/titânio, havendo também evidências da existência de areias pesadas no distrito de Jangamo. A província possui ainda um oleoduto de gás natural que liga Inhassoro, na zona de Temane, a vizinha República da África do Sul.

A prospecção e exploração dos recursos naturais, especialmente o gás natural, na província de Inhambane, pode gerar impactos macroeconómicos positivos e contribuir para o crescimento da economia através da captação de divisas; receitas fiscais; promoção de oportunidades para o surgimento de empresas especializadas em actividades acessórias; criação de empresas; criação de habilidades profissionais; construção de infra-estruturas económicas e sociais, isto é, estimular a ligação entre as pequenas e médias empresas e as grandes empresas de exploração dos recursos naturais.

3.7. **Prioridades**

Embora todos os sectores sejam importantes, estabelecemos algumas prioridades, divididas por pilares:

<i>Pilar</i>	<i>Prioridades</i>
Desenvolvimento Humano e Social	<ul style="list-style-type: none"> • Saúde • Educação: • ensino superior e técnico profissional • infra-estruturas
Desenvolvimento Económico	<ul style="list-style-type: none"> • Agricultura, pecuária e pescas • Agro-indústria • Turismo e ambiente • Recursos minerais e energia.
Boa Governação	<ul style="list-style-type: none"> • Descentralização e Desenvolvimento da Administração Local e Autárquica • Ordem, Segurança e Tranquilidade Pública • Combate a corrupção
Assuntos Transversais	<ul style="list-style-type: none"> • Segurança Alimentar e Nutricional • Combate ao HIV/SIDA. • Redução da vulnerabilidade às calamidades naturais

4. PROJECTOS – CRITÉRIOS DE PRIORIDADE

Num trabalho de mapeamento das potencialidades e das principais áreas de investimento, o Centro de Promoção de Investimento (CPI), Delegação de Inhambane, identificou projectos específicos em diversas áreas. Parte desses projectos têm já estudo de viabilidade económica e financeira ou pelo menos uma análise prévia e outros ainda não. Como forma de definir prioridades para os diversos projectos de Inhambane foram definidos os seguintes critérios de prioridades:

1. Agricultura e pescas (Infra-estruturas de apoio a agricultura, pecuária e pescas):
 - a) Construção: Paunde (distrito de Mabote, tem estudo)
 - b) Reabilitação: Chinguirre (distrito de Homoine: não tem estudo) e Inhassune (distrito de Panda: não tem estudo).
2. Agro-processamento (citrinos, carne, tubérculos, etc.)
3. Vias de acesso [estrada Mapinhane-Pafuri N222 – (tem estudo)]
4. Projectos integrados de desenvolvimento turismo (Turismo de qualidade com instalações duradoiras, ecoturismo, etc.)
5. Central térmica Temani e todos os projectos de produção de gás e energia – vai viabilizar a produção de cimento e de fertilizantes na base guano (tem estudo)

Os projectos identificados pelo CPI constam em anexo 8.2.

5. QUADRO INSTITUCIONAL DO PEPI-II

Esta secção tem como objectivo a definição do papel dos principais intervenientes no PEPII, nomeadamente: o Governo; Assembleia Provincial; Autarquias Locais; Autoridade Tradicional; Sociedade Civil, Sector Privado; e Parceiros de Cooperação.

5.1. O Papel do Governo, Autarquias Locais e Autoridade Tradicional

O Estado, as Autarquias Locais e Autoridade Tradicional têm um papel fundamental na garantia na criação de condições para o cumprimento do PEPI-II; e em particular devem:

- Garantir a disponibilidade e acesso aos alimentos por meio da promoção da produção (através do desenvolvimento da agricultura, pecuária, aquacultura, piscicultura), do processamento, da industrialização, e da comercialização dos alimentos; assim como da melhoria da rede rodoviária, do poder de compra dos AFs, e de geração de mais postos de emprego;
- Criar um ambiente favorável ao investimento nacional e estrangeiro visando garantir o desenvolvimento socioeconómico;
- Providenciar informação sobre o estado da pobreza, grau de vulnerabilidade e população afectada;
- Inserir o combate a pobreza nas políticas e estratégias multisectoriais e sectoriais;
- Intensificar acções que promovam a produção de produtos alimentares estratégicos tais como os cereais, raízes e tubérculos, leguminosas de grão, frutas, hortícolas, castanha de caju, algodão, chá, gado bovino, pequenos ruminantes, produtos lácteos, avícolas e piscícolas;
- Prestar cuidados primários de saúde (ex. vacinação, desparasitação, redes mosquiteiras) aos grupos mais vulneráveis (crianças dos 0-5 anos, mulheres grávidas ou lactantes, *COVs*, *PVHS*, pessoa idosa, e pessoas portadores de deficiência);
- Promover iniciativas de diversificação de renda familiar e das comunidades como forma de reduzir os riscos aliados à agricultura de subsistência;
- Melhorar o acesso dos AFs às fontes de água potável e recursos energéticos;
- Criar mecanismos para reforçar o poder comunitário no diagnóstico e resolução dos problemas de desenvolvimento socioeconómico;
- Garantir a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos;
- Garantir os serviços básicos de saúde, saneamento do meio, educação nutricional e conservação e processamento dos alimentos;
- Garantir a qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como o seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis;
- Realizar pesquisas no âmbito desenvolvimento socioeconómico, tais como sobre consumo de frutos e animais silvestres, utilização de biocombustíveis e a preservação dos recursos florestais e estudos antropológicos;
- Mobilizar recursos no âmbito da implementação do Plano de Acção do PEPI-II;
- Desenvolver e expandir os serviços de extensão agrária, piscicultura, agro-processamento e comercialização;
- Fomentar o associativismo e cooperativismo como forma de aumentar a produção e fortalecer os produtores de pequena escala, camponeses e piscicultores;
- Disseminar e integrar as boas práticas de combate a pobreza; e

- Capacitar as comunidades na comparticipação e resolução dos seus próprios problemas em parceria com as instituições do Governo e a sociedade civil.

5.2. O Papel da Sociedade Civil

A sociedade civil é representada pelas ONGs nacionais e estrangeiras, associações, organizações religiosas e organizações comunitárias de base OCB. De um modo geral, jogam um papel importante para a garantia da implementação do PEPI-II, nos seguintes termos:

- Participar na formulação de políticas e programas, monitoria e avaliação de PEPI-II, promovendo o envolvimento das populações;
- Contribuir para a inclusão das comunidades na planificação e implementação descentralizada fortalecendo o seu papel em todas as fases do processo;
- Capacitar a comunidade e estruturas comunitárias abaixo do distrito visando reforçar o protagonismo dos grupos mais vulneráveis na resolução dos seus problemas;
- Contribuir na identificação de pessoas vulneráveis à pobreza com vista a implementação de programas específicos;
- Influenciar o governo na edificação de infra-estruturas locais viradas para desenvolvimento integrado;
- Educar o cidadão sobre boas práticas agro-pecuárias, piscicultura, alimentação e nutrição nas formas alternativas de geração de renda, produção, armazenamento e comercialização de produtos alimentares;
- Contribuir para a educação cívica do cidadão;
- Colaborar na saúde e educação comunitária;
- Identificar, compilar e disseminar as boas práticas de desenvolvimento local;
- Contribuir para a inclusão da mulher nos programas de desenvolvimento, educação alimentar e nutricional e igualdade de géneros;
- Facilitar a formação de associações dos produtores agro-pecuários, pescadores, florestais, artesãos e capacitá-las em técnicas melhoradas de produção, tratamento pós-colheita e comercialização; e
- Apoiar a criação de mecanismos de exigibilidade de direitos.

5.3. O Papel do Sector Privado

O sector privado é um parceiro fundamental na implementação do PEPI-II através da produção, transporte e comercialização de alimentos e produtos de rendimento e na geração do emprego e da renda, para além de contribuir para melhoria nas infra-estruturas para a educação, saúde e para a preservação do meio ambiente.

5.4. O Papel dos Parceiros de Cooperação

O quadro da assistência dos parceiros de cooperação em Moçambique tem em vista a implementação correcta e viável dos compromissos assumidos internacionalmente e das políticas públicas aprovadas pelo Governo, nomeadamente:

- Apoiar no provimento da assistência técnica e na mobilização de recursos financeiros para os diversos programas para a erradicação da fome e pobreza em Moçambique;

-
- Contribuir para uma rápida mobilização e intervenção humanitária no terreno, em caso de intempéries;
 - Promover e contribuir para a criação de um ambiente apropriado para o desempenho integrado das estruturas do governo e da sociedade civil no reforço da capacidade comunitária no combate a pobreza;
 - Contribuir para o fortalecimento de sistemas de informação para a acção;
 - Apoiar as iniciativas de boa governação, descentralização e implementação dos princípios dos direitos humanos; e,
 - Apoiar a capacitação institucional e dos quadros, a todos níveis, no âmbito de desenvolvimento económico e social.

5.5. O Papel da Academia e Investigação

Nos últimos anos, diferentes actores têm colocado os seus esforços no âmbito da melhoria da situação económica e social no país, em geral, e na província em particular.

O princípio da pesquisa aplicada aliado a filosofia de adesão visando orientar informação para acção deve ser encorajado com o objectivo de melhor responder aos desafios de desenvolvimento e combate a pobreza, tendo em conta a realidade local e numa perspectiva de demanda do cliente (governo provincial, distrital e comunidade).

O processo de investigação e a emergência da massa crítica passará necessariamente pela adopção de formas inovadoras múltiplas para a mobilização de estudantes, académicos e pesquisadores em priorizar acções, visando responder aos desafios práticos associados ao desenvolvimento socioeconómico e ao combate à pobreza. Preconiza-se que os resultados obtidos irão contribuir para a orientação das intervenções e calibrar as diversas medidas de políticas e estratégias nacionais.

Assim, os centros de pesquisa e outras instituições académicas de investigação são chamados a participar activamente na análise da situação da pobreza na província e na proposta de caminhos para o seu melhoramento.

6. MONITORIA E AVALIAÇÃO

6.1. Pressupostos da Monitoria e Avaliação

A monitoria e avaliação do PEPI-II assentam nos seguintes pressupostos:

- Diferenciação entre os indicadores de processo e de impacto, ou seja, entre o acompanhamento das actividades e compromissos do governo, preconizados no PEPI-II, e as mudanças nas variáveis mais relevantes para a avaliação do cumprimento do PEPI-II;
- Utilização da monitoria e avaliação do PEPI-II como mecanismo de revisão contínua das metas e dos programas mantendo as dimensões estratégicas; e,
- Monitoria e avaliação serão realizadas aos diferentes níveis, nomeadamente, provincial, distrital, autárquico e comunitário.

6.2. Funções da Monitoria e Avaliação

A monitoria e avaliação têm como funções principais:

- Acompanhar o progresso de implementação do PEPI-II;
- Avaliar o impacto do PEPI-II; e
- Avaliar a eficiência na aplicação dos fundos adjudicados ao PEPI-II.

O programa de monitoria e avaliação do PEPI-II não substitui o controlo feito pelos organismos específicos no âmbito do cumprimento do PES do Governo.

6.3. Monitoria e Avaliação do PEPI ao nível Distrital

Os Governos Distritais deverão elaborar trimestralmente relatórios de desempenho, devendo inserir, entre outros, os seguintes aspectos:

- Tarefas planificadas para o período em análise;
- Tarefas realizadas, indicando os resultados obtidos; e,
- Tarefas não realizadas, justificando os motivos e apresentando as medidas a tomar para a sua resolução.

Os relatórios deverão ser, não só enviados ao Governo, como também servirão de base para orientar as acções distritais através das estratégias distritais e planos de acção comunitária. As avaliações periódicas serão realizadas no contexto do Plano de acção do PEPI-II e Planos de Acção Comunitária.

6.4. Monitoria e Avaliação do Plano de Acção do PEPI-II

A Monitoria e Avaliação do Plano de Acção visam assegurar o conhecimento do grau de implementação e aplicar medidas correctivas em tempo oportuno. Os meios de verificação da monitoria e avaliação do processo são os seguintes:

- Plano Económico e Social (PES) que dá o balanço das actividades implementadas pelo Governo;
- Plano Económico e Social distrital que espelha o grau de cumprimento das actividades ao nível do Distrito e das comunidades.

Os instrumentos da monitoria e avaliação do impacto são os balanços periódicos que deverão ser realizados, pelo menos no meio e no fim do período programado. Os instrumentos da monitoria e avaliação de gestão são deverão ser realizados regularmente, pelo menos no meio e no fim de cada ano.

7. BIBLIOGRAFIA

- Administração Nacional de Estradas. (ANE). <http://www.ane.gov.mz/index.php?lng=pt>. Consultado a 10/5/2011;
- Associação para o Desenvolvimento (2010). Breve Caracterização de Moçambique. Retirado de <http://www.serhumano.org/Mocambique>. Consultado a 9/7/10;
- Boletim da República. Iª série - Numero 23 de 10 de Junho de 1997. Resolução nº 12/97 – Aprova a política cultural e estratégica de sua implementação;
- Banco Mundial (2007) . *Beating The Odds: Sustaining Inclusion In A Growing Economy - A Mozambique Poverty, Gender and Social Assessment*. Report No. 40048-MZ, Africa Region. Poverty Reduction and Economic Management;
- Comité De Política Monetária. *Comunicado nº 07/2010*. Maputo, 8 de Julho de 2010.
- INE (2010). *População e indicadores sociais: Indicadores básicos Moçambique*;
- INE – Delegação provincial de Inhambane (2008). *Anuário Estatístico de Inhambane*. Província de Inhambane;
- Global Donor Platform for Rural Development (s/ano). *Formulating and Implementing Sector-wide Approaches in Agriculture and Rural Development: The National Programme of Agrarian Development (PROAGRI) – Mozambique*;
- Governo da Província de Inhambane (2000). *Plano Estratégico do Desenvolvimento da Província de Inhambane. Visão estratégica para o Desenvolvimento da Província*. Com o apoio do Projecto DESOPOL. Inhambane, Novembro de 2000. República de Moçambique;
- Governo da Província de Inhambane (2000). *Plano Estratégico do Desenvolvimento da Província de Inhambane: Síntese das Potencialidades e Constrangimentos e Áreas de Acções Prioritárias*. Com o apoio do Projecto DESOPOL. Inhambane, Novembro de 2000. República de Moçambique;
- MCT (2006). *Indicadores de Ciência e Tecnologia em Moçambique MEC (2010). Estatísticas de educação 1998-2009*. Retirado de <http://www.mec.gov.mz/img/documentos/20100319020325.pdf>
- Ministério de Agricultura – Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (2010). *Relatório da Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional em Moçambique*. SETSAN, Agosto de 2010;
- MINED/DIPLAC (2010). *Alguns Indicadores Sobre Educação: Ensino Primário e Ensino Geral – Evolução por distrito e províncias 2004-2010*. Versão 1, Agosto de 2010;
- Ministério de Educação e Cultura – Direcção de Planificação e Cooperação (2007). *Estatística da Educação: Levantamento Escolar - 2007*. Maputo, Julho 2007;
- Ministério de Educação e Cultura – Direcção de Planificação e Cooperação (2008). *Estatística da Educação: Levantamento Escolar- 2008*. Maputo, Setembro 2008;
- Ministério de Educação e Cultura – Direcção de Planificação e Cooperação (2009). *Estatística da Educação: Aproveitamento Escolar - 2008*. Maputo, Agosto 2009;
- Ministério de Educação e Cultura – Direcção de Planificação e Cooperação (2009). *Estatística da Educação: Levantamento Escolar - 2009*. Maputo, Dezembro 2009;
- Ministério de Educação e Cultura – Direcção de Planificação e Cooperação (2009). *Estatística da Educação: Aproveitamento Escolar-2007*. Maputo, Setembro 2008;
- NORTON, Roger D. (2004). *Visão e Estratégia de Desenvolvimento a Longo Prazo e suas Implicações no Alívio a Pobreza: o Caso de Moçambique*. The Carter Centre – Global Development Initiative;

-
- PNUD (2010). *Relatório de Desenvolvimento Humano: Perfil do país*. Retirado de <http://hdrstats.undp.org/en/countries/profiles/MOZ.html>;
 - República De Moçambique (2005). *Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta – 2006-2009 (PARPAII)*: Matrizes Operacionais;
 - República de Moçambique (2010). Report On The Millennium Development Goals.
 - República de Moçambique (2010). Perfil do País. Retirado de <http://www.portaldogoverno.gov.mz/Mozambique/resHistorico> Consultado a 09/07/10.
 - República de Moçambique, Província do Niassa (2007). *Plano Estratégico Provincial – Niassa 2017: o Salto de um gigante rumo ao desenvolvimento sustentável*, Maputo, Moçambique;
 - República de Moçambique – Governo da Província de Inhambane (2001). *Conferência de Investidores em Inhambane*;
 - República de Moçambique (2006). *Plano de Acção Para a Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009 (PARPA II)*. Versão Final Aprovada pelo Conselho de Ministros aos 02 de Maio de 2006, Maputo;
 - República de Moçambique - Comité de Conselheiros (2003). *Agenda 20-25: Visão e estratégias da Nação*. Maputo, Moçambique;
 - República de Moçambique (2010). Proposta do Plano Economico e Social de 2011.

8. ANEXOS

8.1. Descrição Geográfica da Província de Inhambane

A província de Inhambane é limitada ao norte pelo rio Save, que a separa das províncias de Manica e Sofala. A oeste confina com a província de Gaza e a leste com o oceano Índico, a sul o mesmo oceano e também Gaza.

Linhas Exteriores

- *Latitude*
Extremo Norte 20° 57' 09'' / Extremo Sul 24° 51' 42''
- *Longitude*
Extremo Oriental 35° 34' 27' / Extremo Ocidental 34° 41' 30''

Extensão Territorial

- Total 68.615
- Província/País (%) 8,58

Águas Interiores e Litoral

- **Rios:** Save, Inharrime, Nhanombe, Nhatocue, Furvela, Nhalihave, Changane, Govuro, Tevele.
- **Lagos:** Manhail, Zevane, Muamuandane, Nhamanene, Nhalehenque, Dongane, Poelela, Maiene, Massava, Chiguire, Nhavarre, Nhandimbe, Nhangulaze, Nhanvué e Nhangela.

Baías:

- Inhambane

Cabos:

- Cabo das Correntes e de São Sebastião.

Ilhas:

- Bazaruto, Santa Carolina, Magarruque, Benguerrua, dos ratos e dos porcos.

População (2014)

- Homens– 661.775
- Mulheres– 813.543
- **Total – 1.475.318**
- Densidade Populacional: 21 habitantes por Km²

Clima (2014)

- Temperatura Média Mensal:
- Média = 23,1
- Máxima = 32
- Mínima = 15,8
- Precipitação 93,8 (mm)
- Humidade do Ar 69,4 (%)

Tabela 40. Divisão Administrativa da Província de Inhambane

Distritos	Postos Administrativos	Localidades
Funhalouro	Funhalouro-Sede	Mucuíne Cupo Manhiça
	Tome	Mavume Tome Tsenane
Govuro	Mambone-Sede	Mambone-Sede Pande
	Save	Machacame Jofane Luído
Homoíne	Homoíne	Manhique Chindjinguir Chizapela Golo Inhamússua Mubécua
	Pembe	Pembe Nhaulane
Inharrime	Inharrime-sede	Dongane Nhanombe Chacane
	Mucumbí	Mahalamba Nhapadiane
Inhassoro	Inhassoro-sede	Inhassoro Cometela Maimelane Nhapele
	Bazaruto	Ilha do Bazaruto
Jangamo	Jangamo	Jangamo-sede Ligogo Massavane
	Cumbana	Cumbana-sede Bambela
Mabote	Mabote-sede	Mabote-sede Chitanga Papatane
	Zinave	Maculuve Mussengue Tanguane
	Zinave	Zinave Benzane
Massinga	Massinga-sede	Rovene Guma Lionzuane
	Chicomo	Chicomo Malamba
Morrumbene	Morrumbene-sede	Morrumbene-sede Cambine
	Mocodoene	Malaia Mocodoene-sede Gotite Sitila
Panda	Panda-sede	Panda-sede Chivalo Machokwe Massalane

Distritos	Postos Administrativos	Localidades
	Mawayela	Mawayela-sede Macavelane
	Urrene	Bilanhane Jojo
Vilankulo	Vilankulo-sede	Vilankulo-sede Queuene
	Mapinhane	Mapinhane-sede Belane Muabsa
Zavala	Quissico-sede	Quissico Muane
	Zandamela	Zandamela Maculuva

8.2. Projectos Identificados pelo CPI

8.2.1. Agricultura/ Agronegócios / Agro-indústria

No sector da agricultura, agronegócios e na agro-indústria foram identificados os seguintes projectos:

Tabela 41. Projectos de Investimento na área da Agricultura/ Agronegócios

Projecto	Descrição	Localização	Natureza do Investimento	Investimento estimado (USD)
Desenvolvimento da cadeia de arroz	Produção comercial, distribuição de semente, fertilizantes, construção de infra-estrutura de irrigação, equipamentos e máquinas agrícolas de colheita e pós colheita. Indústria de processamento e crédito numa área potencial de 15.436,4 hectares	Guvuro, Massinga, Morrumbene, Homoine, Panda, Jangamo, Zavala	Privado	5.000.000,00
Produção de cajú	O projecto consiste na implantação de plantações comerciais, aquisição de insumos, equipamentos e edifícios	Panda, Homoine, Funhalouro, Morrumbene e Mabote	Privado	1.300 000,00
Fábrica de processamento de mandioca	A província dispõe de cerca de 120.094 hectares de terra arável para a cultura de mandioca em quase todos os distritos., com maior destaque para os distritos de Inharrime, Zavala, Jangamo e Massinga. O projecto consiste na Instalação de Unidades de processamento de mandioca (farinação, indústrias de cervejeira e panificadora).	Inharrime, Jangamo, Zavala e Massinga	Privado	1.000.000,00
Fábrica de Processamento de castanha de caju	A província tem um programa de produção de cerca de 265.000 mudas para o repovoamento e fomento do cajal do sector privado e familiar. O objectivo do projecto é instalar unidades de processamento da castanha de cajú com capacidade de 2 500 toneladas por dia.	Mabote, Funhalouro, Panda, Homoíne, Morrumbene	Privado	240 000,00
Fábrica de processamento de madeira	Os distritos de Govuro, Funhalouro, Vilankulos e Mabote possuem potencial de espécies madeiras. A quota anual de	Mabote, Maxixe, Vilankulo e Funhalouro	Privado	1.500.000,00

Projecto	Descrição	Localização	Natureza do Investimento	Investimento estimado (USD)
	<p>exploração na província é estimada em 33.000 metros cúbicos.</p> <p>O objectivo do projecto é instalação de carpintarias industriais para a produção de mobiliário diverso de espécies como <i>umbilla</i>, <i>chanfuta</i>, <i>missassa</i>, <i>sândalo</i>, <i>jambire</i> e <i>simbire</i></p>			
Processamento de leite de vaca	<p>Instalar o sistema de processamento do leite desde a recepção; padronização; pasteurização; homogeneização; armazenamento e distribuição.</p> <p>O objectivo é rrelançar a comercialização do Leite e seus derivados uma vez que a província conta com um efectivo leiteiro de 20 vacas de raça Jersey em produção.</p>	Inharrime	Privado	48 276,00
Processamento de carne e seus derivados	Instalar unidades de processamento de carne com capacidade de abate de 10 bovinos/dia.	Mabote, Massinga e Inharrime	Privado	1.264.000,00
Matadouro industrial	O investimento consiste na construção de matadouro, montagem de sistema de frio, aquisição de máquinas de abate, embalagem e logística distribuição.	Zavala	Privado	150 310,00
Produção, comercialização e processamento de frutas	A província é potencial em fruteiras diversas. O projecto consiste na instalação de pomares comerciais de manga, liches, laranja e ananás. No caso de liches existem plantas em regime experimental que mostram boa produtividade.	Inharrime, Massinga, Morrumbene, Jangamo e Homoine	Privado	1.200.000,00
Produção e processamento de Piripiri	O distrito de Inharrime possui capacidade de produção de 12.000 toneladas por ano de piripiri dadas as condições agro-ecológicas para o efeito, daí a necessidade de instalação de uma unidade de processamento para absorção de toda a produção.	Inharrime	Privado	1.400.000,00
Centros de Prestação de Serviços Agrários (CPSs)	Estabelecer um centro de prestação de Serviços Agrários com as seguintes componentes: unidade parque de máquinas, assistência técnica, provedores de insumos, infra-estruturas de conservação, unidades de agro-processamento, transporte e comercialização	Inharrime, Govuro, Massinga, Morrumbene e Vilankulos	PPP	Em avaliação

8.2.2. *Infra-estruturas Hidroagrícolas*

Na componente de infra-estruturas hidroagrícolas foram identificados como projectos prioritários os seguintes:

Tabela 42. Áreas de Investimento no Sector de Infra-estruturas Hidráulicas

Projecto	Descrição	Localização	Natureza do investimento	Investimento estimado (USD)
Construção do regadio de Paunde	Construção do sistema de irrigação numa área de 1.000 hectares, estruturas de armazenagem e controlo que possam regular os caudais e garantir capacidade de retenção de água para a estação seca, sem causar danos ambientais. O regadio está localizado em áreas com potencial para a produção de cereais (milho e arroz) e hortícolas. Gestão do regadio será privada	Mabote	PPP	20.000.000,00
Construção do regadio de Pambarra	Construção do sistema de irrigação numa área de 400 hectares, estruturas de armazenagem e processamento. O regadio está localizado em áreas com potencial para a produção de milho, feijões e hortícolas. Existência de potencialidades agronómicas (solo e água) para a agricultura comercial e um vasto mercado (consumidores comuns e turismo) que possam garantir o consumo de uma parte de produção. A gestão do regadio será privada	Vilankulo	PPP	5.000.000,00
Construção do regadio de Nhancoongo	Existência de uma área de irrigação de 65 hectares e condições agro-ecológicas favoráveis para agricultura e para pecuária. Esta área é potencial na produção de milho e hortícolas.	Inharrime	PPP	5.000.000,00
Construção do regadio de Jofane	Este regadio possui um potencial com capacidade de irrigação de uma área de 13 hectares podendo com isso trazer maior disponibilidade de água para irrigação de campos agrícolas e abeerramento de gado. Esta área é potencial na produção de milho e hortícolas.	Govuro	PPP	800.000,00
Reabilitação do regadio de Mapie	Reabilitação do Sistema de Regadio de Mapie numa extensão de 50 hectares através de motobomba com tubagem, por forma a relançar a produção agrícola. Esta área é potencial na produção de milho e hortícolas.	Vilankulo	PPP	750.000,00
Reabilitação do regadio de Macuamene	Reabilitação do Sistema de Regadio de Macuamene numa extensão de 100 hectares através do sistema de sub-irrigação, por forma a dinamizar a produção agro-pecuária . Esta área é potencial na produção de repolho, cebola e tomate.	Maxixe	PPP	1.750.000,00
Reabilitação do regadio de Munavalate	Reabilitação do Sistema de Regadio de Munavalate numa extensão de 40 hectares através de motobomba com tubagem, por forma a relançar a actividade agro-pecuária . Esta área é potencial na produção de batata reno, repolho, cebola e tomate	Vilankulo	PPP	600.000,00
Reabilitação do regadio de Mahangue	Reabilitação do Sistema de regadio de Mahangue numa extensão de 120 hectares através do sistema de sub-irrigação, por forma a dinamizar a produção agro-pecuária . Esta área é potencial na produção de repolho, cebola e tomate.	Morrumbene	PPP	1.200.000,00
Reabilitação do regadio de Furvela	Reabilitação do Sistema de regadio de Furvela numa extensão de 145 hectares através do sistema de sub-irrigação, criando assim maior disponibilidade de água para irrigação de campos agrícolas e abeerramento de gado. Esta área é potencial na produção de repolho, cebola e tomate.	Morrumbene	PPP	725.000,00
Reabilitação do	Reabilitação do Sistema de regadio de Murie	Massinga	PPP	1.000.000,00

Projecto	Descrição	Localização	Natureza do investimento	Investimento estimado (USD)
regadio de Murie	numa extensão de 200 hectares através do sistema de sub-irrigação, por forma a dinamizar a produção agro-pecuária . Esta área é potencial na produção de repolho, cebola, tomate milho.			
Reabilitação do regadio de Ngomane	Reabilitação do Sistema de regadio de Ngomane numa extensão de 550 hectares através do sistema de sub-irrigação, por forma a dinamizar a produção agro-pecuária neste distrito. Esta área é potencial na produção de repolho, cebola e tomate	Massinga	PPP	2.750.000,00
Reabilitação do regadio de Chilácua	Reabilitação do Sistema de regadio de Chilacua numa extensão de 150 hectares através do sistema de sub-irrigação, por forma a criar maior disponibilidade de água para irrigação de campos agrícolas e abeberramento de gado, relançando assim a produção agro-pecuária neste distrito. Esta área é potencial na produção de repolho, cebola, tomate e milho.	Massinga	PPP	1.750.000,00
Reabilitação do regadio de Chinginguire	Reabilitação do Sistema de regadio de Chinginguire numa extensão de 60 hectares através de motobomba com tubagem, por forma a dinamizar a produção agro-pecuária neste distrito. Esta área é potencial na produção de batata reno, repolho, cebola e tomate	Homoíne	PPP	789.474,00
Reabilitação do regadio de Inhassune	Reabilitação do Sistema de regadio de Inhassune numa extensão de 100 hectares através de motobomba com tubagem, por forma a dinamizar a produção agro-pecuária distrito. Esta área é potencial na produção de batata reno, repolho, cebola e tomate	Panda	PPP	1.315.790,00
Reabilitação do regadio de Mubique	Reabilitação do Sistema de regadio de Mubique numa extensão de 100 hectares através do sistema de sub-irrigação, por forma a dinamizar a produção agro-pecuária no distrito. Esta área é potencial na produção de repolho, cebola e tomate.	Panda	PPP	1.500.000,00
Reabilitação do regadio de Mawaela	Reabilitação do Sistema de regadio de Mawaela numa extensão de 100 hectares através do sistema de sub-irrigação, por forma a dinamizar a produção agro-pecuária no distrito. Esta área é potencial na produção de milho e cebola.	Panda	PPP	1.400.000,00

Fonte: CPI, Inhambane

8.2.3. Pesca

No sector de pesas foram identificados os seguintes projectos:

Tabela 43. Projectos de Investimentos na área das Pescas

Projecto	Descrição	Localização	Natureza do investimento	Investimento estimado (USD)
Desenvolvimento da Aquacultura	O investimento consiste em criação de peixe em tanques terra, gaiolas e aquacultura de bivalves. Áreas potenciais: Área de exploração para tanques redes (Gaiolas) 4146,90 hectares; Área de exploração para de aquacultura de bivalves 2.973,90 hectares .	Govuro, Inhassoro, Vilankulo, Massinga, Homoíne, Morrumbene, Panda, Baia de Inhambane, Jangamo, Inharrime e Zavala	Privado	1.500 000,00
Construção unidades de apoio a pesca	O projecto tem como objectivo edificar infra-estruturas para a construção, manutenção e reparação de embarcações, comercialização de motores e	Govuro, Inhassoro, Vilanculos, Massinga, Jangamo e Zavala	Privado	3.000.000,00

Projecto	Descrição	Localização	Natureza do investimento	Investimento estimado (USD)
	outros acessórios.			
Instalação/reabilitação de fábrica de processamento de pescado	Pretende-se com este projecto estabelecer unidades/indústria de processamento, empacotamento, armazenagem e distribuição de mariscos.	Govuro, Inhassoro, Inhambane	Privado	2.000.000,00

Fonte: CPI, Inhambane

8.2.4. Recursos Minerais/Energia

Na área de recursos minerais e energéticos foram identificados os projectos abaixo descritos:

Tabela 44. Áreas de Investimento no Sector de Recursos Minerais e Energia

Projecto	Descrição	Localização	Natureza do investimento	Investimento estimado (USD)
Produção de energia	Existe um espaço para parque industrial de 10 hectares na zona de Inhassoro (localidade de Temane). O projecto consiste na produção de energia eléctrica com base em gás.	Inhassoro	PPP	Em avaliação
Processamento de Gás	O projecto consiste na instalação de uma unidade de processamento de gás para cozinha	Inhassoro	PPP	Em avaliação

Fonte: CPI, Inhambane

8.2.5. Indústria e Comércio

No sector de industria e comercio foram identificados como projectos prioritários os seguintes:

Tabela 45. Áreas de Investimento no Sector de Indústria e Comércio

Projecto	Descrição	Localização	Natureza do investimento	Investimento estimado (USD)
Indústria de produção de gesso	Instalação de uma indústria de produção de gesso para construção civil. Mercado: Grandes Cidades (capitais) da área da construção civil.	Massinga e Vilankulo	Privado	Em avaliação
Fábrica de fertilizantes	Produção de fertilizantes a partir de guano para o mercado nacional e exportação.	Inhassoro	Privado	Em avaliação
Fábrica de cimento	Existência de espaço de 10 hectares para zona industrial e comercial, matéria prima base (calcário) disponível em toda a província. O projecto consiste na projecção e construção da fábrica de cimento.	Vilankulo	Privado	Em avaliação
Instalação de Centros Comerciais	Projecção e construção de centros comerciais. Para o efeito existem espaços físicos de cerca de 3,5ha em Vilanculos e 100 hectares no Município de Inhambane e Maxixe.	Municípios de Inhambane, Vilankulo, Maxixe, Massinga e Quissico	Privado	Em avaliação
Construção de mercados municipais	Projecção e construção de mercados municipais. Disponibilidade de espaço físico de cerca de 100; 10; 10; 3,5 hectares respectivamente para zonas industrial e comercial	Inhambane, Maxixe, Massinga, Vilankulo e Quissico	PPP	Em avaliação

Fonte: CPI, Inhambane

8.2.6. Transporte e Comunicações

Na área de transporte e comunicações foram identificados os seguintes projectos:

Tabela 46. Áreas de Investimento no Sector de Transportes e Comunicações

Projecto	Descrição	Localização	Natureza do investimento	Investimento estimado (USD)
Transporte Marítimo	Aquisição de embarcações e ferry boat para o transporte de passageiros e viaturas. Mercado potencial: 2.000.000 passageiros/ano (Inhambane/Maxixe/); 500.000 passageiros por ano (Inhassoro/Ilha de Bazaruto)	Cidade de Inhambane/Maxixe (3,5 milhas náuticas),	Privado	300.000,00
		Distrito de Inhassoro/Ilha de Bazaruto (24 milhas náuticas)	Privado	100.000,00
Transporte Rodoviário	Aquisição de autocarros para transporte de passageiros e carga	Inhambane	PPP	Em avaliação
Construção de terminal de transportes de passageiros e de carga	Existência de maior fluxo de transportes colectivos de passageiros sem terminais e infra-estruturas para os utentes, registando-se muita procura de transporte rodoviário, devido sobretudo ao turismo. O projecto consiste na construção de infra-estruturas da terminal com edifícios para diversos serviços comerciais.	Massinga, Maxixe, Inhambane e Distrito de Inharrime	PPP	Em avaliação

Fonte: CPI, Inhambane

8.2.7. Turismo

Na área de turismo foram identificados os seguintes projectos:

Tabela 47. Áreas Investimento no Sector de Turismo e Cultura

Projecto	Descrição	Localização	Natureza do investimento	Investimento estimado (USD)
Ancora de Inhassoro	Construção de empreendimentos de alojamento turístico constituídos por Resort Turístico integrado, que inclui campos de Golfe, aeroporto, lojas e spars numa área estimada de 2700 hectares. Objectivo oferta de alojamento turístico e Resort Integrado.	Zona costeira do distrito de Inhassoro	Privado	623.000.000,00
Construção de estabelecimentos de alojamentos Turísticos em Dongane	Construção de 10 estabelecimentos de alojamento turístico com uma área estimada de 300 hectares.	Zona costeira do distrito de Jangamo	Privado	Em avaliação
Construção de Resort Integrado de Vilankulo	Construção de 40 casas ecológicas, 20 casas com vista ao mar, 3 módulos bar de praia, 3 spars, ginásio, restaurante e sala de conferência, numa área de 6 hectares.	Zona de Interesse Turístico de Vilankulo	Privado	10.000.000,00
Construção de Resort Integrado de Inhassoro	Construção de hotéis, vilas, chalés, casinos, campo de golfe, spar, marina, centro comercial	Zona de Interesse Turístico de Inhassoro	Privado	200.000.000,00
Construção de estabelecimentos de	Construção de estabelecimentos de alojamento turístico de alta	Morrumbene	Privado	Em avaliação

Projecto	Descrição	Localização	Natureza do investimento	Investimento estimado (USD)
alojamentos Turísticos em Magumbo junto a linha do Trópico de Capricórnio	qualidade (3 a 5 estrelas ou mais) numa área nobre para o desenvolvimento de turismo. Este área esta no processo de ser declarada como ZIT (zona de interesse turístico), e elaboração do plano de estrutura			
Parque de Campismo na Reserva Nacional de Pomene	Construção de infra-estruturas de apoio, tais como restaurante, recepção, Chales, parque de estacionamento e lotes para campistar, numa área estimada de 5 hectares.	Massinga	Privado	Em avaliação
Construção de estabelecimentos de alojamentos Turísticos na Zona costeira de Chibanhane	Construção de estabelecimentos de alojamento turístico de alta qualidade (3 a 5 estrelas ou mais) numa área nobre para o desenvolvimento de turismo	Massinga	Privado	Em avaliação
Construção de estabelecimentos de alojamentos Turísticos na Lagoa de Nhamacurrane	Construção de estabelecimentos de alojamento turístico de lazer e canoagem	Vilankulo	Privado	Em avaliação
Construção de um Centro de Negócios	Existência de uma área potencial de cerca de 220,9727 hectares para construção de um Centro de Negócio, constituído por sala de reuniões, campo de golfe, hotel 5 estrelas, restaurante.	Vilankulo	Privado	Em avaliação
Construção de estabelecimentos de alojamentos Turísticos na Estação Arqueológica de Manhikeny	A área tem um potencial histórico e cultural, com vestígios da penetração mercantil árabe e trocas comerciais entre a zona costeira e o interior (Grande Zimbabwe). O projecto consiste na construção de um estabelecimento de alojamento turístico com uma capacidade máxima de 20 quartos, um restaurante típico e bar & loja de souvenirs.	Vilankulo	Privado	Em avaliação
Construção de estabelecimentos de alojamentos Turísticos em Ligogo	Construção de 6 estabelecimentos de alojamento turístico com uma área estimada de 60 hectares	zona costeira do Distrito de Jangamo	Privado	Em avaliação
Construção de estabelecimentos de alojamentos Turísticos na Praia da Rocha	Construção de estabelecimentos de alojamento turístico de alta qualidade (3 a 5 estrelas ou mais) numa área estimada de 260 hectares.	Cidade de Inhambane	Privado	Em avaliação
Construção de estabelecimentos de alojamentos Turísticos em Chigamane	Construção de um estabelecimento de alojamento turístico numa área estimada de 4,78 hectares	Vilankulo	Privado	Em avaliação
Construção de estabelecimentos Turísticos na Marginal de Vilankulo	Construção de estabelecimentos de entretenimento, restauração e bebidas.	Vilankulo	Privado	Em avaliação
Construção de estabelecimentos de alojamentos Turísticos nos Povoados de Vuca e Chibo	Construção de empreendimentos de alojamento turístico, numa área estimada de 340 hectares	Inhassoro	Privado	Em avaliação
Construção de	Construção de empreendimentos	Govuro	Privado	Em avaliação

Projecto	Descrição	Localização	Natureza do investimento	Investimento estimado (USD)
estabelecimentos de alojamentos Turísticos na Praia de Ngodje	de alojamento turístico			
Construção de estabelecimentos Turísticos no Povoado de Nhanculangwe	Construção de estabelecimentos de alojamento e restauração numa área de 25 hectares	Panda	Privado	Em avaliação
Construção de estabelecimentos Turísticos na localidade de Macavelane	Construção de facilidades de alojamento e restauração & uma fazenda de brávio. numa área de 3.000 hectares	Panda	Privado	Em avaliação
Construção de estabelecimentos Turísticos em Tsenane	Construção de estabelecimentos de alojamento e restauração	Funhalouro	Privado	Em avaliação

Fonte: CPI, Inhambane

8.2.8. Obras Públicas e Habitação

Finalmente no sector das obras publicas foram identificados como principais áreas de investimento as seguintes:

Tabela 48. Áreas de Investimento no Sector de Obras Públicas e Habitação

Projecto	Descrição	Localização	Natureza do investimento	Investimento estimado (Us\$)
Construção da estrada N222, troço Mapinhane – Pafuri (incluindo a ponte sobre o rio Limpopo)	Projeção e construção de uma estrada N222 estabelecerá a ligação entre a república da África de Sul e as Províncias de Gaza e Inhambane, encurtando a actual distância numa extensão de 517 km de asfalto.	Províncias de Inhambane (distritos de Vilankulo, Inhassoro, Mabote) e Gaza (Distritos de Chigubo e Chicualacuala)	PPP ou Financiamento	705.570.000,00
Ponte Maxixe - Inhambane	Projeção e construção da Ponte que liga os Municípios de Inhambane e de Maxixe a qual terá no total 5.000 m de comprimento, sendo ponte 3.000 m, viaduto de acesso lado Este 1.020 m viaduto de acesso lado Oeste 980m.	Inhambane e Maxixe	PPP ou Financiamento	125.161.290,32
Construção da estrada R482 - Homoíne/Panda	Projeção e construção de uma estrada com asfaltagem de 49 km que estabelecerá a ligação entre dos Distritos de Homoíne e Panda	Homoíne e Panda	PPP ou Financiamento	49.000.000,00
Construção da estrada R444 Massinga/Funhalouro	Projeção e construção de uma estrada terraplanada que liga os distritos de Massinga e Funhalouro com 110 km de extensão	Massinga/Funhalouro	PPP ou Financiamento	110.000.000,00
Construção da estrada R483 Inharrime/Panda Incluindo a Ponte	Estrada com uma extensão asfaltada de cerca de 59 km que ligará os distritos de Inharrime e Panda	Inharrime/Panda	PPP ou Financiamento	89.000.000,00
Construção de condomínios residenciais	Construção de raiz de 2.000 casas de tipologia T2 (500) e T3 (1.500), equipamentos sociais, estradas, rede de abastecimento de água, corrente eléctrica, Saneamento e etc. Disponibilidade de espaço físico de cerca de 100 hectares para o projecto. Mercado: Local (existem cerca de 2.590 funcionários com necessidade de habitação)	Município de Inhambane	PPP ou Privado	Em avaliação

Fonte: CPI, Inhambane

8.3. Tabelas de Informação Diversa

Tabela 49. População Economicamente Activa com + de 15 anos de Idade

Características seleccionadas	Condição de Actividade		
	PEA	PNEA	Total
Total	84,9	15,1	100
Área de residência			100
Urbano	74,9	25,1	100
Rural	90,3	9,7	100
Região			100
Norte	93,6	6,4	100
Centro	92,7	7,3	100
Sul	88,4	11,6	100
Províncias			
Niassa	84,6	15,4	100
Cabo Delgado	85,9	14,1	100
Nampula	87,2	12,8	100
Zambézia	85,9	14,1	100
Tete	90,3	9,7	100
Manica	87,7	12,3	100
Sofala	83,3	16,7	100
Inhambane	80,6	19,4	100
Gaza	85,3	14,7	100
Maputo Província	81,3	18,7	100
Maputo Cidade	72,5	27,5	100
Nível de educação			
Nenhum	89,4	10,6	100
Primário 1º Grau	90,5	9,5	100
Primário 2º Grau	84	16	100
Secundário e mais	71,8	28,2	100
Estado Civil			
Solteiro(a)	64,5	35,5	100
Casado(a)	92,4	7,6	100
União marital	92,7	7,3	100
Divorciado(a)/Separado(a)	89,8	10,2	100
Viúvo(a)	83	17	100

Fonte: INE-IOF, 2014/5

Tabela 50. Taxa de Desemprego (segundo sexo, áreas de residência, província, estado civil e escolaridade)

Características selecionadas	Taxas de ocupação					
	Homens		Mulheres		Total	
	Desempregados	Empregados	Desempregados	Empregados	Desempregados	Empregados
Total	19,5	68,2	21,8	66,4	20,7	67,2
Área de residência						
Urbano	26,2	57,4	32,5	48,7	29,4	52,9
Rural	16,2	74,3	17,4	75,6	16,8	75,0
Províncias						
Niassa	21,1	67,9	31	57,4	26,2	62,4
Cabo Delgado	14,2	74,7	18,1	69,5	16,2	72
Nampula	17,4	72,8	22,1	67,1	19,7	69,9
Zambézia	13,8	71,7	12,6	77,4	13,1	74,6
Tete	17,9	74,4	22	70,2	20,1	72,2
Manica	22,2	67,9	24,6	66,2	23,5	67
Sofala	16,4	69,5	19,1	67,5	17,9	68,4
Inhambane	23,9	57,0	18,9	68,5	20,8	63,8
Gaza	34,9	52,7	27,2	64,1	30	59,7
Maputo Província	30,5	59,1	32,4	52,9	31,5	55,7
Maputo Cidade	26,3	56,7	30,9	47,3	28,6	51,7
Nível de educação						
Nenhum	13,1	76,6	16	75,4	15,2	75,8
Primário 1º Grau	16,3	75,7	18,7	73,5	17,5	74,6
Primário 2º Grau	22,1	67	29,1	57,3	24,8	63,1
Secundário e mais	27,2	54,8	41,1	39,3	32,6	48,3
Desconhecido	12,3	74,3	21,6	63,8	14,6	71,6
Estado Civil						
Solteiro(a)	43,6	45,7	41,6	48,4	42,8	47,4
Casado(a)	8,7	76,7	16,8	91,1	12,8	83,5
União marital	12	75,5	19,8	90,8	16	82,4
Divorciado(a)/Separado(a)	22,5	83,2	19,4	75,1	19,9	81,8
Viúvo(a)	12,9	79,3	14,3	72,4	14,2	78,6

Tabela 51. Incidência da Pobreza em Moçambique

Área	1ª Aval. - 9/6/97	2ª Aval. 02/03	3ª Aval. - 08/09	4ª Aval. 14/15
Nacional	69,7%	52,8%	51,7%	46,1%
Urbano	61,8%	48,2%	46,8%	37,4%
Rural	71,8%	55,0%	53,8%	50,1%
Niassa	71,9%	48,3%	33,0%	60,6%
Cabo Delgado	59,1%	60,3%	39,0%	44,8%
Nampula	69,4%	49,1%	51,4%	57,1%
Zambézia	67,6%	49,7%	67,2%	56,5%
Tete	81,9%	60,5%	41,0%	31,8%
Manica	62,4%	44,7%	52,8%	41,0%
Sofala	87,8%	41,3%	54,4%	44,2%
Inhambane	83,0%	78,1%	54,6%	48,6%
Gaza	64,8%	55,4%	61,0%	51,2
Maputo Província	65,6%	59,0%	55,9%	18,9%
Maputo Cidade	47,1%	42,9%	29,9%	11,6%

Fonte: INE & MEF %, 2014/15

Tabela 52. Tempo médio para chegar à Unidade Sanitária mais próxima

Tempo à unidade sanitária mais próxima	2011		2014	
	N	%	N	%
Menos de 15 minutos	87	34,7%	103	41,2%
Mais ou menos 30 minutos	100	39,8%	97	38,8%
Mais de 1 hora	64	25,5%	50	20,0%

Fonte: SICS - Inquérito aos AF- Avaliação do PEPI II, 2016

Tabela 53. Percepção sobre a qualidade dos serviços de Saúde na Província de Inhambane

Saúde – Percepções 2011-2014	2011		2014	
	N	%	N	%
Atendimento nos laboratórios de exames médicos^{ab}				
Local de espera ao atendimento	56	28,9%	133	55,2%
Tempo de espera para a realização de exames	44	22,4%	120	50,4%
Tempo de espera do resultado do exame	53	27,6%	94	39,8%
Instalações do centro de saúde/unidade sanitária				
Serviços de transporte dos doentes (ambulância)	28	11,9%	110	45,3%
Sala de espera	62	26,4%	132	54,5%
Gabinetes de consulta	86	35,4%	169	68,7%
Equipamento (mobiliário e clínico)	72	30,6%	152	64,1%
Condições do próprio edifício	86	35,7%	171	70,7%
Ambiente físico (ruído, iluminação)	96	39,8%	152	62,0%
Higiene e higiene dos compartimentos	92	37,7%	130	53,1%

Fonte: SICS - Inquérito aos AF- Avaliação do PEPI II, 2016

Tabela 54. Percepção sobre a qualidade de desempenho dos profissionais de saúde na Província de Inhambane

Avaliação do desempenho dos profissionais de saúde ^a	2011		2014	
	N	%	N	%
Atendimento aos doentes	69	27,9%	94	37,6%
Diagnóstico, exames e medicação	101	41,4%	112	45,9%
Vontade de trabalhar	132	55,0%	109	45,4%
Simpantia e respeito pelos doentes e familiares	127	52,7%	95	39,2%
Atendimento na farmácia ^c	106	53,0%	114	51,6%

Fonte: SICS - Inquérito aos AF- Avaliação do PEPI II, 2016

Tabela 55. Aspectos a serem melhorados no Sector da Saúde

Aspectos a serem melhorados no sector da saude	Freq	
	N	%
Melhorar a qualidade dos serviços em geral	192	78,4%
Melhorar o tempo de espera de consulta	169	68,4%
Melhorar o desempenho do pessoal médico e técnico	141	57,6%
Melhorar o horário de funcionamento	96	39,2%
Melhorar os sistemas de informação	65	26,7%
Melhorar as instalações	32	13,1%

Fonte: SICS - Inquérito aos AF- Avaliação do PEPI II, 2016

Tabela 56. Tempo médio gasto para chegar à escola mais próxima na Província de Inhambane

Percepção do cidadão sobre os serviços de educação	2011		2014	
	N	%	N	%
Tempo à escola mais próxima				
Menos de 15 minutos	145	57,5%	153	60,7%
Mais ou menos 30 minutos	77	30,6%	74	29,4%
Mais de 1 hora	30	11,9%	25	9,9%
Condições da Escola^a				
O estado de conservação das salas de aulas	68	27,9%	141	57,3%
A vedação da escola	72	29,1%	138	56,5%
Estado de conservação das carteiras e bancos	69	28,5%	117	48,5%
Higiene, limpeza e condições das casas de banho	74	30,1%	94	38,4%

Fonte: SICS - Inquérito aos AF- Avaliação do PEPI II, 2016

Tabela 57. Percepção dos residentes sobre o desempenho dos profissionais de educação na Província de Inhambane

Avaliação do desempenho dos Professores	2011		2014	
	N	%	N	%
Profissionalismo, empenho, e vontade de ensinar.	142	58,0%	112	46,1%
Respeito pelos alunos e encarregados.	160	65,3%	114	46,5%

Fonte: SICS - Inquérito aos AF- Avaliação do PEPI II, 2016

Tabela 58. Percepção dos residentes sobre a qualidade das infra-estruturas escolares na Província de Inhambane

Condições da Escolar ^a	2011		2014	
	N	%	N	%
O estado de conservação das salas de aulas	68	27,9%	141	57,3%
A vedação da escola	72	29,1%	138	56,5%
Estado de conservação das carteiras e bancos	69	28,5%	117	48,5%
Higiene, limpeza e condições das casas de banho	74	30,1%	94	38,4%

Fonte: SICS - Inquérito aos AF- Avaliação do PEPI II, 2016

Tabela 59. Nível de Satisfação dos residentes de Inhambane em relação à Qualidade de Ensino - 2011-2014

Nível de satisfação em relação à qualidade de ensino	Freq.	
	N	%
Satisfação geral com a qualidade do ensino ^a	118	48,6%
Satisfação distância até à escola mais próxima ^a	157	63,3%
Tipo de atendimento recebido na escola ^{ab}	152	72,7%

Fonte: SICS - Inquérito aos AF- Avaliação do PEPI II, 2016

Tabela 60. Aspectos a serem melhorados no Sector de Educação

Aspectos a serem melhorados	N	%
Melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem.	207	82,1%
Melhorar o desempenho dos professores	156	62,2%
Aumentar o número de sala de aulas	108	42,9%
Melhorar a remuneração dos professores	100	40,0%
Melhorar o sistema de distribuição do livro escolar	72	28,7%
Melhorar o material usado para construir as escolas	50	19,9%
Melhorar o desempenho do pessoal administrativo	31	12,4%
Melhorar a qualidade do livro escolar	24	9,6%

Tabela 61. Prevalência de privação por cada indicador - IOF-2014/15

	Acesso à escola primária	Alguém no AF concluiu o EPI	Escolar. das crianças	Fonte água segura	Saneamento seguro	Acesso à saúde	Acesso à fonte de água	Desnutr. crónica
País	0,28	0,32	0,25	0,47	0,71	0,32	0,09	0,33
Urbano	0,13	0,11	0,14	0,16	0,41	0,23	0,02	0,23
Rural	0,34	0,42	0,30	0,61	0,86	0,36	0,12	0,37
Norte	0,31	0,42	0,37	0,56	0,78	0,41	0,13	0,39
Centro	0,30	0,35	0,25	0,54	0,80	0,32	0,08	0,35
Sul	0,19	0,12	0,08	0,20	0,44	0,18	0,05	0,19
Niassa	0,20	0,41	0,33	0,56	0,79	0,38	0,11	0,38
Cabo Delgado	0,14	0,40	0,37	0,54	0,81	0,63	0,11	0,39
Nampula	0,41	0,43	0,38	0,57	0,77	0,34	0,14	0,40
Zambezia	0,32	0,42	0,23	0,68	0,86	0,35	0,07	0,34
Tete	0,30	0,43	0,29	0,47	0,77	0,26	0,04	0,32
Manica	0,24	0,17	0,17	0,48	0,78	0,35	0,05	0,39
Sofala	0,29	0,24	0,29	0,35	0,72	0,32	0,15	0,39
Inhambane	0,40	0,19	0,12	0,44	0,75	0,35	0,13	0,18
Gaza	0,16	0,18	0,13	0,25	0,62	0,17	0,05	0,26
Maputo província	0,14	0,08	0,04	0,10	0,26	0,14	0,02	0,15
Maputo cidade	0,04	0,02	0,05	0,00	0,11	0,04	0,00	0,17

Tabela 62. Privações por cada indicador - 2014/15 (continuação)

Local	Pessoas/quarto	Chão	Paredes	Coberta. de material com.	Acesso à electr.	Acesso ao mercado	Acesso ao transp.	Acesso à Segur.	Posse de bens duráveis, ativos rurais e gado
País	0,25	0,67	0,71	0,57	0,69	0,43	0,43	0,72	0,39
Urbano	0,13	0,31	0,46	0,25	0,27	0,17	0,19	0,44	0,25
Rural	0,31	0,84	0,83	0,72	0,88	0,55	0,55	0,85	0,45
Norte	0,20	0,81	0,89	0,76	0,75	0,45	0,47	0,77	0,51
Centro	0,31	0,81	0,75	0,65	0,79	0,50	0,55	0,79	0,42
Sul	0,21	0,20	0,40	0,15	0,40	0,25	0,16	0,52	0,15
Niassa	0,39	0,89	0,83	0,85	0,81	0,49	0,42	0,75	0,50
Cabo Delgado	0,13	0,85	0,92	0,71	0,79	0,19	0,30	0,75	0,41
Nampula	0,17	0,78	0,89	0,75	0,72	0,53	0,56	0,78	0,55
Zambezia	0,26	0,90	0,83	0,76	0,83	0,58	0,64	0,83	0,53
Tete	0,44	0,82	0,64	0,67	0,84	0,63	0,54	0,81	0,43
Manica	0,17	0,70	0,70	0,52	0,72	0,34	0,38	0,69	0,27
Sofala	0,43	0,68	0,74	0,52	0,69	0,34	0,49	0,75	0,27
Inhambane	0,35	0,40	0,75	0,39	0,73	0,51	0,29	0,85	0,23
Gaza	0,21	0,26	0,59	0,18	0,59	0,26	0,16	0,63	0,19
Maputo província	0,15	0,10	0,19	0,03	0,21	0,16	0,14	0,40	0,12
Maputo cidade	0,12	0,01	0,06	0,01	0,05	0,04	0,02	0,15	0,06